



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ROSEANE SOUZA DE MENDONÇA

**ASPECTOS ÉTICOS DA INDEXAÇÃO NOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS
DO NORDESTE BRASILEIRO**

Recife

2024

ROSEANE SOUZA DE MENDONÇA

**ASPECTOS ÉTICOS DA INDEXAÇÃO NOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS
DO NORDESTE BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, para obter o título de Doutora em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia.

Orientador (a): Fábio Assis Pinho

Recife
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Mendonça, Roseane Souza de.

Aspectos éticos da indexação nos Repositórios Institucionais do nordeste brasileiro / Roseane Souza de Mendonça. - Recife, 2024.
150p. : il.

Orientador(a): Fábio Assis Pinho

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2024.
Inclui referências, apêndices, anexos.

1. Indexação. 2. Aspectos éticos. 3. Repositórios Institucionais. 4. Universidades Públicas Federais. 5. Representação do Conhecimento. I. Pinho, Fábio Assis. (Orientação). II. Título.

020 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2024 - 52)

ROSEANE SOUZA DE MENDONÇA

**ASPECTOS ÉTICOS DA INDEXAÇÃO NOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS
DO NORDESTE BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, para obter o título de Doutora em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia.

Aprovado em: 04/03/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Assis Pinho (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof^a. Dr^a. Leilah Santiago Bufrem (Examinadora Interna)
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Prof. Dr. Murilo Artur Araujo Da Silveira (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof^a. Dr^a. Rosali Fernandez de Souza (Examinadora Externa)
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT

Prof^a. Dr^a. Suellen Oliveira Milani (Examinadora Externa)
Universidade Federal Fluminense – UFF

Aos meus por toda a vida (N., Z., M., H. e H.).

Esta dedicatória compreende
os caminhos percorridos,
os obstáculos vencidos e
os sonhos compartilhados.

AGRADECIMENTOS

A Deus que foi a verdadeira força que me sustentou, trazendo amparo e serenidade em meio ao caos, conduzindo meu discernimento e minha teia intelectual quando o desespero insistia em se instalar, acalmado meu coração e escoltando-me até a vitória.

Ao meu amigo herdado do Mestrado, que se tornou o irmão de alma, Willian Melo, pelo incentivo, leitura dos meus alfarrábios, opiniões certeiras e crença no meu potencial.

A Giane da Paz que transcende o nome e é pura paz, força, amor e exemplo de profissional Bibliotecária, obrigada por ter insistido para que eu não saísse da Ciência da Informação, você estava certíssima.

Ao meu irmão Sérgio Cavalcanti que se fez presente, incentivando, acreditando, chorando e sorrindo junto.

A melhor amiga da minha vida, Cecília Isabel, que com sua fé, paciência e carinho nunca me deixou cair.

Aos profissionais e grandes amigos Tony Macedo, Rafaela Melo, Ana Gouveia, Alexandre Valdevino, Marcos Antônio, Ângela Holanda e Abdias Neto, vocês foram essenciais para que eu mantivesse a luta. Imensa gratidão por acreditarem e sempre terem me dado os melhores almoços regados a tantos sorrisos. Vocês são estímulo a minha neuroplasticidade.

A uma equipe linda, que foi meu braço forte, e se tornou um trio de grandes amigos: Girlaine Pergentino, Jean Maurício e Diogo Manoel. A melhor força tarefa!

A Susimeri Vila Nova pela disponibilidade em repassar seus conhecimentos, pelos bons papos, por dividirmos as impressões bem-humoradas da pós-graduação e pela força para a adesão das Instituições ao questionário.

Aos meus faróis Sandra Siebra, Leilah Bufrem, Fábio Mascarenhas, Májory Miranda e Rosilene Llarena que suscitaram em mim inúmeras reflexões e impactaram positivamente com sua docência.

Aos professores da Banca pela disponibilidade, pelas excelentes contribuições e pela troca tão enriquecedora. Muito obrigada!

Ao meu querido orientador Fábio Pinho, para quem rendo homenagens pela confiança, incentivo e por nunca ter soltado minhas mãos.

A professora Miriam Cunha de Aquino, que lá na década de 90 me inspirou e foi decisiva para que eu me apaixonasse pela profissão de Bibliotecária. Eu estou exatamente onde quero estar.

A todos os profissionais que responderam a pesquisa, meu muito obrigada.

A todos os autores(as) que, por meio dos seus conteúdos, mantiveram minha percepção crítica aguçada e atenta às diversas possibilidades de uso do conhecimento.

Para todos os outros que estão na minha caminhada ou que cruzaram meu caminho, sempre sou acrescida pelos inúmeros saberes, intelectuais e de vida.

A inquietude dessa alma que me habita, que nunca aceita a vida sem os porquês, que é freiriana, que já foi balzaquiana e agora é cinquentona. A essa inquietude que move, desperta, busca sentido.

Gratidão imensa ao universo que trouxe todos vocês para essa jornada!

Sou feita de retalhos

“Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma.

Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser quem eu sou.

Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior...

Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade...

Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa.

E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços de outras gentes que vão se tornando parte da gente também.

E a melhor parte é que nunca estaremos prontos, finalizados...

Haverá sempre um retalho novo para adicionar à alma.

Portanto, obrigada a cada um de vocês, que fazem parte da minha vida e que me permitem engrandecer minha história com os retalhos deixados em mim. Que eu também possa deixar pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles possam ser parte das suas histórias.

E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso bordado de ‘nós’”.

Cris Pizziment

RESUMO

A Universidade Pública tem o dever de tornar acessível seus achados e, assim, municiar a sociedade com o conhecimento gerado em seu bojo, efetivando desse modo o processo de acesso aberto (*open access*) à produção científica. Seus Repositórios Institucionais (RIs) atuam para esta finalidade e a Representação do Conhecimento nesses espaços está diretamente influenciada pelas questões culturais, pelo fenômeno da globalização e das novas tecnologias, que demandam uma preocupação com a dimensão ética. Há uma linha tênue entre a ética e a moral e, quando valores morais são negados, nos Sistemas de Informação, está-se diante de um dilema ético. Uma das maneiras de possibilitar que o usuário se sinta representado nos Sistemas é com a garantia cultural, que pode ser provida por meio da proposta de valores da hospitalidade cultural encontrada em Beghtol (2002, 2005). Trata-se, portanto, de uma pesquisa caracterizada como descritiva quanto aos objetivos, de abordagem com características qualitativa e quantitativa e de natureza aplicada. A população examinada foi a região Nordeste do Brasil, da qual a amostra constituiu-se dos Repositórios Institucionais (RIs) das Universidades Públicas Federais. A investigação teve como objetivo geral, verificar a atividade de indexação nos RIs, com vistas aos aspectos éticos. De maneira mais específica, descrever como é realizada a indexação nas Instituições, usando como base as diretrizes da hospitalidade cultural de Beghtol (2002, 2005); averiguar se a atividade de indexação segue padrões/normas; e identificar como os problemas éticos são detectados e resolvidos na atividade de indexação. Para tanto, ocorreu em duas etapas: levantamento realizado nos RIs com os termos: racismo, religião, homossexualidade, transexualidade e feminicídio, pela amostragem por conveniência; e aplicação de questionário via *e-mail* aos Diretores dos Sistemas de Bibliotecas das Universidades participantes do estudo e/ou Responsável direto pelo RI. Os resultados revelaram que os RIs operam sem Política de Indexação, também apresentam inconsistências nas buscas, mas atuam com equidade. Recomenda-se um planejamento organizacional com diretrizes claras e estabelecimento de garantias. Sugere-se a garantia cultural, como preceito ético, a fim uma maior abrangência em termos de heterogeneidade cultural na recuperação da informação.

Palavras-chave: Indexação. Aspectos éticos. Repositórios Institucionais. Universidades Públicas Federais. Representação do Conhecimento.

ABSTRACT

Public universities have a duty to make their findings accessible and thus provide society with the knowledge they generate, thus making the process of open access to scientific production a reality. Their Institutional Repositories (IRs) work to this end and the Representation of Knowledge in these spaces is directly influenced by cultural issues, the phenomenon of globalization and new technologies, which demand a concern for the ethical dimension. There is a fine line between ethics and morality, and when moral values are denied in Information Systems, we are faced with an ethical dilemma. One of the ways of making it possible for users to feel represented in systems is through cultural guarantees, which can be provided through the proposal of cultural hospitality values found in Beghtol (2002, 2005). It is therefore a descriptive study in terms of objectives, with a qualitative and quantitative approach and an applied nature. The population examined was the Northeast region of Brazil, of which the sample consisted of the Institutional Repositories (IRs) of Federal Public Universities. The general aim of the research was to verify the indexing activity in IRs, with a view to ethical aspects. More specifically, to describe how indexing is carried out in the institutions, using Beghtol's (2002, 2005) cultural hospitality guidelines as a basis; to ascertain whether the indexing activity follows standards/norms; and to identify how ethical problems are detected and resolved in the indexing activity. This was done in two stages: a survey of IRs using the terms: racism, religion, homosexuality, transsexuality and femicide, using convenience sampling; and the application of a questionnaire via *e-mail* to the Directors of the Library Systems of the Universities participating in the study and/or those directly responsible for the IR. The results revealed that the IRs operate without an Indexing Policy, and also have inconsistencies in their searches, but act fairly. Organizational planning with clear guidelines and the establishment of guarantees is recommended. Cultural guarantees are suggested, as an ethical precept, in order to achieve greater coverage in terms of cultural heterogeneity in information retrieval.

Keywords: Indexing. Ethical aspects. Institutional repositories. Federal Public Universities. Knowledge representation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Neuroplasticidade | 37 |
| Figura 2 - Árvore das competências | 47 |
| Figura 3 - Indexação documentária | 53 |
| Figura 4 – Linha do tempo da Agenda 2030 | 81 |
| Figura 5 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) | 82 |
| Figura 6 - Página inicial RI-UFAL | 85 |
| Figura 7 - Busca por assunto | 86 |
| Figura 8 - Resultado geral da busca por assunto | 87 |
| Figura 9 - Lista do total da busca por assunto | 87 |
| Figura 10 - Item escolhido | 88 |
| Figura 11 – Tela de busca no Pergamum | 90 |
| Figura 12 - Inconsistência na busca | 93 |

GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1 - Profissionais por região do Brasil | 80 |
| Gráfico 2 - Quantitativo de Bibliotecas nos Sistemas | 111 |
| Gráfico 3 - Quantitativo de Profissionais indexadores nos RIs | 111 |

QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Distinção de Conceitos | 29 |
| Quadro 2 - Competências e Habilidades do Profissional da Informação | 50 |
| Quadro 3 - Tipos de Garantias | 58 |
| Quadro 4 - Estrutura de análise ética para a hospitalidade cultural | 75 |
| Quadro 5 - Execução dos objetivos específicos | 77 |
| Quadro 6 - Distribuição regional das Universidades com Profissionais | 79 |
| Quadro 7 - Indexações por Racismo | 96 |

| | |
|--|-----|
| Quadro 8 - Indexações por Religião | 98 |
| Quadro 9 - Indexações por Homossexualidade | 101 |
| Quadro 10 - Indexações por Transexualidade | 104 |
| Quadro 11 - Indexações por Femicídio | 106 |
| Quadro 12 - Categorias | 110 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------|---|
| ABNT | Associação Brasileira de Normas Técnicas |
| AC | Análise de Conteúdo |
| CFB | Conselho Federal de Biblioteconomia |
| CI | Ciência da Informação |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| CPLP | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa |
| C&T | Ciência e Tecnologia |
| EAD | Educação à Distância |
| ENEM | Exame Nacional do Ensino Médio |
| GLS | Gays, Lésbicas e Simpatizantes |
| GLBT | Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros |
| IA | Inteligência Artificial |
| IBICT | Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IES | Instituição de Ensino Superior |
| IESPF | Instituição de Ensino Superior Pública Federal |
| IIE | Ética da Informação Intercultural |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| LD | Linguagem Documentária |
| LGBTQI+ | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, <i>Queer</i> , Intersexuais, + demais possibilidades de orientações sexuais ou identidades de gênero |
| LGBTQIAP+ | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, <i>Queer</i> , Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, + demais possibilidades de orientações sexuais ou identidades de gênero |
| LN | Linguagem Natural |
| MEC | Ministério da Educação |
| ODS | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável |
| OIA | <i>Open Archives Initiative</i> |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| ORC | Organização e Representação do Conhecimento |
| PPGCI | Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação |
| PNC | Plano Nacional de Cultura |

| | |
|--------|--|
| PNPI | Plano Nacional do Patrimônio Imaterial |
| RedPOP | Rede de Popularização da Ciência e Tecnologia na América Latina e Caribe |
| REUNI | Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais |
| RH | Recursos Humanos |
| RI | Repositórios Institucionais |
| SI | Sistema de Informação |
| SIB | Sistema de Bibliotecas |
| SNC | Sistema Nacional de Cultura |
| SORC | Sistema de Organização e Representação do Conhecimento |
| SRO | Sistema de Representação do Conhecimento |
| TC | Teoria Crítica |
| TIC | Tecnologia da Informação e Comunicação |
| UR | Universidade do Recife |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 14 |
| 2 NÃO É VOCÊ, SÃO SEUS VALORES: compromisso ético ou juízo de valor? | 20 |
| <u>2.1 Ética na Ciência da Informação</u> | 28 |
| <u>2.2 Valores éticos na Organização e Representação do Conhecimento</u> | 34 |
| 3 MUITO ALÉM DO SILÊNCIO E DOS ÓCULOS: a decisão ética no exercício do Bibliotecário indexador | 39 |
| <u>3.1 Revisitando competências</u> | 45 |
| <u>3.2 Indexar para quem e por quem</u> | 51 |
| <u>3.3 A hospitalidade cultural</u> | 56 |
| 4 REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS: a que será que se destina? | 62 |
| <u>4.1 Nordeste brasileiro: diversidade cultural</u> | 67 |
| <u>4.2 Universidades Públicas Federais nordestinas</u> | 69 |
| 5 PERCURSO METODOLÓGICO | 75 |
| <u>5.1 No princípio foi assim</u> | 78 |
| <u>5.2 “Não deixar ninguém para trás”: Agenda 2030</u> | 81 |
| <u>5.3 Levantamento nos Repositórios</u> | 84 |
| <u>5.4 Questionário</u> | 90 |
| 6 ANÁLISE DOS DADOS | 92 |
| <u>6.1 Levantamento nos Repositórios</u> | 92 |
| <u>6.2 Questionário</u> | 109 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 119 |
| REFERÊNCIAS | 122 |
| APÊNDICE A – LISTA DOS REPOSITÓRIOS POR UNIVERSIDADES FEDERAIS NO BRASIL | 139 |
| APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO AOS DIRETORES DE BIBLIOTECAS | 143 |
| ANEXO A – RESOLUÇÃO Nº 207, de 7 DE NOVEMBRO DE 2018 | 144 |

1 INTRODUÇÃO

A concepção dos seres vivos já está impregnada de informações, o próprio DNA as armazena e dissipa, sendo ponte e também congregando características. A estreia do ser humano no mundo (nascimento) é festejada com esperança, amor e desejos de uma vida feliz. Mas, em alguma medida, sua existência já está determinada pelas crenças e dogmas dos que o tutelam, bem como, inserida em um meio arquitetado para que essas convicções vigorem. Já seria um presságio de que tudo está programado? Só o tempo irá dizer!

Seríamos um ser naturalmente social ou afastado da vida natural? Construimos e somos construídos pelo mundo? São indagações que podem ser explicadas por diferentes pontos de vista, seja científico, social, cultural ou ético. O ato de pensar, essencialmente humano, instiga ao conhecer. Por isso, a busca pelo conhecimento está entranhada na evolução da nossa espécie, obtém-se informações por diversos motivos, mas em todos, ela é uma apreensão de sentidos (Le Coadic, 2004).

As fontes, definições e fronteiras do conhecimento são incomensuráveis, pode-se partir da tríade baseada na crença, justificação e verdade no percurso de compreensão de sua teoria dentro da filosofia (Moser; Mulder; Trout, 2011). Estudar o conhecimento nos conduz ao desenvolvimento da criticidade, da percepção dos valores e o motivo de ser ele tão essencial. Contudo, ao se pensar nos limites para o mesmo, do quanto o ser humano pode dominar a natureza (e o mundo) com sua obtenção, deixou-se de se preocupar com o objeto, voltando-se assim para o seu agente (Andrade, 2012). Na mesma proporção que se busca abarcar o conhecimento é preciso gerenciá-lo, organizá-lo e atestá-lo.

É a Organização e Representação do Conhecimento (ORC), não ainda como disciplina, nem institucionalizada em uma área, que se configura como uma preocupação latente da humanidade desde os primórdios. Assim, os antepassados encontraram utilidade na apropriação e uso de todo o saber gerado (Souza, 1998).

Com o transcorrer do tempo e o volume das informações originadas nos diversos setores da sociedade, essa atividade alça *status* científico e se configura como primordial para o gerenciamento, acesso e disseminação de todo o material intelectual produzido. Desde o início dos tempos até os dias atuais, o objetivo da ordenação prática para a recuperação dos registros permanece. Obviamente, com outra roupagem e acrescida de novas exigências. É, portanto, a pesquisa que aqui se

sucedem, inserida no **tema** da ORC, com foco na Representação que ocorre por intermédio da atividade de indexação, especificamente os aspectos éticos da operação.

Note-se, que a ética, está subjacente a todo o cenário aludido. Embora haja uma banalização que atinge indistintamente o comportamento individual e coletivo, em que ela é acionada por conveniência dos interessados. O que, na maioria das vezes, ocorre em condição confusa com a moral, uma vez que ambas mantêm relação indubitável, mas são diferentes.

Esse é um debate denso e complexo, que tem sido vital nos períodos sombrios em que a humanidade está imersa. Tempos obscuros de *fake news*¹, desinformação, divergências ideológicas exacerbadas pela manipulação política, negacionismo, descrédito impingido à Ciência, pós pandemia da covid-19² (doença do coronavírus), ataques orquestrados às escolas amplamente propagados pela *web* e muito mais.

Cenário que enreda a trama que desenha a problemática desta investigação, posto que "a configuração da sociedade contemporânea demanda, [...] uma reflexão sobre os aspectos éticos relacionados à informação, uma vez que as relações entre os indivíduos redefinem **novos padrões culturais, políticos e éticos**" (Pellegrini; Vitorino, 2018, p.119, grifo nosso). Conclamando, assim, o Profissional da Informação / Bibliotecário³ a atuar como mediador para a mudança. Ressaltando-se, com especial ênfase, o Bibliotecário Servidor Público de Universidades Federais da região nordeste do Brasil.

Este, imerso em um ambiente em que as coisas não acontecem com a celeridade desejada, inserido em um determinado contexto organizacional e muitas vezes sossegado pela estabilidade, atuando sem uma visão holística da Organização e de sua comunidade. O **problema de pesquisa** está dirigido à criação de uma reflexão crítica e conscientização do profissional, quando da indexação, no que diz respeito aos aspectos éticos, em especial ao preceito da garantia cultural.

¹ Ver mais em: <https://conceitos.com/fake-news/> e <https://www.significados.com.br/fake-news/>

² Escrita conforme o Vocabulário Ortográfico de Língua Portuguesa (VOLP). Disponível aqui: <https://www.volp-acl.pt/index.php/item/covid-19>

³ Utiliza-se aqui Profissional de Informação e Bibliotecário como sinônimos, uma vez que o Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) assim abrange: "2612-05 - Bibliotecário: Biblioteconomista, Bibliógrafo, Cientista de Informação, Consultor de Informação, Especialista de Informação, Gerente de Informação, Gestor de Informação." Disponível em: <https://cbo.mte.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>

Entende-se que, por essa realidade, é plausível discutir a ética da informação de maneira abrangente, e a ética na indexação em particular. A ética da informação com o intuito de criar condições para a proteção da diversidade cultural em que os seres humanos estão expostos, uma vez que a representação do conhecimento é uma atividade central para uma efetiva utilização da informação gerada.

No âmbito particular, o debate sobre a ética na indexação intenta evitar e/ou minimizar os problemas éticos no fazer profissional do indexador, pois a prática da atividade é uma operação fundamental no longo caminho do documento que é registrado e preservado.

Uma das maneiras de possibilitar ao usuário que seus valores estejam refletidos é a garantia cultural, por isso, desenvolveu-se essa investigação. Este é um estudo descritivo quanto aos objetivos, de abordagem com características qualitativa e quantitativa, e de natureza aplicada. A população investigada foi os Repositórios Institucionais (RIs) das Universidades Públicas Federais do nordeste brasileiro. Em que se propôs, **de modo geral**, verificar a atividade de indexação nos RIs, com vistas aos aspectos éticos. De maneira **mais específica**, descrever como é realizada a indexação nas Instituições, usando como base as diretrizes da hospitalidade cultural de Beghtol (2002, 2005); também averiguar se a atividade de indexação segue padrões/normas; e, por fim, identificar como os problemas éticos são detectados e resolvidos na atividade de indexação.

Estudo que encontra sua **justificativa** diante da necessidade de fornecer subsídios aos profissionais indexadores para que possam atuar livres de preconceitos e vieses, assegurando aos seus usuários, no ato da representação do conhecimento, as garantias literária, cultural e de uso. Bem como, executarem suas funções respaldadas por Sistemas com políticas institucionais para tal (Pinho, 2020).

Igualmente, encontra razão pelo papel fundamental dos RIs, como fonte de informação para produção de novos conhecimentos. Cujas **pergunta norteadora** recai em saber: Como a dimensão ética, na indexação em RIs, está sendo operacionalizada para um Sistema de Informação de alcance multicultural? O multiculturalismo ou pluralismo cultural é um fenômeno social relacionado à globalização e às sociedades pós-modernas, diz respeito à inter-relação de várias culturas em um mesmo ambiente. Nesse sentido,

A cultura funcionaria como uma memória que ao conservar e reproduzir artefatos simbólicos e materiais de geração em geração,

torna-se a depositária da informação social. [...] Dessa forma, a socialização da cultura (linguagem, estética, visão de mundo, valores, costumes) assume papel relevante para a democratização do acesso e uso da informação (Freire, 2006, p.59).

As Bibliotecas têm especial importância para os estudos multiculturais no que diz respeito a educação, do mesmo modo, na formação e atuação do Bibliotecário, sempre de olho nas mudanças das abordagens culturais na sociedade (Mattos, 2011). Um Sistema de Informação multicultural pode ser evidenciado, a título de exemplos, quando no âmbito da representação o objeto digital possui um metadado informando que há um autor quilombola, também no caso em que os descritores estão apropriados ao conteúdo do documento, e ainda, no momento que a representação figura em mais de dois idiomas.

A contribuição teórica do estudo está na transversalidade do tema, que comunga com os dilemas sociais do século XXI, em um ambiente hegemonicamente digital, e com a Teoria Crítica (TC) da informação, que objetiva também a ética. Além de estar inserida em uma atividade nuclear da Ciência da Informação (CI), que é a indexação. Do mesmo modo, poder oferecer elementos aos dirigentes dos RIs para construção de políticas de informação e indexação, refletindo, portanto, um discurso atual no campo informacional.

A transversalidade é um traço manifesto aqui, postura que faz parte do entendimento de uma visão integrada da informação no contexto organizacional. Acredita-se que o estudo do objeto de pesquisa de forma sistêmica, contribui para as ciências sociais de uma maneira mais ampla. Afinal, sejam indivíduos ou organizações, têm-se sistemas vivos. Atuar, a partir de um pensamento sistêmico, possibilita situar as pessoas no centro do desenvolvimento da Instituição, tornando-as colaboradoras na elaboração das atividades de acordo com as expectativas e necessidades dos usuários.

Premências que estão predominantemente atreladas ao contexto da diversidade cultural do Brasil e marcadamente da região Nordeste, notabilizadas por características da linguagem, das tradições, da culinária, da religião, dos costumes, do modelo de organização familiar e da política, para citar algumas. A diversidade expressa pluralidade, variedade e diferenciação, e pode sofrer impactos, na preservação, advindos da globalização. De acordo com a UNESCO (c2009, p.3), “a diversidade cultural não é somente um bem que se deve preservar. É também um

recurso que é necessário promover, nomeadamente em domínios normalmente distanciados de uma noção estrita de cultura”.

As dinâmicas que envolvem os contextos da informação, da memória, da cultura, do conhecimento e do próprio indivíduo em evolução, sinalizam o tom da vida. E sim, inevitavelmente, da conjuntura científica que envolve a CI, como campo, e a ORC nela inserida. O termo “dinâmica” foi escolhido exatamente pela crença nesses conceitos como não estáticos, na CI que está em movimento, influenciada, reflexiva, absorvendo as contribuições e se construindo “em um” e “por um” meio social em constante mudanças.

Não se teve o propósito de estabelecer um protocolo de atuação dentro da dualidade certo e errado, o esforço é para que possamos, como agentes do conhecimento científico (Universidades Públicas Federais e Profissionais da Informação que nelas atuam) estarmos mobilizados e conscientes do nosso dever para com a sociedade. Isso implica reconhecer e atuar nos Sistemas de Informação preocupados com a ética e cidadania, para que todos se sintam representados, sem vieses, sem segregação ou preconceitos.

A informação tornou-se fulcral para a sobrevivência, seu *status* mudou e acarretou uma revolução nas competências do Bibliotecário. A CI em seu paradigma social é que recebe aqui reiterada ênfase, porque está norteada por um fenômeno humano e social, que é a informação. Contrária às vozes apocalípticas, a era digital se firmou e continua em expansão, a bem da Inteligência Artificial (IA) nos idos do ano de 2023, outro desafio no contexto da atuação crítica e ética do profissional em questão.

Este manuscrito está urdido em sete capítulos, incluída esta Introdução. No segundo, concentra-se a temática da ética, oferecendo um panorama do seu nascedouro na filosofia, inserindo-a na CI para chegar à sua configuração na Organização e Representação do Conhecimento.

Na terceira seção congrega-se o cenário que concerne a ética e o Bibliotecário, conclamando-o a revisitar suas competências em tempos tão lúgubres, e ratificando a urgência da dimensão ética em sua atividade de representação. É aqui também que se inteira o consulente sobre a hospitalidade cultural.

A quarta seção apresenta os meandros em que surgiram e estão os Repositórios Institucionais, assim como o contexto da comunicação científica e o

papel das Universidades. Caracteriza ainda a região Nordeste do Brasil e sua diversidade cultural.

No quinto capítulo apresenta-se o percurso metodológico da pesquisa caracterizando-a quanto aos métodos e técnicas utilizados, além de esclarecer sobre a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O sexto capítulo exhibe a análise dos dados coletados, que são produtos do levantamento nos Repositórios e das respostas ao questionário aplicado. Por fim, no sétimo capítulo estão as considerações finais, demonstrando as conclusões e recomendações a partir da finalização da pesquisa.

Nessa perspectiva, espera-se que sirva de parâmetro para ocasionar uma reflexão da essencialidade da prática ética nas atividades informativas, aliada ao comprometimento social das Instituições de Ensino Superior, por intermédio dos seus Repositórios.

2 NÃO É VOCÊ, SÃO SEUS VALORES: compromisso ético ou juízo de valor?

O despertar do ano de 2023 trouxe na trincheira o encantamento com o metaverso⁴, com o desenvolvimento de aplicativos que contemplam desde a identificação da dor em animais⁵ à condução remota de uma casa inteligente. Na contramão, todavia, testemunhou-se a chancela aos atos antidemocráticos (terrorismo) em 08 de janeiro, ocorridos no Brasil e assistidos pelo mundo, quando da invasão e depredação do Congresso Nacional. Somando-se, ainda, o negacionismo em meio a uma pandemia sem precedentes, que importou em cerca de 700 mil mortes⁶. E por que é importante reportar tudo isso? A ética (do grego *êthos*) ou a investigação do *ethos*, como esclarece Gabriel (2022, p.46), envolve “[...] a formação do caráter de seres humanos”. Essa análise, continua o autor, é o ponto de partida para “responder à pergunta sobre como alcançamos abem-aventurança e como podemos nos manter nela, apesar das adversidades e dificuldades da vida e da sobrevivência” (Gabriel, 2022, p.46).

Este capítulo discorre sobre a ética, universal⁷ e que fundamenta o modo de viver pelo pensamento humano, com vistas a uma convivência pacífica e justa (coletiva e individualmente), que se estende para a perspectiva laboral. O intuito é embasar a reflexão filosófica e atitude crítica no fazer bibliotecário mais à frente (capítulo 3), possibilitando a compreensão do que permeia o tema através dos séculos e que deve municiar o fazer profissional. Concentrando-se aqui nos Bibliotecários de Instituições de Ensino Superior Públicas Federais (IESPF), em tempos tão desafiadores para a área de informação no século XXI.

O texto ora apresentado tem como espinha dorsal a transversalidade do conhecimento, longe de ser uma polímata, todavia, em busca de promover a compreensão de outras áreas, a partir de relações estabelecidas entre elas. Por isso, neste capítulo serão encontradas abordagens da ética sob a ótica da sociologia, da educação e psicanálise, por exemplo, como da filosofia predominantemente.

⁴ Uma soma de tecnologias que contempla realidade virtual, realidade aumentada, web 3.0, 5G, NFT/Criptomoedas e redes sociais.

⁵ Ver animalpain.org

⁶ Consulta realizada em 17/04/2023 no site: <https://covid.saude.gov.br/>

⁷ Diferente de igualitária. Os homens não são todos pariformes, as desigualdades existem e muitas vezes não podem ser solucionadas. Mas, a ética deve, minimamente, atuar para que todos possam ter dignidade.

O livre arbítrio, determinismo, escolha ou liberdade, seja qual for a convicção, implica em elucubração para olhar além de si mesmo e de seu juízo de valor. A percepção individual é que concebe o juízo de valor, que fatalmente estará guiado por aspectos culturais, sentimentais, ideológicos e julgamentos pessoais já pré-concebidos.

A vida acontece enquanto é planejada e é fruto de expectativas, há um grande fosso que separa o que se é, do que se quer ser e do que se consegue ser, por isso, não é um método cartesiano, e assim é com a ética. Mais uma razão para o pensamento analítico ser um exercício constante, principalmente, em tempos em que há uma primazia da globalização, do capitalismo e da tecnologia.

Na oportunidade, destaca-se que a ética e a reflexão crítica dos dias atuais estão intimamente ligadas e dependentes de questões básicas cruciais. O que isso quer dizer? Para a situação nacional, na qual, em 2021, o Brasil contabilizou 62,9 milhões de brasileiros no mapa da pobreza⁸ (Neri, 2022), por volta de 29,6% da população total do país (e as consequências disso tem inúmeras ramificações). Como, então, esperar um pensamento crítico e atitudes eticamente paritárias diante da imensa desigualdade existencial?

Você sobrevive ou você é ético, no caso de inúmeras situações em que estão imersos os milhares de brasileiros diariamente. Sem apologias ou juízo de valor, está-se aqui trazendo elementos para o treinamento da reflexão crítica, diante da realidade que se apresenta aos nossos olhos cotidianamente e não pode ser descartada ou encoberta. Para o momento, é um chamado a manter-se acutelado, afinal, como sinaliza Kliksberg (2003), são problemas econômicos e sociais, mas profundamente éticos. E sim, é uma situação que desafia o conhecimento e aqueles que tentam representá-lo.

A apreciação anterior, retirada de uma realidade factual, pode gerar incontáveis problemas éticos. Não que a desigualdade deva ser utilizada como parâmetro, que possa justificar compromissos não éticos, mas a questão existe e exige esforços para entendê-la. Observa-se, no caso dos Bibliotecários, que muitos dilemas podem surgir a partir desse tipo de conflito mencionado previamente, basta adentrarmos nas questões de censura e seleção de materiais, por exemplo. Não é demais lembrar que, Bibliotecários norte-americanos tiveram suas convicções averiguadas quando da

⁸ O contingente de pessoas com renda domiciliar *per capita* até R\$ 497,00 reais mensais.

intitulada “cruzada anticomunista” do Senador Joseph McCarthy (Vergueiro, 1987, p.24).

No processo de interpretar a criticidade podemos nos valer da Teoria Crítica (TC), a qual deve mediar as práticas informacionais para fornecer o entendimento do que se quer e o motivo pelo qual se faz. Conforme Nobre (2003), que atua no campo da TC e do pensamento ético-político, ela nasce em 1937 a partir de um texto de Max Horkheimer e nos últimos tempos, especialmente na última década, tem se renovado no âmbito do cenário acadêmico brasileiro e internacional. Nobre (2003) discursa sobre o marxismo de Max Horkheimer e Theodor Adorno, embora o campo investigativo da TC seja anterior ao próprio Horkheimer. Por considerar a ideia de escola redutora, o autor descarta contemplar a Escola de Frankfurt, apesar de estar diretamente relacionada aos dois autores supracitados. Concentra-se, assim, unicamente na TC.

A TC expressa por Nobre (2003) não ressoa na contraposição entre teoria e prática, sequer na separação rígida entre ambas (as duas têm lógicas diferentes, e não podem, nem devem ser confundidas). Entende, portanto, que só se pode mostrar as coisas como elas são, a partir do que deveriam ser. Nesse intuito, a TC não pode ser parcial, ou seja, apenas descrever as coisas, mas apontar os obstáculos que são impeditivos da realização dos potenciais emancipatórios, os potenciais melhores do mundo. À primeira vista pode parecer paradoxal, mas não é a TC utópica, irrealizável ou inalcançável. Ela tenciona compreender a sociedade com foco nas possibilidades presentes e que não são realizadas. Justamente porque sua efetivação só acontece ao reconhecer os conflitos sociais e políticos, com plena participação nos embates político-sociais.

A dificuldade aparente no entendimento do ponto de vista crítico é embasada pelo lugar que o teórico crítico deve ocupar, que é de um agente em mudança, o qual considera a história e o tempo na aplicação daquilo que Marx preceitua. Na incursão por entender a sociedade é preciso assimilar o propósito do capitalismo, melhor dizendo, o mercado, a mercadoria. Vale salientar, que está também relacionado a saber a distribuição do poder político, da riqueza, qual a forma do Estado, que papéis desempenham a família e a religião, no propósito primeiro de atestar o valor das coisas e ter essa percepção integralizada.

A assimilação do que é o capitalismo serve para demonstrar e exemplificar que ele cria a ilusão que as coisas poderiam ser diferentes do que são, mas na verdade

ele aprofunda as desigualdades e não cumpre aquilo que estatui: a liberdade e a igualdade. Nesse momento, segundo Nobre (2003), é que emerge o diferencial da TC, porque ela pretende efetivar a sociedade que o capitalismo promete e não realiza. Ela é atuante, quer sair da superficialidade da descrição, quer a emancipação da sociedade, valoriza as tendências, está atenta às modificações ocorridas no tempo e na história, não é fictícia, e quer um exercício crítico que descortine a ilusão do capitalismo, para que a sociedade encontre e reconheça o potencial que pode ser realizado.

Não se trata, portanto, de rechaçar a TC como se ela fizesse críticas por fazer, não se trata de simplesmente acreditar que os pressupostos teóricos até hoje estão errados e abominá-los, diz respeito a mostrar que a teoria tradicional é parcial. A TC chama para si a tarefa de olhar o todo, de discernir que conhecer e agir devem ser considerados conjuntamente para não incorrer em uma interpretação fragmentada, conforme mencionado anteriormente. Em síntese, coloca Nobre (2003), que fazer TC é estar fincado nos dois princípios fundamentais a saber: a emancipação da sociedade e o comportamento crítico produzido na situação de dominação vigente.

Convenhamos que atualmente a reflexão crítica não é o que se tem visto diante do crescente número de casos de polarização (política e religiosa, por exemplo), homofobia, racismo, trabalho análogo à escravidão, feminicídio e ataques violentos orquestrados às escolas. E é justamente a reflexão filosófica que dá o alicerce ao agir corretamente e a condição para a avaliação dos atos em si. Entretanto, essa crise de hoje pode ter origem desde o séc. XVII, como alerta Marcondes (c2008), com o advento das sociedades complexas tipificadas por sua pluralidade (de crenças, valores, hábitos e práticas). Entender como estamos no presente e o que aconteceu antes é um primeiro passo, afinal, como insiste Rios (2008, p.84):

A ética é a reflexão crítica sobre a moralidade. Não tem a pretensão de definir normas, mas indicar princípios. Quando fazemos uma reflexão ética, estamos nos perguntando sobre a consistência e a coerência dos valores que norteiam nossas ações de caráter moral; buscamos sua fundamentação para que as ações tenham significado autêntico em nossas relações sociais (Rios, 2008, p.84).

A regulação da vida na contemporaneidade, por vezes parece carecer de discernimento, do mínimo de valores morais e, no geral, de solidariedade. O fascínio das redes sociais, das *likes* a qualquer preço e da impunidade apregoada no virtual, avivou uma humanidade doentia e sem limites, execrável mesmo. Afinal, possuir o

neocórtex⁹ não é garantia de um pensamento racional e lógico, tem que haver algum esforço pessoal nesse sentido. Dessa forma, entende-se que não se pode conceber o campo científico desvinculado do fazer social, cultural, econômico e político, por isso, os tempos sombrios de que nos fala Gabriel (2022) e a obscuridade em que está imersa a sociedade é tão mais grave. Afinal, como nos lembra Valls (1994, p.66, grifo nosso) “todo agir é político, inclusive e principalmente o **agir ético**”, assim, como defender a Ciência tornou-se imprescindível no Brasil. Portanto, nesse contexto, faz-se necessário aqui discorrer sobre valores, ética e temas adjacentes.

Para isso, alude-se a Rios (2008), para quem a ética tem sido um desafio contemporâneo das sociedades que buscam a justiça e a dignidade, contudo, não pode ser apenas efetuada no discurso, é preciso uma prática constante por meio do exercício crítico (que para ela é realizado com a reflexão filosófica).

A autora esclarece que o ser humano pensa bastante, mas não reflete porque a reflexão é uma volta ao pensamento, ideia, fato e mais, sob um olhar diferente, fazendo uma análise pormenorizada, distanciando-se para ver de outro modo. Embora Rios (2008) esteja abordando a ética para o espaço das organizações educacionais e na prática dos profissionais que nela exercem suas funções, sua argumentação encaixa-se perfeitamente para uma prática social como um todo e contempla os aspectos aqui investigados.

O debate sobre ética é vasto, difícil e complexo. E essa complexidão diz respeito a adentrar, muitas vezes como Profissional da Informação, mas antes de tudo como cidadão, em temas polêmicos como legalização do aborto, descriminalização da maconha (e uso medicinal da *cannabis*), censura, tortura, desinformação, racismo, homofobia, religiões de matriz africana (intolerância religiosa), entre outros. A precaução se faz necessária, para quando no exercício do ofício haja o vislumbre da não neutralidade. Ou seja, estar atento e com posições definidas quanto às questões polêmicas na sociedade, pode ajudar a pensar criticamente e contribuir na construção de Sistemas de Representação equânimes.

⁹ Região mais recente do cérebro (de mamíferos) em termos evolutivos, assim como a maior de todas e que tornou possível processos tão sofisticados como a comunicação, a escrita, a sociabilidade, a criatividade e a tomada de decisões. Área do cérebro responsável pela capacidade de raciocínio, que permite o pensamento e consciência lógicos. Assim como todas as funções mentais superiores e funções executivas (especialmente localizadas no lobo frontal). Considera-se que o eu e a autoconsciência se devem ao funcionamento dessa estrutura.

A ética vem sendo investigada em diferentes âmbitos e abordagens, que podem incidir sobre a moral, os códigos de grupos, as tecnologias, o meio cibernético digital, a informação e assim por diante. Todavia, para uma grande maioria, ao ser pronunciada ou escrita a palavra, obtém-se de imediato uma postura racional associada à moral, onde o bom, o correto, é ético, o que detona a predominância da relação direta entre ação e razão.

Ética e moral mantêm relação indubitável, mas são diferentes. A associação deveras estreita de ambas, causa dificuldade em conceituar uma e outra. Um motivo para isso ocorrer pode ser o fato de “[...] que o termo ‘ética’, para os gregos, significa ‘costume’ e o termo ‘moral’, para os latinos também significa ‘costume’” (Nuñez, 2022, p.13). De maneira sucinta, é a ética uma ciência focada na conduta traçada por regras, em que a moral consiste no seu objeto de estudo e está relacionada à abordagem diante da concretude das situações. Hooft (2013, p.8) refere que

A moralidade diz-nos o que devemos fazer em uma série específica de circunstâncias, enquanto a teoria moral (às vezes chamada de ‘ética’) consiste no estudo da moralidade. Os propósitos da teoria moral são vários. Talvez a tarefa mais geral, que os próprios teóricos morais estabeleceram, seja a de entender em que consiste a moralidade.

Da felicidade suprema de Aristóteles (ética da virtude), ao dever de Kant (imperativo categórico), à subjetividade de Sócrates, muito se transformou. Os dilemas éticos sempre existiram em momentos distintos da história, e não são congêneres, são condizentes com uma região e/ou cultura, para citar um exemplo. As mudanças são inevitáveis e bem-vindas, e a evolução é isso: transfazer-se! O que não é oportuno é a perda da referência do dever. Dever agir em busca de uma vida benfazeja, no esforço pelo equilíbrio, por vezes, ilusório.

Voltemos um pouco para apreender a ética através dos tempos (sob diferentes enfoques) e poder situá-la na responsabilidade do Bibliotecário indexador mais adiante, tendo em mente a ética do eu para com o outro e para com o grupo, que fundamenta o princípio da ética e da cidadania (Ferreira, 2004).

A ética do **eu** entende a virtude como sendo o exercício do bem consciente, algo intrínseco que parte do ser e se reflete no grupo ou no outro. A ética do **grupo** tem seus costumes caracterizadamente impostos para a conduta do indivíduo, regras do tipo: não mate, não roube, não fume, etc. A ética do **outro** e a ética do eu estão subordinadas à ética pública, que é guiada pela única virtude - a justiça. A ética nasce de uma escolha individual, quer seja de grupo,

quer não seja, onde o sujeito ético só existe quando tende a conhecer a existência do outro (Ferreira, 2004, p.11, grifo nosso).

Na rotina diária a ética não acontece didaticamente como nos livros, é natural que nem se consiga explicar de maneira inteligível quando indagado. Bom, é a Grécia Antiga apontada como o berço da ética filosófica, esta que aludia a princípios universais para qualquer sociedade e época, e que não vingou porque seu objeto de estudo gerava muitas controvérsias (Nuñez, 2022). Não obstante, é um período deveras significativo, com ideias, definições e teorias que perduram até hoje (Valls, 1994).

Sob o ponto de vista de seu objeto, o estudo da ética pode ainda ser dividido em Ética Descritiva (relativamente aos fenômenos morais); Ética Normativa (elemento de justificação racional da moral) e Metaética (estudos da linguagem e dos métodos pautam os estudos éticos) (Guimarães *et al.*, 2008, p.142).

Para Sánchez Vázquez (1975 *apud* Guimarães *et al.*, 2008 p.141),

O estudo da ética pode ser dividido, ao longo da história, em quatro doutrinas: Ética grega (sofistas, Sócrates, Platão, Aristóteles, estóicos e epicuristas); Ética Cristã Medieval (Ética Religiosa, Ética Cristã Filosófica); Ética Moderna (Ética Antropocêntrica no Mundo Moderno, Ética de Kant); e Ética Contemporânea (de Kierkegaard ao Existencialismo, Pragmatismo, Psicanálise e Ética, Marxismo, Neopositivismo e Filosofia Analítica).

A Grécia Antiga também instaura a ética profissional, “[...] período em que as organizações do trabalho não eram norteadas pelas profissões, e sim pelo trabalho escravo, quando Platão ensinava como obedecer a regras para ser um escravo virtuoso” (Ferreira, 2004, p.15). Deveras estranho o ensinamento, uma vez que Platão acreditava que a virtude¹⁰ não podia ser ensinada, mas que era inata (Marcondes, c2008).

Crença antagônica a virtude Aristotélica¹¹, que a considerava sob duas ordens: intelectual e moral. Felicidade que em Aristóteles (*eudaimonia*¹²) nada tem da busca

¹⁰ Ver o diálogo *Mênon* de Platão.

¹¹ Que predominou por mais de 2000 anos.

¹² O bem supremo dos seres humanos, conforme Aristóteles. É uma palavra de origem grega formada a partir dos vocábulos *Eu* (o bem ou aquilo que é bom) e *Daemon* (deus, ou gênio, intermediário entre os homens e as divindades superiores). Na cultura grega, o *Daemon* seria a entidade capaz de guiar o caminho das pessoas.

pelo prazer, reconhecimento ou riqueza, distante do hedonismo¹³. Mas, uma vida contemplativa, um bom exercício da razão, em que se esforça para compreender o cosmos. As virtudes seriam as qualidades do caráter que permitem conseguir os bens necessários (materiais e imateriais) para viver e ter uma vida feliz. Para Hooft (2013, p.19) “[...] a ética da virtude estende-se além da esfera da moralidade”, e sociedades diferentes destacam virtudes diferentes, sendo a ideia de virtuoso modificada ao longo do tempo.

Na visão psicanalista de Fromm (1968, p.38, grifo nosso)

A matéria da Ética é o caráter, e só com relação à estrutura do caráter como um todo é que se podem fazer afirmações válidas acerca de traços ou ações isoladas. O caráter virtuoso ou vicioso, e **não virtudes** ou vícios isolados, é o verdadeiro tema da investigação ética.

Ponderando sobre a virtude como qualidade, a exemplo da sinceridade, atente-se que deve haver um uso parcimonioso, uma vez que se perder a medida, pode-se gerar tanto mal quanto assim fariam os defeitos. Isso se dá pela potencialidade da linguagem no mundo, que, por vezes, exacerba o egoísmo e mascara a crueldade dando o título de “verdades que precisam ser ditas”.

No percurso da sensatez, indica-se Chauí (2013) com uma elucubração sobre o ser humano “social” por natureza ou instituição, pois, chama a pensar sobre dogmas e concepções há anos instituídos, que necessariamente não são o que parecem ser. E o primordial é o exercício analítico sobre os aspectos da existência, o verdadeiro prazer pelo pensar. E, como diz Giuliani (2006, p.5), “[...] pensar significa abandonar o conformismo, as rotinas e suas confortáveis poltronas, significa maravilhar-se e colocar problemas. Este caminho, em geral, é bastante pessoal”.

Em suma, “o julgamento concreto de cada ação exige exatamente todos os pressupostos éticos” (Valls, 1994, p.68). E qual o ideal da vida ética? Eis a questão, compromisso ético ou juízo de valor? Pressupõe-se que é preciso apostar na realidade factível. Segue-se para caracterizar a ética na Ciência da Informação (CI).

¹³ Doutrina moral que determina que o bem supremo, ou seja, o fim último da ação, é o prazer. A busca pelo prazer é o único propósito da vida.

2.1 Ética na Ciência da Informação

As tecnologias, a globalização e o capitalismo atuam essencialmente com a informação, que é a sua chave mestra. O aporte intelectual tem sido, paulatinamente, utilizado de maneira estratégica em uma sociedade mercantilista. Entretanto, sem um uso socializado e respeito aos valores humanos, o conhecimento pode aprofundar a segregação. Como já esclarecera Milanesi (2013, p.56)

‘Informação é poder’ foi um lema muito difundido nos tempos em que se tornou claro que o conhecimento acumulado não é, apenas, uma possibilidade de prazer, mas uma condição básica de sobrevivência. Os mais fortes são aqueles que sabem mais.

Informação, que resumidamente, tem quatro usos: como coisa, como processo, como construção social e como probabilidade (Vreeken *apud* Araújo, 2018). Todavia, como se dá a construção do conhecimento? Em que ponto está a Ciência da Informação (implícitos os Bibliotecários) nesse transcurso? Que valores ela carrega? Como estão situadas as Bibliotecas das Universidades Públicas Federais hoje? Informação social, mercadológica ou estratégica?

Na tentativa de atenuar tantas dúvidas e oferecer ao leitor uma unidade lógica de argumentação até o objetivo final da investigação, essa seção insiste no encorajamento crítico. Por isso, contextualiza-se um pouco do conhecimento múltiplo (como condição para a transformação da realidade), para aproximar-se da CI e posicionar a ética que está sendo pensada e operada em seu cerne.

Ética, moral, informação, linguagem e pensamento coexistem no ser humano de modo intrínseco e por isso são naturalizados cotidianamente sem questionamentos, a não ser que precise fazê-lo, como agora. Por isso, apresenta-se o quadro demonstrativo a seguir.

Quadro 1 – Distinção de Conceitos

| Ética | Moral | Ética da Informação | Ética da Indexação |
|---|--|---|--|
| <p>“Um domínio no campo da Filosofia que visa a procura do bem-estar na convivência em sociedade, ideia que se encontra ancorada nos conceitos de bem e de mal, e que tem como objetivo uma harmoniosa coexistência social” (Evangelista; Simões; Guimarães, 2016, p.60).</p> <p>-----</p> <p>“[...]se preocupa com a reflexão sobre os valores morais, não ditando nem estabelecendo regras e normas de conduta a serem seguidas, [...]”(Guimarães; Pinho, 2007, p.[5]).</p> | <p>“Toda cultura e cada sociedade institui uma moral, isto é, valores concernentes ao bem e ao mal, ao permitido e ao proibido e à conduta correta e à incorreta, válido para todos os seus membros” (Chauí, 2009, p. 310).</p> <p>-----</p> <p>“[...]a moral se atém ao estudo das regras de conduta propriamente ditas em um dado segmento social no espaço e no tempo [...]” (Guimarães; Pinho, 2007, p.[5]).</p> | <p>É uma área da ética aplicada, “[...] está essencialmente preocupada com a questão de quem deve ter acesso a quais informações. As questões centrais [...] incluem liberdade intelectual, acesso equitativo à informação, privacidade da informação e propriedade intelectual” (Fallis, 2007, p.24, tradução nossa).</p> <p>-----</p> <p>“[...] diz respeito aos dilemas deonticos ou conflitos morais que surgem na interação entre os seres humanos e as tecnologias e sistemas de comunicação e de informação a fim de refletir e, sobretudo, disciplinar a criação, a organização e o uso das informações” (Freire, 2010, p.7).</p> | <p>“[...] uma noção de limite de poder (controle), pois se distancia do poder sobre os outros e evita ser objeto de qualquer ideologia” (Guimarães; Pinho, 2007, p.[4]).</p> <p>-----</p> <p>“[...] princípio para a representação de um conteúdo documental, [...]” (Jesus; Fujita, 2019, p.101).</p> |

Fonte: Elaborado pela Autora (2024)

Os registros sobre a informação, desde a antiguidade, e das bibliotecas pós Gutemberg, revelam que o conhecimento sempre foi privilégio de poucos, diga-se a classe eclesiástica. A realidade era que “as bibliotecas existiam para a propagação da fé e para a formação religiosa” (Milanesi, 2013, p.37).

O que não suscita nenhuma surpresa no Brasil, o qual traz como herança da colonização a opressão dos portugueses e da igreja católica, cuja atuação sempre foi no sentido de centralizar o poder e separar os que teriam serventia, ou seja, eles dos outros. O que, de antemão, demonstra a dimensão exata de que saber é poder, mas como é usado esse poder é justamente o que culmina na ética. Entenda a seguir um pouco do cenário da CI desde sua origem, que justifica a maneira como tem se desenvolvido e como seus paradigmas têm-se perpetuados ou adaptados.

O surgimento da CI, na década de 1960, se dá por uma mudança de foco para a informação em si. Inicialmente baseia-se na informação das bibliotecas públicas, privadas, universitárias, especializadas ou centros de documentação. A princípio estudava a leitura pública e a história do livro, depois passou a debater a informação relativa às ciências, às técnicas, às indústrias e ao Estado (Le Coadic, 2004). Alerta, contudo, Zandonade (2004) que, o que foi chamado de “ciência da informação” envolveu-se com a ciência da computação, cibernética, teoria geral dos sistemas, pesquisa operacional, teoria da informação, lógica formal, teoria da gestão e assim por diante.

A trajetória da CI está permeada de discussões e visões convergentes e conflitantes a despeito do seu objeto de estudo, sua institucionalização, sua interdisciplinaridade, seu conceito, sua função social, entre outros (Zandonade, 2004; Rayward, 1997).

O itinerário histórico da CI sempre evidencia seus paradigmas que influenciaram e inspiram até o presente, bem como, permeiam a construção e aferição dos Sistemas de Informação (SI) como atesta Capurro (2003). O autor mantém forte endosso até hoje, cuja abordagem destaca a necessidade de considerar a hermenêutica do usuário, da coleção e do lugar no que concerne aos SI. E por que não social, principalmente dado o alcance da informação na vida dos indivíduos e em todo contexto científico. Os paradigmas preceituados por Capurro (2003) seguem a direção da máxima: Informação para quem?

Para Columbié (2005), o desenvolvimento da CI no séc. XX não pode estar desvinculado dos acontecimentos inerentes à própria época. Afinal, são as transformações no universo científico, filosófico e cultural que concebem a ciência moderna. E a CI não é purista, vem sendo construída a partir de diferentes contribuições e se constitui em uma Ciência contemporânea, sem, contudo, negar sua origem positivista (experiência e o dado concreto). O olhar trazido pelo referido autor contribui para a historiografia da CI, tornando-a necessária em pleno séc. XXI.

O positivismo caracteriza o conservadorismo da CI, ela tem a prática como inerente, em consequência da Documentação (ou recuperação da informação), com contributos diversos. Não é uma ciência linear e outrora estava voltada para uma explosão documental em decorrência da informação científica e tecnológica, e hoje precisa abarcar praticamente tudo. Esse tudo pode parecer, por vezes, perturbador, como se faltasse foco e a sensação gerada por essa falta de centralidade dificultasse

a consecução de alguns dos seus objetivos. Um desconforto que pode se traduzir em estagnação para seus profissionais e celemas quanto à conceituações e definições.

A CI está debruçada sobre as consequências do uso das tecnologias e não no seu desenvolvimento em si. Importa-se com o impacto social do emprego da análise dos dados, como isso vem alterando a relação sociedade - tecnologia - informação. Ela não está preocupada com a técnica pela técnica (mineração de dados), nem tão pouco, no uso da ferramenta pela simples utilização.

Quando se volta para a sociedade, é preciso vislumbrar que os estudos da informação devem estar harmonizados com os “[...] estudos das práticas sociais e públicas, das realidades políticas, da economia e da cultura”, com diz Frohmann (2008, p.19) ao ponderar sobre o caráter público, material e social da informação.

Um campo pouco explorado quando se fala de informação, conforme Le Coadic (2012), são os usos da matemática e estatística, que têm servido para auxiliar nas ciências sociais em três instâncias: preditiva, retroditiva e explicativa. Cooperando, dentro da CI, estatisticamente para descrever, explicar e dominar os fenômenos informacionais. Pode-se constatar até o momento, a vastidão quando se lida com informação, o que recai na premência da ética. Só assim é possível assegurar que culturalmente o conhecimento possa ser efetivado nos Sistemas de Informação.

Levantar o discurso da ética na CI é primordial, em decorrência da carência de estudos, também pela “[...] atual dificuldade em se encontrar respostas morais para os novos e vertiginosos desafios decorrentes dos sistemas e tecnologias da informação” (Stumpf, 2014, p.115).

Muito é escrito e dito na academia sobre entender o que aconteceu antes, situar a CI no tempo e espaço de outras questões prementes na sociedade, mas o que na prática diária, nas atividades que sustentam toda a engrenagem, está sendo feito de fato? Até porque para os Sistemas de Informação cumprirem seus objetivos dependem de atividades como a representação descritiva e temática, para citar alguns arquétipos. Falar em código de ética para as ocupações rotineiras gera a concepção do agir moral, que é diferente de indivíduo para indivíduo.

Dessa maneira, vale voltar a Stumpf (2014, p.134-135, grifo nosso) que concluiu, após examinar a ética profissional em bibliotecas universitárias:

Pois bem, se ética é a teoria que norteia as relações, e se existem vários tipos de relações, então também existem várias situações resultando em posturas éticas distintas. Mas, além disso, o coletivo [Bibliotecários] é ainda mais vago ao entender a ética como um

conjunto de normas e não refletir seus fundamentos. Antes de seguir normas **é preciso intuí-las, avaliá-las, julgá-las**, mesmo correndo o risco de emitir juízos de valor inapropriados, pois **a reflexão é necessária sempre**, já que a sociedade se transforma continuamente e com ela também deve se transformar a ética como fundamento das relações, as normas de conduta social, as profissões e a postura dos profissionais (Stumpf, 2014, p.134-135, grifo nosso).

Aposta-se aqui na conscientização do poderio da informação e do conhecimento dela derivado, como já aclamado até o momento, para suscitar nos profissionais o desejo genuíno de trabalhar a favor de uma sociedade diversificada e pluricultural, que precisa estar no topo de toda decisão profissional que envolva a informação.

Estudos da área de CI trazem a ética bastante relacionada com as tecnologias e a globalização (Stumpf, 2010), natural, devido às consequências humanas e sociais advindas, que podem contemplar o direito intelectual, o acesso e uso da informação, da privacidade e muito mais (como no caso recente do Brasil, com o polêmico Projeto de Lei das *Fake News*¹⁴).

Todavia, abre-se espaço aqui para uma ponderação a respeito da globalização, ela não é sinônimo só de entusiasmo, seu lado nefasto segrega e desterritorializa o local. Vislumbrar isso faz toda diferença na tomada de decisão ética do Profissional da Informação. Como nos alerta Bauman (1999)

Todos nós estamos, a contragosto, por desígnio ou à revelia, em movimento. Estamos em movimento mesmo que fisicamente estejamos imóveis: a imobilidade não é uma opção realista num mundo em permanente mudança. E, no entanto, os efeitos dessa nova condição são radicalmente desiguais. Alguns de nós tornam-se plena e verdadeiramente 'globais'; alguns se fixam na sua 'localidade' — transe que não é nem agradável nem suportável num mundo em que os 'globais' dão o tom e fazem as regras do jogo da vida (Bauman, 1999, p.8).

Araújo e Bezerra (2009) refletem sobre a ética na Ciência antes de chegar na Ética da Informação, afinal, foram as demandas provindas da comunicação científica que acarretaram a necessidade de gerenciar o caos bibliográfico, efetivado pela CI. Desse modo, a tecnologia é a fonte que direciona o curso das coisas, em função disso,

¹⁴ O PL das *Fake News* ou PL 2630 é uma proposta que pretende instituir a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Tem como objetivo enrijecer a regulamentação e fiscalização sobre plataformas digitais, como redes sociais, aplicativos de trocas de mensagens e ferramentas de busca. Questões como os recentes ataques violentos às escolas e os atos antidemocráticos de 8 de janeiro estão dando o tom de sua urgência.

para eles é importante “[...] refletir sobre o espírito formativo no campo da Ciência da Informação no sentido da presença da técnica, das tecnologias da informação e da relação destas com as intersubjetividades” (Araújo; Bezerra, 2009, p.231). E assim, evoluir quanto a incorporação das subjetividades, dispondo

Como condição fundante de sua lógica discursiva, incorporar **reflexões de natureza ética**, uma vez que neste campo de conhecimento torna-se possível erguer a voz, não contra a técnica e o tecnologismo, mas contra a técnica que se faz **irracional** por não perceber sua funcionalização à dialética do reconhecimento das liberdades. Contra o tecnologismo que reduz a capacidade criadora humana em simples combustível para gerar energia para os sistemas ainda em funcionamento. Contra a consciência tecnológica que reduz e impede as subjetividades a produtos, negando historicidade e pertinência histórica às mesmas (Araújo; Bezerra, 2009, p.233-234, grifo nosso).

É o reconhecimento da informação como fenômeno humano que posiciona a ética na CI. Em uma reflexão do cenário contemporâneo da ética da informação, Gonzalez de Gomez (2017) sinaliza que os estudos têm se voltado para os códigos de ética dos profissionais da informação, no que diz respeito à busca de informações na *web*, que se configura pela pluralidade de fontes e dificuldade de gerenciamento pelos usuários. E diz respeito antes, à integridade e ética na pesquisa científica em geral, que nos últimos anos sofreu violações (plágio, falsificação de dados, dados de pesquisas postergados em sua publicidade), que ocasionaram perda de credibilidade e investimentos nas pesquisas.

A Ética da Informação Intercultural (IIE) de Capurro (2007), em um sentido restrito, está voltada para o impacto da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) em diferentes culturas. Enquanto, em sentido amplo, além das questões interculturais levantadas pelas TICs, também estuda o impacto por outras mídias, permitindo uma ampla visão comparativa histórica. Essas investigações ocorrem sob perspectivas descritivas e normativas, em níveis de pressupostos ontológicos ou estruturais.

Estruturas culturais não são concebidas como mundos fechados, mas como fundadas em experiências humanas afetivas comuns de compartilhar uma existência finita em um mundo comum. Em outras palavras, as diferenças ônticas entre as culturas humanas são refrações da consciência do mundo comum. Todo esforço para determinar a natureza dessa consciência dá origem a diferentes experiências e interpretações. Falamos de ética multicultural no caso de justapormos tais interpretações em vez de compará-las. O oposto

é uma visão monocultural que se concebe como a única válida. (Capurro, 2007, p.27, tradução nossa).

Pelo momento, recomenda-se ficar vigilante porque "[...] a ética observa as maneiras como nos comunicamos uns com os outros como pessoas morais e as maneiras como essa identidade moral é compreendida. Na verdade, não existe um observador ético imparcial" (Capurro, 2007, p.23, tradução nossa).

Entende-se, contudo, que a imparcialidade e neutralidade são problemas complexos, apresentando paradoxos quanto a ser parcial, buscando justamente a imparcialidade. Introduce-se agora no ponto da ética na Representação do Conhecimento.

2.2 Valores éticos na Organização e Representação do Conhecimento

Representar é enquadrar em um rito de julgamentos, reduzir sob um prisma, externar crenças, delimitar, significar e ressignificar. Uma árdua estrada em que o Bibliotecário se aventura todos os dias, que não é linear, mas recheada de desafios. Um combate que carrega a própria natureza humana, impossível de desassociar o indivíduo de sua conduta, das suas práticas ético-morais e da repercussão social e econômica proveniente delas.

A Organização e Representação do Conhecimento (ORC) é uma preocupação constante porque é a produção do conhecimento na sociedade que consubstancia a formação da cultura humana, e toda produção precisa ser organizada e disseminada para ser perpetuada. Desde os filósofos da antiguidade, embasados por Aristóteles, aos cientistas da atualidade, a sistematização do conhecimento é uma estratégia para lidar com o saber existente.

O registro material do conhecimento produzido conduz para a criação do documento, das Instituições dedicadas a salvaguardá-los e o estabelecimento de regras para organizá-los. Vale ressaltar que a ORC, permanentemente, foi reflexo de interesses de classes dominantes (tecnólogos, cientistas, filósofos etc.) de acordo com objetivos específicos (Souza, 1998; Araújo, 2018).

Esse comportamento foi espelho de uma postura anterior, preocupada com a guarda, não com a circulação. O que tem mudado, a partir da inquietação em estabelecer Sistemas de Informação que possam reverberar uma coletividade, porque

não se trata apenas de produzir, mas de reunir, organizar e disponibilizar o conhecimento. Este que se constitui em memória individual, institucional, social e coletiva.

Organizar e representar estão impregnados no dia a dia, por vezes de maneira mnemônica, em outras práticas, como também sistemática (Souza, 1998), o que já destitui seu tabu. Ao adentrar na esfera científica, como partícipe de uma área do conhecimento, tornam-se revestidos de valores. O nível de complexidade e qualidade de um Sistema de Representação do Conhecimento (SRC) depende da sua capacidade de criar associações, cruzar metadados e da rapidez na recuperação (esta, de maneira assertiva). A atividade da ORC deve ultrapassar a condição técnica e ser sistematizada para uma aplicação prática, porque está encorajada de uma concepção de mundo. Posto que “a técnica nos possibilita o ‘saber como’ e não o ‘saber por quê’”. Ela nos ensina como fazer certas coisas, mas não por que se deva fazê-las” (Dupas, 2001, p.71).

O juízo de valor arraigado no profissional e repassado na atividade pode traduzir vieses no seu desempenho, ao fim, a neutralidade não existe. Vejamos a colocação de Zhitomirsky-Geffet e Hajibayova (2020) adiante.

O viés na representação e organização do conhecimento resulta na representação limitada de várias visões de mundo, culturas e crenças, o que não está de acordo com a essência das normas éticas e morais esperadas dos profissionais da informação como guardiões do acesso igualitário e justo ao conhecimento. Mais importante ainda, uma visão limitada sobre o conhecimento desumaniza a representação e organização da informação, pois o processo de representação não é, nem deveria ser, apenas sobre representação, organização e descoberta de objetos culturais tangíveis e intangíveis; ao contrário, é, e deveria ser, sobre a representação da riqueza e diversidade das visões de mundo, culturas e crenças dos indivíduos (Zhitomirsky-Geffet; Hajibayova, 2020, p.1461-1462, tradução nossa).

Por tudo isso, é importante manter um SRC confiável, o que se dá por fundamentos éticos (Pinho, 2009). As escolhas precisam ser claras, não importa se serão de ordem lógico-semântica, linguísticas, de garantia cultural ou qualquer outra. Ademais, com os profissionais e Instituições atuando juntos em todo o processo de construção e validação. E, primordialmente, construído na representação para o usuário (crenças refletidas no Sistema).

O ferramental que auxilia na representação do conhecimento em Sistemas, é de grande auxílio, mas os profissionais indexadores mesmo se valendo desse

material, continuam sujeitos a lapsos éticos e podem incorrer em violência conceitual, intencional ou não. Essa violência “[...] consiste em danos por meio de deturpação linguística ou estrutural e pode ocorrer, por exemplo, quando tópicos em um sistema de organização do conhecimento (KOS) recebem linguagem depreciativa ou estrutura subordinada” (Fox; Reece, 2012, p.377, tradução nossa).

A avaliação do sistema deve ser contínua porque os desvios na representação sempre incidirão sobre o usuário e demonstrarão os preconceitos existentes, bem como, a falta de garantia cultural, para exemplificar. Fato que decorre das escolhas dos conceitos na etapa da atividade de indexação, que por sua vez, decorrem da falta de políticas exclusivas e assim o caminho antecedente se torna longo. Os critérios e políticas aqui mencionados dizem respeito a uma visão maior, que reconhece as diferenças culturais com respeito, não como segregadoras. Que coaduna prática e teoria, e que está fincada na missão originária de todo e qualquer SRC de fornecer informação, atuando com uma postura social e crítica.

A discussão ética tem se ampliado na ORC, mas não há uma sistematização teórica de suas questões. É preciso estar diligente quanto aos valores individuais que estão intrínsecos e afetam a atividade de recuperação da informação, na maioria das vezes, dissimulados e caracterizados de bom senso (Guimarães; Milani; Pinho, 2008). É importante se ater que toda representação é simbólica e recortada de uma realidade pessoal, esta que faz parte de um processo cognitivo individual de historização. O que só reforça o préstimo da atitude crítica e da transversalidade de saberes, ensejando uma percepção para além do que está posto.

Por isso, deve haver uma atenção redobrada para tudo que envolve a ação. É preciso ir além da teoria e inspirar estudos práticos de acordo com o contexto brasileiro, que consigam impactar os Sistemas de Informação em todo o país, alçando as transformações emergentes. Infelizmente, “[...] a maioria das pesquisas sobre ética em IO tende a se basear em uma premissa de ‘ética’ não aderindo a uma estrutura filosófica particular, mas sim a um senso de certo e errado não rigorosamente definido” (Fox; Reece, 2012, p.378, tradução nossa).

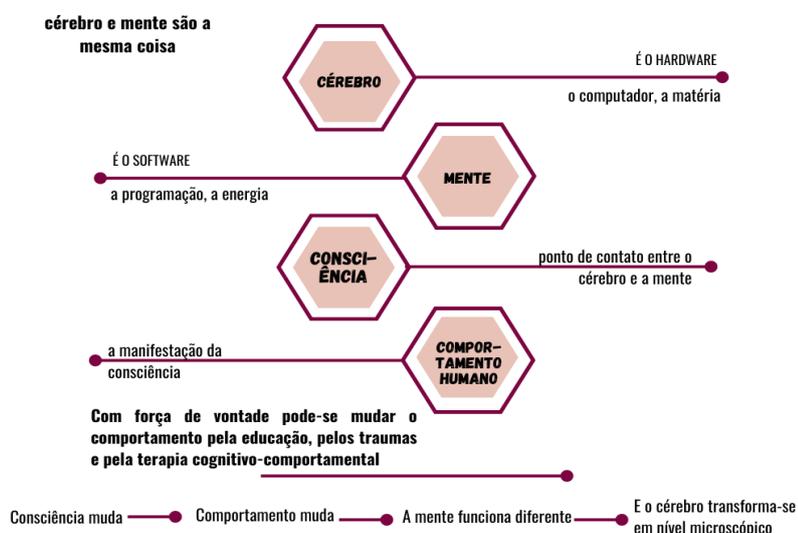
Aquiesce-se que a CI, essencialmente, no que concerne à ORC, está intimamente ligada à psicologia cognitiva, e esses são estudos que não devem ser apartados da produção científica da área. Valores, ética e representações dizem respeito às peculiaridades do ato de ser humano, de efetivamente existir. A exemplo da indexação, “[...] a perspectiva sócio-cognitiva [pode] ser utilizada para análise de

procedimentos, dificuldades e percepções de bibliotecários, usuários e dirigentes durante o processo [...]” (Boccatto; Fujita; Rubi, 2010, p.106).

A apreensão sobre cognição¹⁵ possibilita assimilar o comportamento, assim dizendo, como é percebido e processado o universo de informações em nosso entorno. Porque, como versa Andrade (2012), nossas categorias cognitivas estão submetidas às interpretações que se faz do mundo.

À vista disso, quanto às especificidades, outro ponto merece destaque e diz respeito ao papel das emoções e dos sentimentos nos raciocínios morais dos seres humanos, quando solicitados a resolverem conflitos de natureza moral, como diz Araújo (2000), dentro da abordagem da Psicologia Moral. Com a ajuda da neurociência, pode-se assimilar como efetivar uma mudança de comportamento, vejamos na figura abaixo.

Figura 1 – Neuroplasticidade



Fonte: Elaborado pela Autora (2023, baseada em Pinto, 2018, p.13)

As contribuições antecedentes são para se ter outras visões sobre o mesmo tema, demonstrando que a atividade técnica carrega os componentes emocionais e fisiológicos do indivíduo-profissional. Porque, em geral, os estudos da ORC sempre aludem a dimensão ética quanto à atividade em si. Como esclarece Pinho (2006, p.3)

¹⁵ Os processos da mente relacionados com o conhecimento. Segundo o enfoque do processamento da informação, a cognição se efetiva por meio de uma sequência de fases: a memória sensorial, a memória operacional e a memória permanente. Disponível em: <https://www.infoescola.com/psicologia/cognitiva/>

As competências específicas para os profissionais que trabalham com a questão da representação estão intimamente ligadas a uma dimensão ética, principalmente porque essa atividade deve levar em conta que tanto o sistema quanto o processo de representação devem se preocupar com a utilidade e se são recomendáveis para determinados grupos de usuários (Pinho, 2006, p.3).

Todavia, o indivíduo (travestido de profissional) precisa estar precavido de qual bagagem impacta em seu comportamento. A inquietude sobre a vida, sobre os porquês do que encerram os dogmas, as representações, as atividades e todo o resto, deve ser posta como exercício diário para que o “ser” social enxergue-se no “ser” profissional e entenda muitas das suas decisões. Contribuindo para uma compreensão mais integrada e mais dinâmica dos próprios indivíduos.

Tratam-se, portanto, de recortes que impulsionam a assimilar o compromisso ético que pesa sobre a atividade bibliotecária. Compreender o comportamento humano, com suas questões cognitivas e ademais, visa relembrar ao profissional que há uma intenção subjacente em todo indivíduo, que recairá na não neutralidade em si. Por isso, é fundamental estimular a reflexão crítica a fim de não sucumbir ao desenvolvimento de Sistemas de Informação inclinado a alguma ideologia dominante.

Passa-se, neste instante, ao contexto da ética na prática bibliotecária.

3 MUITO ALÉM DO SILÊNCIO E DOS ÓCULOS: a decisão ética no exercício do Bibliotecário indexador

Bibliotecário o quê? A indagação corriqueira, quando se trata da Biblioteconomia e dos profissionais que a exercem, há tempos está em decadência. Pergunta que, por um período, refletiu o total desconhecimento da atuação do profissional Bibliotecário. No entanto, em época de *fake news* e desinformação, a humanidade começou a perceber o quanto a informação é essencial e com que intensidade a **desinformação mata**. Momento em que a profissão tomou novos ares e a missão do Bibliotecário avolumou responsabilidades.

Não obstante, não é razão suficiente a sociedade necessitar desse profissional, é impreterível que o mesmo disponha de competências, habilidades e atitudes que o preparem para atuar em uma esfera diversificada e mutável. Um cenário cambiante, que já era evidenciado em Ortega y Gasset (2006, p.16), quando dizia:

Tudo isso nos mostra que, para determinar a missão do bibliotecário, é preciso partir não do homem que a exerce, de seus gostos, curiosidades ou conveniências, tampouco de um ideal abstrato que pretendesse definir de uma vez por todas o que é uma biblioteca, mas da necessidade social a que serve vossa profissão. E esta necessidade, como tudo que é propriamente humano, não consiste em uma magnitude fixa, mas é, essencialmente, variável, migratória, evolutiva; em suma, histórica.

Não ao exílio, é tempo de afluência, a diáspora bibliotecária (forçada ou voluntária) não encontra lugar, é o momento de revisitar a missão, as aptidões necessárias ao servir social, inerente à CI. Por isso, nessa conjuntura o escopo é trazer o entendimento da ética, para além de um código de conduta estabelecido para uma categoria, mas deliberada no ambiente de trabalho, em que vieses e conflitos, quando da indexação, no caso dessa investigação, possam ser minimizados. O que, para tanto, carece de convergência de saberes, de acordos com a Instituição a qual se está vinculado, de estar em consonância com as demandas sociais (que aqui evidencia a cultura) e as preocupações com o desenvolvimento sustentável.

Neste capítulo é pontuado o exercício bibliotecário, o panorama da cultura na sociedade e sua importância nos Sistemas, trazendo à baila a ética na atividade de indexação em busca da garantia cultural. Que pode ter padrões éticos diferentes entre o Bibliotecário e a Instituição, sendo muito importante definir como será a avaliação dos dilemas morais (Fox; Reece, 2012).

O Profissional da Informação que está posto hoje tem o maior desafio de todas as épocas, das placas de argila à Inteligência Artificial (IA), o caminho foi longo e ao mesmo tempo célere. É categórico o cenário de transmutação para este especialista, não importa se por razões econômicas, sociais ou políticas, o fato é que a ética, como princípio, reflexão e compreensão do que fundamenta a moral, está conclamada.

Inicia-se pela figura do Bibliotecário, que em tempos remotos, era um técnico (na verdadeira acepção da palavra), um auxiliar de erudito, um conselheiro de leitura, dotado de uma inabalável racionalidade e devotado ao ofício. Contudo, seus defeitos eram enumerados pela estreiteza mental, devida à sua especialização, que o limitava ao fazer, em detrimento do pensar. A ideia sobre a biblioteca ser um espaço calmo e silencioso, era a predominante, contudo, a reconhecida complexidade do labor exigia uma formação especializada e rigorosa. Com o passar do tempo e uma nova ótica sobre o ensino desse profissional, percebeu-se a necessidade de uma formação cultural (Martins, 2001).

Essa formação, que em outra época, já demandava conhecer diferentes culturas (modos de agir), e que hoje também tem se configurado na ação cultural como meio para uma relação igualitária e democrática. Que adentrou os espaços das Bibliotecas Universitárias, requerendo do Bibliotecário o desempenho da função de agente cultural. Embora, os estudos sejam tímidos e as ações, em maioria, voltem-se para as Bibliotecas Públicas, já é possível encontrar na estrutura curricular do curso de Biblioteconomia o ensino da referida temática¹⁶.

No Brasil, o primeiro curso de Biblioteconomia começou em 1915 no Rio de Janeiro e até 1933 passou por ajustes, nesse tempo, chegou a ter disciplinas como cartografia, iconografia, paleografia, diplomática e numismática¹⁷ porque formava profissionais estritamente para a Biblioteca Nacional. Porém, com forte influência norte-americana por ancorar-se nas normas da *Ecole des Chartes*¹⁸ (Martins, 2001).

¹⁶ Disciplina BI617: Ações - Instituições e Bens Culturais do curso de Biblioteconomia da UFPE, cuja ementa contempla: "Os Dispositivos Culturais: Museus, Bibliotecas e Centros de Cultura. A **Ação Cultural**. A Apropriação e o Protagonismo nos Dispositivos de Cultura. O Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39158/0/PERFIL+CURRICULAR+2019.pdf/ef5c4a1a-dbe1-4df2-ba3f-80021869833f>

¹⁷ Ciência que se dedica ao estudo, sob o ponto de vista histórico, artístico e econômico, das cédulas, moedas e medalhas. O termo também é empregado como sinônimo ao colecionismo dos referidos itens.

¹⁸ *École Nationale des Chartes* é uma grande escola francesa e uma faculdade especializada em ciências históricas, fundada em 1821 por Luís XVIII. Ver mais em: <https://www.chartes.psl.eu/>

Um longo caminho se deu, no qual houve a consolidação das entidades de classe e a regulamentação profissional, entre outros.

Movimentos e processos necessários para a humanidade, que desde o surgimento do *homo sapiens* até o mundo globalizado da atualidade, vivenciou inúmeros ciclos e, por consequência, suas rupturas. Isso faz parte da vida em sociedade e da complexidade do ser humano e de sua evolução.

Há uma forte impressão de que os indivíduos já esgotaram ora seu ceticismo, ora suas possibilidades de crenças e o que se apresenta nos últimos tempos são as coisas do espírito. É assim que a revolução noética chega e demarca o declínio do antropocentrismo, estando voltada para o conhecimento que gera e alimenta a noosfera. Esta que é parte da biosfera influenciada pelo universo do pensamento humano, conceito teórico-científico de Teilhard de Chardin e Vladimir Verdansky (Halévy, c2008).

É na crença de um tempo orientado, ou seja, que tem um rumo, um objetivo a ser alcançado e que atua do simples ao complexo, que Halévy (c2008) opera com as rupturas da nossa época, convicto de uma ultrapassagem inconvertível. Assim o faz para discorrer sobre a noética, que se caracteriza pela utilização da razão, pelo uso do intelecto (atividade intelectual). A temática conduzida por este autor mostra o impacto coletivo na sociedade, em que a acumulação originária do capitalismo não encontra mais assento, a riqueza agora é cognitiva e **cultural**, sem lugar para o ser humano como centro do universo, em que merece total atenção dos Profissionais de Informação.

A história cultural e a CI já caminham juntas há algum tempo, até porque o próprio livro é um produto cultural (Mostafa; Silva; Segundo, 2012), ele “representa a cultura escrita [,] que por sua vez reflete a trajetória da humanidade na construção de suas identidades” (Suaiden; Leite, 2016, p.54), bem como, os demais objetos que documentam a história (pintura, fotografia, filme, vestiário e outros). Briet (2016, p.5) já dizia que “a documentação para si mesmo ou para outrem aparece aos olhos de muitos como 'uma técnica cultural' de novo tipo”.

Contudo, essa relação do homem com o meio não era vista em conjunto, antes da revolução científica, ou seja, os valores na constituição do conhecimento. Esteve, portanto, a biblioteca evoluindo, consolidando-se e adaptando-se aos diferentes momentos do desenvolvimento humano, científico e social.

Na época dos estados burocráticos da Antiguidade começaram a surgir as primeiras bibliotecas e arquivos, pois já havia a preocupação com a conservação do conhecimento e a cultura das civilizações. Muitos fatores (formação dos impérios teocráticos; alfabeto fonético; revolução pastoril etc.) marcaram a trajetória do conhecimento humano, que estão diretamente relacionados a maneira como a informação agregou e mudou de paradigmas, também se refletindo na criação dos serviços de ordenação e inventário (Siqueira, 2010).

Na contemporaneidade, chegou-se à premência de uma biblioteca (física ou virtual) não mais como depósito de livros, isso ficou na Idade Média, mas ciente do impacto que seus serviços e profissionais ocasionam para e na sociedade. Hoje, do “[...] *corpora*, coleção de textos escritos em um mesmo livro” (Suaiden; Leite, 2016, p.56), chegou-se ao *corpora* digitais, “[...] que podem ser utilizados para gerar dados estruturados, representando repositórios de conhecimentos e evidências da cultura humana”, que vem sendo aplicado pela culturômica do comportamento humano (Albuquerque *et al.*, 2023, p.1, tradução nossa).

Nenhuma (r)evolução deixa a ética para trás, por isso, a conduta ética do Bibliotecário também se modificou. Ela, que provém de seus valores morais, “[...] construídos ao longo da história de cada indivíduo, em suas diferentes etapas de desenvolvimento” (Guimarães *et al.*, 2008, p.142). Ou seja, valores estes que caracterizam os atos unicamente humanos e que estão inseridos em um pluralismo de comportamentos. Em razão disso, é natural que haja dificuldade no fazer laboral, como lembra Silva Filho (2009, p.9),

Nossa tendência comum é fazer uma interpretação moral da ação e da racionalidade humana, onde o racional, o bom, o correto e o ético, de algum modo, se confundem e se explicam. E, de fato, é comum que, partindo dos nossos valores morais, estigmatizemos uma ação, crença ou atitude, como sendo racional ou irracional apenas porque as aprovamos ou desaprovamos, concordamos ou não.

Em concomitância, a fim de conhecer a dualidade que envolve qualquer situação, busca-se entender o que rege a profissão quanto ao código de conduta, compreendendo assim a conjuntura de uma classe. O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) instituiu o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro (Anexo A), em que personaliza a natureza sociocultural da profissão, deixando clara a condição da prestação de serviços à sociedade. E continua

reforçando, quando conceitua a informação como artefato cultural e pleiteia que o exercício esteja pautado no perfil sociocultural do público alvo.

No que concerne aos deveres, é possível perceber atitudes esperadas desse profissional que subjetivamente trazem competências, como capacidade de investigação científica, estar livre de dogmas e manter-se no exercício da cidadania, conhecedor dos direitos civis, de consumidor e da Lei de acesso à informação (CFB, 2018). Porém, em nada ampara quanto aos desafios éticos para a profissão em pleno séc. XXI. Não se esqueça que a moral tem um caráter normativo e a ética reflexivo (Rios, 2008).

Ressalta-se, todavia, conforme Pinho (2020), que o Profissional da Informação não pode esquecer que sua atuação e formação deve existir em cinco instâncias: o usuário, a organização, a informação, a profissão e o profissional em si mesmo. Por isso, o compromisso ético com a geração de novos conhecimentos e produtos deve permitir que o usuário se sinta inteiramente refletido nos Sistemas, no qual sua identidade e crenças estejam representadas.

Todas essas questões são profundamente desafiadoras, quiçá exaustivas mesmo, e reclamam um aprendizado permanente. Até porque “para um profissional, seja de que ramo for, conhecer mais significa estar mais apto a dominar áreas e obter vantagens em relação aos que não receberam a informação” (Milanesi, 2013, p.88). No entanto, embora as primeiras habilidades exigidas, hoje, estejam voltadas ao domínio das tecnologias de informação e comunicação, lembra-se que,

Formação profissional é um tema amplo e envolve aspectos que compreendem desde a apreensão de conhecimentos específicos a fatores mais subjetivos que incluem ética profissional, empregabilidade e desenvolvimento da profissão (Walter; Baptista, 2008, p.84).

Os mercados de trabalho tornaram-se infinitos para os Bibliotecários, apesar disso, muitos ainda não enxergam o potencial da profissão e os recursos tecnológicos que podem ser verdadeiros aliados. Silva (2005, p.12) já demonstrava entender esse alcance ao vislumbrar, na primeira década dos anos 2000, a dimensão do aprendizado necessário ao afirmar que,

A Biblioteconomia requer que o conhecimento do bibliotecário alcance desde o processo de construção da informação, o que envolve o conhecimento de filosofia e de Teoria do Conhecimento, por exemplo, passe pelo conhecimento da arquitetura da informação, da arquitetura de suportes, meios e canais por onde flui a informação, pela engenharia da informação e chegue até os domínios dos processos

de gestão da informação, do seu uso, do seu custo, dos seus resultados sociais e econômicos, dos seus utilizadores, das suas condições de disseminação no espaço político e social onde ocorre e para onde vai, dentre outros aspectos.

Hoje, a CI, que usa a Biblioteconomia de forma aplicada, direciona especial atenção ao fluxo informacional e como otimizar o acesso e uso da informação produzida e disseminada. Na prática, muitas vezes, as coisas ocorrem a passos lentos e, em algumas Instituições, não dá tempo de estudar e entender uma tecnologia, quando outra já é implantada. Por isso, é imperativo pensar e repensar a ética, mas agir de fato. Porque embora ela seja urgente, também é intrincada, principalmente, porque não é esclarecida no ambiente de trabalho, quando se dão os conflitos no exercício laboral.

Por si só, a informação é multifacetada, atuar com ela exige um esforço maior, e até chegar na ética quanto às questões de representação, por exemplo, requer que pontos anteriores estejam bem resolvidos. Uma indagação simplória seria quanto à informação para o profissional e a informação para o usuário de seu sistema, seriam as mesmas? É exatamente como nos diz Logan (2012, p.8)

Informação não é um conceito simples e direto, mas uma noção muito escorregadia, usada de muitas maneiras diferentes e em muitos contextos diferentes. Linguística e gramaticalmente, a palavra informação é um substantivo, mas na realidade, descreve um processo e, portanto, é como um verbo.

Não se crê possível iniciar um caminho de atuação ética, até mesmo de conscientização e implantação de diretrizes na Instituição, sem que haja políticas claras no que diz respeito a curadoria digital, usabilidade da informação e indexação nos RIs, este último a exemplo desta pesquisa. E não menos importante, um planejamento quanto aos estudos de usuários. É muito provável, que a configuração de Administração Pública no Brasil, não possibilite que o tratamento da informação nesses espaços aconteça com a devida importância e celeridade.

Acredita-se, antes de tudo, que as Universidades tinham que atuar nos Sistemas de Bibliotecas com uma equipe multidisciplinar e exclusiva, com a gestão por competências, com a escuta aos profissionais, com cursos periódicos, desde a concepção do material para a comunicação nas redes sociais, passando por treinamentos, intercâmbio com outras instituições e os próprios Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI). Afinal de contas, é preciso manter a

cadência com os acontecimentos globais, como nos lembra Milanesi (2013, p.53), “não é mais o indivíduo que persegue a informação, mas as informações que soterram o indivíduo quando ele ousa acionar uma ferramenta de busca na internet”.

Reitera-se, entretanto, que o caminhar é uma totalidade do ensino, da profissão e do mercado de trabalho, caso esses setores atuem individualmente, sem entender as convergências necessárias, a jornada fica bastante íngreme. Não a inviabiliza, mas se é possível torná-la mais fluida, por que não a fazer desde o início? Só depende de todos os envolvidos. Mas, não necessariamente, a relação entre mercado e ética é harmônica.

Recorde-se que as Bibliotecas eram democráticas, antes mesmo da democracia¹⁹. Sua história faz parte de um desenvolvimento com estágios distintos e simultâneos de laicização, democratização, especialização e socialização. Ela sempre esteve no cerne da evolução social, e os referidos estágios foram também culturais, o que evidencia a consciência grupal (traço marcante das sociedades modernas). Atuaram, desde sempre, satisfazendo o individual, sem deixar de servir à coletividade, deixou a passividade de mero depósito e assumiu o dinamismo da vida humana e da sociedade (Martins, 2001).

Por tudo isso e o que mais há de vir, revisitem-se as competências.

3.1 Revisitando competências

Do local sagrado na Idade Média ao espaço virtual e multicultural do século XXI, a relação estabelecida com o profissional Bibliotecário e, da concepção de espaço da Biblioteca em si, é desde sempre de congregar, guardar, deter, cuidar, disponibilizar, ajudar, evidenciando um caminho social (explícita ou implicitamente). Uma estrada frágil, que pode ir de benfeitor a algoz em algumas páginas, que paradoxalmente, pode ensejar censura, opressão, cerceamento e segregação quando sucumbe aos desejos de alguns.

A tecnicidade que fundamenta a profissão bibliotecária está sobrepujada, só ela não basta, porque não se trata mais de controle, mas de partilha. Não se trata mais de labirintos, salas escuras e inacessíveis, de veneno nas páginas dos livros²⁰

¹⁹ “Foi o livro, ou seja, no fundo, a biblioteca, um dos instrumentos mais poderosos da abolição do ‘antigo regime’” (MARTINS, 2001, p.324).

²⁰ Livro (1980) e Filme (1986): O nome da rosa.

tornando-os mortais para quem prove do conhecimento proibido. Sempre será importante entender o transcurso até aqui, para que seja plausível identificar os códigos morais que permeavam a relação entre sociedade e igreja, poder e conhecimento, e que aconteciam em épocas pretéritas. O que torna possível ampliar o crivo, sem vilipendiar as revoluções históricas, nem praticar rejeição à revelia.

No campo da informação, pode-se identificar competência(s) sob alguns aspectos, aqui ela é tratada como conjunto de habilidades, saberes e conhecimentos para o (acertado) exercício de qualquer ofício. Que está configurada em um conglomerado que contempla questões organizacionais, técnicas e comportamentais, sem apartar-se do talento humano, que detém os reais valores que agregam a qualquer Organização. Por isso, traz-se à luz o questionamento de Walter e Baptista (2008, p.85): “Será que ao pensar em um moderno profissional da informação pensa-se igualmente em um moderno ser humano nesse contexto globalizado?”.

Nesse sentido, o mundo já deu um grande passo com a discussão da Indústria 5.0, centrada no ser humano (humanocentrismo). A aposta é na diversidade e empoderamento de todos, um esforço coletivo traduzido “[...] no co-trabalho entre as partes: os seres humanos são responsáveis pelas atividades que requerem criatividade, enquanto os robôs cuidam do que é repetitivo” (Baldissera, 2022). Obviamente, está-se diante de uma nova ética global, em que as relações com o planeta mudam, sobretudo na questão ambiental, preocupação que balizou a escolha dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aludidos no capítulo 5.

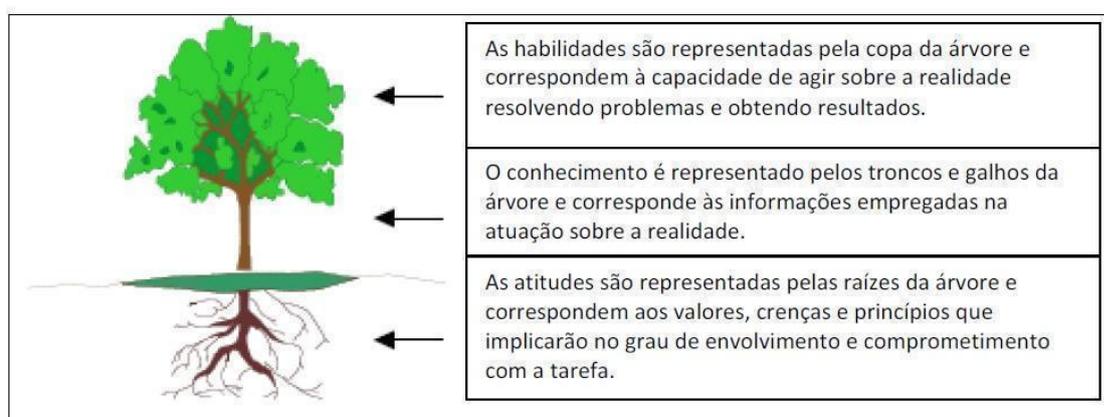
Não há novidade alguma no fato do ramo empresarial ter percebido rapidamente que a informação é estratégica e rentável, ponto fulcral para ter o verdadeiro diferencial no alcance dos dividendos desejáveis. Uma visão que poderia merecer maior atenção nos Sistemas de Bibliotecas das Universidades Públicas Federais, entendendo que esse “lucro”, advindo das competências do Bibliotecário, influencia diretamente por toda a vida do usuário, que é mediado por esse profissional na sua experiência com a informação nos ditos Sistemas.

Um ciclo que vai se renovar por meio desse indivíduo que se gradua, adquire suas aptidões, e segue impactando tantos outros sujeitos. O que não seria nada mais do que o esperado, diante da função primeira da referida Instituição de ensino. Enfim, nesse mundo capitalista que é cheio de chancelas, a Universidade também se configura como uma chancela, e por que não se valer disso com sua classe bibliotecária.

Apreciação que se percebe quando Guedes, Galvão e Borges (2011, p.52) indicam que “o profissional da informação deve estar em constante atualização, [e] ser um sujeito com qualidades adaptativas, informacionais e políticas”. Direciona-se atenção especial para o “adaptativa”, que é o grande *insight*²¹ para diversas questões na prática trabalhista, por efeito do atual e intenso momento mundializado e coletivo. Na verdade, na vida e no mercado de trabalho não é diferente, a adequação é constante. E, em tempos de Inteligência Artificial (IA), esses ajustes têm acontecido de maneira fugaz. Observe-se uma árvore, ela é sempre a mesma, as estações é que mudam, e ela se adapta.

Assumpção (2011) ao versar sobre as competências, dentro do contexto organizacional (individuais, profissionais e organizacionais), traz a metáfora da árvore para a compreensão de um conjunto que envolve habilidades, conhecimento e atitudes. Advertindo que, abordar essas questões, remete ao processo de aprendizagem, o qual tem fases distintas e enseja em mudanças de comportamento.

Figura 2 - Árvore das competências



Fonte: Assumpção (2011, p.5), adaptado de Gramigna (2002)

É de suma importância que, na mesma medida, as Instituições forneçam condições estruturais e éticas a seus indivíduos, corroborando para um progresso que precisa acontecer lado a lado (pessoa-organização). O que ocorre como tática na gestão por competências, que não deve ficar restrita ao âmbito empresarial, mas adentrar na Administração Pública também, sem que seja responsabilidade unicamente do setor de recursos humanos (RH), porém, de todos.

²¹A palavra *insight* é utilizada – tanto em português quanto em inglês com o significado de intuição, de epifania, de discernimento, de compreensão ou de entendimento repentino de algo ou de uma situação. Disponível em: <https://www.meusdicionarios.com.br/insight/>

Um cenário que a CI precisa estar atenta, pensando bem, as adversidades da era digital são desafiadoras. E o que se institui para a área, conforme Paletta, Moreiro-Gonzalez e Vergueiro (2020, p.346, grifo nosso) é

[...] contribuir na **formação de profissionais** com capacidade de aprender a construir e administrar organizações criativas e inovadoras. Os profissionais da informação terão que interagir em ambientes *multi-inter-transdisciplinar* e a lidar com grupos humanos capazes de prover inovação, de transformar suas ideias em tecnologia, produtos e processos, capazes e desejosos de aceitar o novo sem romper com as barreiras da ética nos limites da criatividade e da competitividade global.

Amplifica-se o panorama citado acima para a mudança nas demandas e exigências do próprio público atendido por esses profissionais, destacando-se aqui as bibliotecas acadêmicas. Os mesmos autores alertam para a necessidade de

[...] entender o papel das novas tecnologias da informação e comunicação, da organização e análise de quantidades cada vez maiores de dados - *Big Data*, da inovação, da inteligência artificial, da ciência de dados, da curadoria digital, das humanidades digitais. (Paletta; Moreiro-Gonzalez; Vergueiro, 2020, p.345).

Porém, não conseguirão as ditas bibliotecas acompanharem tamanhas vicissitudes se estiverem, no contexto da Administração Pública aqui analisada (as IESPF), em espaços sucateados, sem tecnologia adequada, atuando com um corpo profissional estagnado e sem incentivos, sem uma equipe multidisciplinar e com uma gerência desatenta da governança para um todo. Muito menos, em uma conjuntura engessada pela burocracia e onde o fluxo interno das informações não é facilitado, em que os setores não se comunicam. A grande aposta é na colaboração, sem uma visão holística, o campo de atuação se restringe e prejudica o usuário final.

Importa lembrar, como dizem Unger e Freire (2008, p.88-89, grifo nosso), que

Ao tornar a informação a principal matéria-prima para o aumento da produtividade, em nível mundial, a sociedade contemporânea tornou também necessária **a organização e gestão desse insumo**. Com o desenvolvimento da tecnologia digital, os suportes onde a informação se substancia ganharam diferentes formatos, sendo criado um universo em paralelo e, de certa forma, sem controle, ocasionando o que se costuma chamar de explosão informacional. Sendo assim, de um regime industrial formado pelas tecnologias de comando e comunicação, passamos para um regime de produção que se qualifica como sociedade da informação e comunica através de tecnologias cada vez mais digitais.

A necessidade de organização e gerenciamento da informação exige hoje mais criatividade do que técnica, qualificação que vem se tornando primordial, além do fervoroso combate à desinformação. Não obstante, não se esqueça que é uma ação conjunta, em que os cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação precisam perfilar em suas matrizes curriculares. Por isso, também se faz necessário um corpo docente atento à mobilidade do mundo, sem descuidar do local. De maneira geral, é preciso perspicácia, atitude, consciência sistêmica, criticidade, ética e discernimento para o produtivo uso do conhecimento.

Os fatos levantados acima são corroborados por Paletta, Moreiro-Gonzalez e Vergueiro (2020, p.355), quando dizem que

A competitividade global impõe um novo perfil, que tem como desafio equilibrar as habilidades de uma sólida formação acadêmica, visão técnica aplicada, com a capacidade de gestão dos processos produtivos com foco na competitividade e atuação global dos profissionais e das organizações.

Não se descuide, que é o Profissional da Informação que atua selecionando e escolhendo o que será ofertado. Para isso, pode agir oferecendo aquilo que entende ser necessário (atitude ética e inusual) ou aquilo que as pessoas querem ver ou ler (atitude comercial). Em ambos os casos, ele sempre está criando estoques de informação e estratégias para sua disseminação. “Essa função, que sai da exclusividade de relacionamento entre os códigos e os acervos, e vai em busca da relação do acervo com o público, é específica de um profissional de informação” (Milanesi, 2013, p.90).

Veja-se algumas aptidões requeridas para o Profissional da Informação no quadro a seguir.

Quadro 2 - Competências e Habilidades do Profissional da Informação

| |
|--|
| Aplicação dos conhecimentos de gestão, organização, acesso e uso da informação |
| Atuação em equipes multidisciplinares |
| Identificação, formulação e solução de problemas de gestão do conhecimento |
| Senso de responsabilidade ética e profissional |
| Reconhecimento da necessidade de treinamento continuado |
| Utilização de técnicas e ferramentas modernas das boas práticas de organização, acesso, uso e gestão da informação |
| Projeto de sistemas, componentes e processos para atender a necessidades específicas dos usuários |
| Responsabilidade socioambiental |
| Compreensão do impacto das soluções de TICs em um contexto global e social |

Fonte: Paletta; Moreiro-Gonzalez; Vergueiro (2020, p.357)

Pautados na construção colaborativa, Vizoso, Comesaña e Nieto, (2020, p.125, tradução nossa) sobreavisam que “com a evolução do conhecimento e a mudança do papel do profissional, sua colocação no trabalho mudará, de modo que a tarefa constitui um instantâneo da situação em um eixo temporal”.

A relação de tempo, quanto à revisitação das competências, mostrou que as atribuições do Bibliotecário não mudaram radicalmente. A questão é que, hoje (anos 2023), está acrescida de inúmeras ferramentas tecnológicas, que podem otimizar sua função e expansão, como sucumbi-lo. E, na mesma proporção, exigem empenho quanto ao conhecimento para seu manuseio. Saiba, precisa-se, ainda, do profissional caracterizado por Silva (2005), o qual é adaptável frente às novas tecnologias, antecipado às consultas do usuário, que atende com qualidade e velocidade, e que direciona os consulentes aos mecanismos de consulta existentes.

Da mesma forma, o profissional da informação, deve estar preparado para valer-se de todas as mídias disponíveis para atuar, também, como **agente cultural**, sabendo utilizar os caminhos necessários para aperfeiçoar a pesquisa, e atendendo aos estímulos de conteúdo no que diz respeito ao texto disponível, imagem e agente transmissor (Silva, 2005, p.9-10, grifo nosso).

Um tópico que, anteriormente, não obtinha tanta ênfase era a ética. Todavia, diante de inúmeras transformações sociais e a globalização, tornou-se mais discutida. Entretanto, a linha é tênue entre a ética e a moral, e a tomada de decisão do

profissional, prezando o fator humano da inteligência moral, exige enfrentar os principais desafios éticos da era das terceiras e quartas revoluções, e da cultura da pós-verdade.

Neste contexto, além das competências técnicas, o profissional da informação deve estar preparado para lidar com os seus **limites éticos**; avaliar detalhadamente os valores da organização; trabalhar sempre com base em fatos; avaliar os riscos de cada decisão que tomar, saber que, mesmo ao optar pela solução mais ética, poderá se envolver em situações delicadas; ser ético significa, muitas vezes, perder dinheiro, poder, status, e benefícios (Paletta; Moreiro-Gonzalez; Vergueiro, 2020, p.353, grifo nosso).

Uma questão basilar nesse contexto é a atividade de indexação, que desde o início viu todo destaque ser na disseminação da informação. Mas, a ética nas atividades informativas repercute diretamente para a representação do conhecimento. Portanto, se antes de disseminar, a informação não for disponibilizada dentro de parâmetros éticos, não se pode atestar uma informação crível.

3.2 Indexar para quê e por quem

O valor da informação e do conhecimento, bem como, sua salvaguarda são indiscutíveis, muito já foi dito aqui sobre sua significância. No entanto, o acesso à informação pode até parecer que se dá magicamente com um toque na tela ou no teclado, não obstante, a atividade de indexação é requerida (ou seja, a representação temática). Sendo ela bem antiga, como notificam Evangelista, Simões e Guimarães (2016, p.59, grifo nosso):

A indexação por assunto é uma operação documental milenar, da qual já existem testemunhos na Mesopotâmia. São vestígios desta remanescência temporal os envelopes de documentos encontrados nesta civilização, identificados **com os assuntos de que tratavam**, para preservar os documentos e economizar tempo a quem buscava a informação.

Incorporada na área da Organização e Representação do Conhecimento (ORC), ela se revitalizou bastante com o progresso científico e social, porém, uma coisa não mudou: analisar um documento, para fins de representação, requer uma leitura documentária que é “[...] um processo mental associado ao pensamento, memória, conhecimento e informação de um indivíduo” (Fujita; Neves; Dal’Evedone,

2017, p.8). E, como avisa Beghtol (2002), a representação da informação não é um ato simples, envolve questões intelectuais e amplamente culturais.

Trata-se de uma prática que está baseada na tradução dos textos da Linguagem Natural (LN) para a Linguagem Documentária (LD), na qual

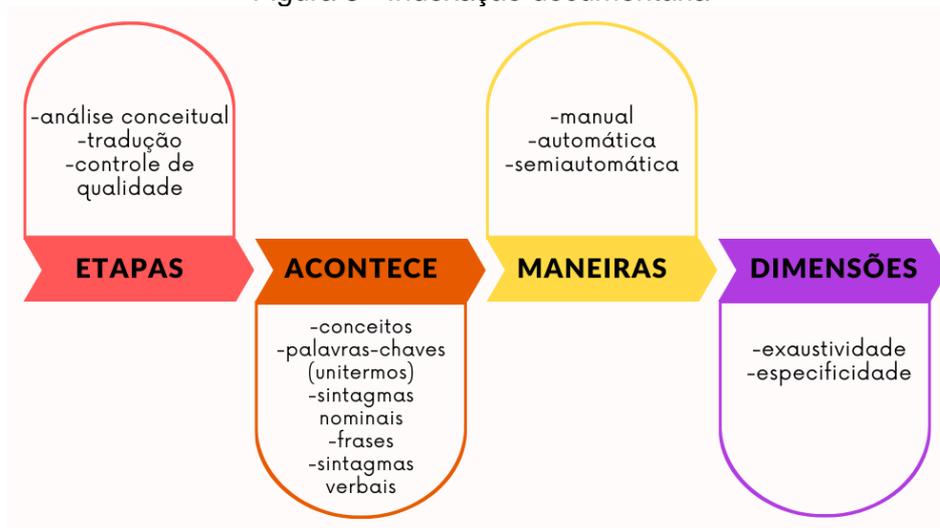
A representação documentária é obtida por meio de um processo que se inicia pela análise do texto, com o objetivo de identificar conteúdos pertinentes em função das finalidades do sistema - e da representação desses conteúdos - numa forma sintética, padronizada e unívoca (Cintra *et al.*, 2002, p.38-39).

Na tradução para uma linguagem de indexação pode-se utilizar vocabulário controlado (lista de cabeçalho de assuntos, esquemas de classificação, tesouros, ontologias, entre outros). Acredita-se, contudo, que o desafio para a atualidade seja repensar antigas tradições, que privilegiam a hierarquia, em detrimento de um tratamento temático mais associativo e global. Questões como a “[...] indexação baseada em unitermos, que considera cada palavra individualmente, e não os grupos sintagmáticos [...]”, também podem incorrer em problemas, de acordo com Pinto (2001, p.225).

A evolução científica e tecnológica aumenta a produção do conhecimento, que recai na remodelagem do armazenamento, tratamento e recuperação da informação, esta que se apresenta não apenas no suporte físico ou de forma impressa, porém, está ampliada para a multimídia, a iconografia, os artefatos e todo o mais. O contato presencial com o Bibliotecário também se reconfigurou, uma vez que não há mais essa dependência quanto à recuperação do material desejado. Casos que crescem e suscitam a reflexão sobre que tipo de representação está sendo feita e para quem.

Pode-se começar ponderando sobre o que Cintra *et al.* (2002, p.14) sinalizam quando dizem que “[...] cada LN é, a rigor, uma análise da sociedade, do homem participante de um grupo e de sua cultura”. É quando se abre os parênteses sobre sociedade e cultura. O universo é tão vasto e repleto de desdobramentos que parece inconcebível que um ser humano consiga atuar para essa representação. No intuito de ensejar um entendimento dos fluxos que envolvem o processo de indexação disponibiliza-se a Figura 3 abaixo.

Figura 3 - Indexação documentária



Fonte: Elaborado pela Autora (2024, baseada em Pinto, 2001)

Da Figura 3 depreende-se, no que diz respeito às etapas e como se dá a indexação, que se tratam de pontos que demonstram a contínua necessidade da interdisciplinaridade, como também, ter acesso a profissionais de diferentes áreas.

São casos em que se lida com noções de linguagem, de análise de conteúdo e do discurso, mantendo sempre a atenção crítica de que, em alguns deles, a extração pode fazer com que se perca a significância do elemento ao ser retirado do contexto original. Corroborando integralmente com o que Sena (2000, p.71) diz:

É de se supor que a tarefa de análise documentária de um bibliotecário que hoje lida com documentos escritos em hipertexto, com multimídia, necessite de conhecimentos na área de comunicação, de análise do discurso, de ciências da cognição, de tecnologia da informação, entre outras.

Entra-se, portanto, na temática dos conceitos, que demanda o conteúdo da linguagem. E aqui, o interesse tem que ser o mesmo da filosofia, para a qual se deve “[...] entender a linguagem não apenas como um veículo de conceitos, mas como o campo em que esses conceitos – que permitem articular o mundo com o intuito de torná-lo significativo para nós – são constituídos” (Gracioso; Saldanha, 2011, p.64).

O conceito em si não se encerra, está ele em constante transformação. A forma primitiva da linguagem, basicamente ocorre por uma ligação associativa entre a palavra e a coisa, não por aquilo que significa, ou seja, sua representação (Wittgenstein, 2012).

Os conceitos assumem distintas concepções em razão dos discursos, das áreas do conhecimento, das teorias. Trata-se de um termo técnico ou de uso didático,

diferente da ideia (linguagem comum), que não é conclusivo e sim introdutório. A criação de um conceito não tem intenção redutiva (se fechar em uma ideia), mas expansiva (multiplicar as ocasiões) (Ferreira, 2013).

A necessidade de compreender, que nos parece óbvia hoje, se construiu com a história e a necessidade de dar sentido. Para produzir um conjunto de conhecimentos sobre um objeto, criamos conceitos - estas ferramentas mentais que, podemos dizer, nascem com a linguagem, que cria mundos. Mundos no plural porque há uma diversidade de línguas e de indivíduos que as falam (Ferreira, 2013, p.11).

Obviamente que a atividade de indexação faz parte de um contexto amplo, voltado para a recuperação da informação e se constitui em atividade meio. Da mesma forma, versa sobre linguagens e classificação, interoperabilidade entre as linguagens, interfaces conceituais (mapas conceituais, taxonomias), ambientes digitais colaborativos e outros. Ela é a ponte entre o processo de aquisição e/ou autodepósito do documento e a sua disponibilização ao público. E claro, também depende de outros fatores, como a Instituição a qual o Sistema de Recuperação está vinculado. Diferentemente dos catálogos manuais de um passado recente, as atuais ferramentas tecnológicas auxiliam o profissional na consecução de suas tarefas de maneira instantânea.

No caso dos RIs, que aqui constituem o *corpus* investigado, não se olvide que eles propagam a informação científica produzida no bojo de suas Instituições. Todavia, são informações e metadados mediados por profissionais indexadores, que precisam estar comprometidos com os valores éticos para uma coletividade, além do arcabouço técnico é preciso atuar ciente do papel público de sua atividade profissional. O tecnicismo sem reflexão e espaço para as mudanças, cai em um abismo, e fica prejudicada a verdadeira missão de representar a informação para a sociedade. E como disse Ortega y Gasset ao contextualizar a missão do Bibliotecário (2006, p.7)

Eis por que toda vida humana tem uma missão. Missão é isto: a consciência que cada homem tem de seu mais autêntico ser, daquilo que está chamado a realizar. A ideia de missão é, pois, um ingrediente constitutivo da condição humana, e, como antes dizia que sem homem não há missão, podemos agora acrescentar que sem missão não há homem.

Nesse ínterim, já é necessário lidar com os produtos da IA²² (como os próprios mecanismos de busca na *web*) e com os documentos gerados no *ChatGPT*²³, para citar alguns. O Chat GPT atua no *big data*²⁴ com o processamento de grandes volumes de dados, permitindo, de maneira rápida e eficiente, a realização de pesquisas mais abrangentes e discriminadas. Também pode interagir com os usuários.

São inovações que democratizaram o alcance a uma tecnologia antes para poucos, e já estão mudando os paradigmas em todos os setores, até mesmo colocando em cheque algumas esferas como da educação, da criatividade e do aprendizado. E como as Universidades e as Bibliotecas estão convivendo com tudo isso, uma vez que a indexação é uma construção social da realidade?

O próprio conceito de recuperação da informação está se metamorfoseando e com ele a indexação, não que irá deixar de sê-la, mas porque dirá respeito a demandas tecnológicas mais profundas, em que a ética se torna o carro-chefe. Destaca-se ainda, que o acesso igualitário à informação tem seus percalços e conflitos éticos também. Para Buchanan (1999), essa igualdade é um mito, e se faz necessário discutir sim o que pode ser feito para torná-la realidade.

O que não é mais opcional é ficar alheio a todo arsenal de ferramentas tecnológicas que têm alterado o mercado de trabalho e a sociedade. Acima de tudo, o pensamento e a atitude crítica farão a diferença entre a preservação ou extinção. E o Bibliotecário-indexador, que está diante de uma era de desinformação, tem sido solicitado a lidar e administrar cada vez mais a informação de maneira coletiva. Precisando, assim, manter um olhar ativo quanto à mercantilização da informação e de seus serviços, e buscando um ambiente de trabalho que privilegie um processo democrático de atuação, com diretrizes claras quanto aos eventuais conflitos éticos na indexação (Buchanan, 1999).

Pode-se assim destacar que há uma dimensão sociocultural recorrente até este ponto, ou seja, é para a humanidade que existe e serve a CI, seus profissionais e as

²² Já executada em aplicativos de rotas, assistentes virtuais, plataformas de *Streaming*, reconhecimento facial, na saúde e medicina, no mercado financeiro etc.

²³ O *ChatGPT* é, basicamente, um robô virtual (*chatbot*) que responde a perguntas variadas, realiza tarefas por escrito, conversa de maneira fluida e inclusive dá conselhos sobre problemas pessoais. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-64297796>.

²⁴ O *big data* é um processo de coleta, armazenagem, organização, análise e interpretação de grandes volumes de dados de uma empresa ou mercado de atuação. Em geral, ele serve para direcionar as companhias em processos de tomada de decisão, resultando em ações mais estratégicas e assertivas. Disponível em: <https://www.zendesk.com.br/blog/o-que-e-big-data/>

Instituições científicas. Afinal de contas, não faz sentido guardar a informação sem torná-la acessível. Ela tem que ser útil, senão, não justifica sua preservação.

No mais, o que deve contar, para uma atitude ética nos Serviços de Informação, é como o ser humano busca o conhecimento e toda sua percepção no processo. E, por enquanto, persevera-se tentando lidar com os aspectos éticos da atividade de indexação, que continuam pouco explorados.

Permanece, assim, a indagação envolta em ponderação, sobre “Para quem se está indexando e para quê?”. A ideia foi revisar o ofício, repensando a verdade das interpretações e/ou representações, em especial, nos espaços de ações interativas virtuais. Por ora, prossegue-se validando a importância da atividade em busca do mínimo quanto à garantia cultural. Avante, introduz-se a hospitalidade cultural trazida por Beghtol (2002), que é a abordagem teórica para se chegar à garantia cultural.

3.3 A hospitalidade cultural

A globalização inevitável e ambivalente, minimamente exige uma uniformidade ética quanto a valores, atitudes e critérios, notadamente no sentido de proteger as diferentes tradições culturais da lógica global. A evolução sociocultural, que se configura na mudança nos modos de ser e de viver da sociedade, segue avançando e faz parte de uma otimização do conhecimento, este que carrega suas subjetividades. Contudo, o desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade hodierna presume que o conhecimento na humanidade se alarga na mesma proporção. Mas, não se trata de um paralelo, como alerta Condé (2015).

O referido autor acredita que o conhecimento científico e tecnológico intensifica a existência humana. E esse conhecimento é parte intrínseca da cultura. Porque uma cultura reside na sua informação e as diferenças culturais modelam como as pessoas se referem à informação e seu papel na sociedade. E as tecnologias permeiam, impulsionam, dão o tom da multiculturalidade.

O mundo virtual e globalizado proporciona o contato com as culturas existentes pelo planeta, impulsionando os indivíduos a conviver e se relacionar com as diversidades culturais na arte, na música, nos comportamentos, entre outros. E a CI compreende a importância da sociedade, desde a epistemologia social de Shera, passando pela hermenêutica de Capurro e chegando ao ser social que procura a informação de Le Coadic. Afinal, a apropriação de informações ocorre no âmbito das

relações sociais (consideradas como qualquer processo de produção / organização / consumo de informação) e na diversidade advinda das diferentes visões.

Sob a ótica da psicologia cultural, a cultura está imbuída de valor e atrelada ao pensamento social, sendo utilizada em acepções diversificadas. “Em um primeiro sentido, para designar algum grupo de pessoas que estão reunidas graças a algumas características compartilhadas” (Valsiner, 2012, p.22). Por outro lado, segundo o aspecto das formas de relações pessoa e cultura (pessoa pertence à cultura; a cultura pertence à pessoa; e a cultura pertence à relação da pessoa com o ambiente) (Valsiner, 2012).

A elaboração de um Sistema de Organização e Representação precisa justificar suas decisões, o que se faz por intermédio da garantia

[...] a garantia de um sistema de classificação pode ser pensada como a autoridade que um classificador invoca, primeiramente, para justificar e, posteriormente, para validar decisões sobre quais classes/conceitos incluir no sistema, em qual ordem as classes/conceitos devem aparecer nas tabelas, em quais unidades as classes/conceitos estão divididas, até que ponto a subdivisão deve continuar, quanta síntese está disponível e onde, se as ordens de citação são estáticas ou variáveis e questões similares (Beghtol, 1986 *apud* Zamboni, 2018, p.69).

Portanto, “[...] a garantia é o elemento de referência que um classificador ou um grupo de classificadores toma para justificar a organização e a estrutura dos esquemas e, principalmente, para legitimar a terminologia selecionada” (Barité, 2011, p.3, tradução nossa).

Para início, com fins de dirimir dúvidas e tornar a apreensão dos termos mais descomplicada, apresenta-se o Quadro 3 conceituando alguns tipos de garantias.

Quadro 3 – Tipos de Garantias

| | Literária | Organizacional | De Usuário | Cultural |
|------------------|--|---|--|---|
| GARANTIAS | <ul style="list-style-type: none"> - A noção de que os termos integrantes de um Sistema devem ser selecionados a partir da literatura a ser classificada. - É ela o elemento que distingue a classificação do conhecimento da classificação bibliográfica. - Deve se basear no material introduzido, não apenas na teoria. - Foi a primeira a ser conceitualizada. | <ul style="list-style-type: none"> - Justifica a seleção do termo pelas características e contexto da organização. | <ul style="list-style-type: none"> - Justifica a seleção do termo por sua recorrência nas buscas dos usuários. - Implica pensar em quem é o usuário. | <ul style="list-style-type: none"> - Aplicação prática dos valores culturais expressos na literatura produzida por uma determinada cultura. - A base de métodos éticos de tomada de decisão. - Base semântica de um Sistema de Classificação bibliográfica. - Assegura que a garantia de usuário seja aplicada a partir do ponto de vista da diversidade. |

Fonte: Elaborado pela Autora (2024, baseado em Zamboni, 2018)

Escolheu-se, para efetivar a investigação aqui desenvolvida, parametrizar os RIS pela hospitalidade cultural (Beghtol, 2002) como base teórica para chegar à garantia cultural. Complementada pelas diretrizes para tomada de decisão ética para Sistemas de Representação e Organização do Conhecimento (Beghtol, 2005). A autora sustenta que a difusão de novas tecnologias somadas à globalização e a desterritorialização da informação desafiam a dimensão ética na criação, manutenção e alimentação dos Sistemas de Informação.

É indispensável compreender que as tecnologias e a globalização são quimeras para uma parcela significativa da população brasileira, esta que consiste em indivíduos em condições subumanas, em que o analfabetismo predomina.

Para Beghtol (2002) a cultura não é estática, trata-se de um conceito transdisciplinar que descreve, em geral, os vários fenômenos que compõem as crenças e atividades coletivas de algum grupo de pessoas. E assim como outras unidades sociais, funde-se, divide-se, toma emprestado, cruza-se, enfrenta disputas por posições e defende vigorosamente seus próprios limites.

A autora identifica múltiplas camadas de cultura em um mesmo indivíduo, o que significa asseverar que se pode pertencer a várias culturas em níveis diferentes, como por exemplo, morar em um país e falar outro idioma; pertencer a determinados grupos

sociais; aderir a um partido político e outras coisas. Portanto, um indivíduo pode ser multicultural, multilíngue ou participar de atividades multidisciplinares, assim como as próprias sociedades. É importante ressaltar aqui, que ser influenciado pela cultura de um determinado grupo social faz parte da experiência do ser humano. O inverso também pode acontecer: um indivíduo pode discordar de sua cultura originária e/ou sentir-se confortável em outras culturas ou à margem delas.

A cultura, política e institucionalmente, alçou uma clara expansão em seu uso e consumo, todavia, é bem profusa sua noção. Atente-se, que a relação entre objetividade e subjetividade está atrelada ao conceito de cultura, o que remete sempre ao pensamento crítico outrora abordado (e retomado massivamente), que se impõe fundamental para uma atuação ética.

Institucionalmente, a forma de fazer e consumir cultura foi bastante alterada na última década, levando a mudanças de comportamentos e costumes de artistas e do público em geral, por exemplo. A política cultural no Brasil, com a participação do poder público e os demais setores da sociedade civil, por muito tempo não passou de um devaneio. O governo Lula tomou para si a missão de institucionalizar a cultura e torná-la parte integrante do projeto de construção de uma nação democrática, plural e tolerante (Peixe, 2016).

Nessa direção, de acordo com Peixe (2016), foram criados planos e programas como o Plano Nacional de Cultura (PNC), o Plano Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania (Cultura Viva) e o próprio Sistema Nacional de Cultura (SNC), que impactam diretamente na população em diversas manifestações culturais, como também na economia e na circulação da informação e, conseqüentemente, na geração de sistemas para gerenciá-la. Lembra-se do que disse Beghtol (2002), quanto ao acesso à informação local e global possuírem componentes socioculturais e questões amplas sobre as dimensões éticas da representação e organização do conhecimento.

Pelo cenário exposto percebe-se o quanto é imperativo o fornecimento de acesso à informação global e local em qualquer idioma e localidade, para qualquer indivíduo, cultura, grupo étnico ou domínio, a qualquer momento e para toda finalidade. Tratam-se de requisitos com componentes socioculturais que não foram previstos quando a era da informação começou. Entretanto, é chegado o momento de examinar suas ramificações porque as novas tecnologias da informação estão se desenvolvendo rapidamente (Beghtol, 2002). Nesse sentido, é substancial

compreender que "[...] a reflexão sobre o mundo social é influenciada pelas transformações da sociedade e as novas realidades culturais afetam e modificam nossa percepção do que seja conhecimento da sociedade" (Sorj, 2009, p.31).

Outro fenômeno precisa ser destacado,

[...] em função da diversidade e pluralidade de vozes, que atualmente ecoam nos campus acadêmicos, em decorrência da implementação de um conjunto de políticas de Ações Afirmativas, tanto na graduação, como na Pós-graduação, que trazem para consigo - principalmente pelos estudantes indígenas – uma diversidade cultural e de possibilidades de entendimento da realidade que reverberam nos modos de produção da ciência (Gracioso; Costa; Silva, 2023, p.616).

Vislumbrar a abordagem da cultura e seu *status* social é o primeiro passo quanto ao objetivo de verificação da garantia ética nos RIs. Porque quando valores morais são negados está-se diante de um dilema ético e uma das maneiras de possibilitar ao usuário que seus valores estejam refletidos é a hospitalidade cultural. Por isso, o presente estudo está embasado no que Beghtol (2002) preceitua quando analisa os problemas inerentes à ética em Sistemas de Organização e Representação do Conhecimento (SORC), no tocante à diversidade cultural das informações, considerando os aspectos internos, culturais e sociais da globalização da tecnologia e da disseminação de informações.

O conceito utilizado pela referida autora é o de "hospitalidade cultural", o qual funciona como uma abordagem teórica para chegar à garantia cultural (Beghtol, 2002). Ela crê na hospitalidade cultural como promissora para avaliar os fundamentos éticos de novos Sistemas e para planejar revisões dos já existentes.

A garantia cultural maximiza a representação do conhecimento nos Sistemas se for baseada nas suposições, valores e predisposições da cultura em questão. Do contrário, será menos apropriado e útil para os indivíduos da referida cultura. Significa dizer que a hospitalidade cultural é a maneira de incorporar assuntos novos ao(s) conceito(s) e notação já existentes.

A hospitalidade cultural significa que um sistema de representação e organização do conhecimento pode acomodar de maneira ideal as várias garantias de diferentes culturas e refletir apropriadamente as suposições de qualquer indivíduo, grupo ou comunidade. Deve-se notar que o termo cultura como usado neste artigo implica a existência de um grupo de indivíduos para os quais um sistema de representação e organização do conhecimento precisa atender. Assim, esses indivíduos precisam de um sistema de representação do conhecimento que lhes ofereça uma escolha. Supõe-se que eles farão uma escolha com base nas necessidades de informação do momento

e no nível de detalhamento exigido em cada instância. Desta forma, o conceito de hospitalidade cultural ajuda a operacionalizar uma garantia moral fundamental para sistemas de representação e organização de conhecimento globalmente úteis (Beghtol, 2005, p.905, tradução nossa).

Entende-se que até a negação do valor é um problema ético e que na avaliação ética novos procedimentos têm surgido, impostos por novas tecnologias, que criam novos tipos de questionamentos éticos. Nesse momento passamos a apresentação do panorama geral dos Repositórios Institucionais.

4 REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS: a que será que se destina?

A reflexão do ser humano sobre o mundo e a natureza faz parte da ciência. A comunicação científica que, antes estava de maneira quase exclusiva nos colégios invisíveis²⁵ e levava tempo até sua publicação, deu um grande passo de popularização em seu acesso. É no séc. XVII que “as atividades de divulgação dos conhecimentos científicos se desenvolveram e se consolidaram” (Mueller; Caribé, 2010, p.19).

Nos idos dos anos de 2015, o acesso aberto e público da informação em Ciência e Tecnologia (C&T) tinha pouco alcance, entretanto, ganhou uma nova configuração com as redes sociais e a internet. Um dos movimentos que tem sido fundamental para o desenvolvimento do campo da divulgação científica, existe há mais de 25 anos e denomina-se Rede de Popularização da Ciência e Tecnologia na América Latina e Caribe (RedPOP). Desde o início, objetivou incorporar a ciência à cultura geral da população, incluindo a divulgação da ciência por meio de diferentes mídias, produtos e espaços (Massarani *et al.*, 2015). Afinal,

Se a coletividade ou, pelo menos, os seus setores mais informados não tiverem a capacidade de compreender o que significa a informação como instrumento de desenvolvimento, todo o esforço de organização de acervos e serviços será menos significativo: um bom serviço de informação começa pela compreensão que a sociedade tem dele (Milanesi, 2013, p.107).

Iniciativas como as da RedPOP demonstram o esforço quanto à propagação da ciência em proximidade com a sociedade. Mas, não é um caminho fácil, existem contendas entre os pesquisadores nacionais e estrangeiros, e as revistas científicas, por exemplo, muito em relação ao movimento do acesso aberto. Este que está diretamente associado à evolução das políticas, das revistas e dos repositórios.

As mudanças no seio da sociedade vislumbram pesquisas científicas, que com a propagação da informação em uma velocidade inestimável, só crescem. Não se pode estimar quando a pesquisa científica começou, acredita-se que na antiga Grécia (Kuramoto, 2012). Cabe, no entanto, a Universidade ser o celeiro do conhecimento intelectual, dotando-se de uma responsabilidade social. A datar da Idade Média, em

²⁵ Durante a guerra civil inglesa (uma época de intensa intolerância obscurantista), uma comunidade de filósofos da natureza (como eram chamados os cientistas da época) fundou um grupo secreto para fazer pesquisas e discutir ciência que ficou conhecido como o “colégio invisível”. Foi só em 1660, com o fim da guerra civil, que foi possível dar o próximo passo e, então, o colégio invisível pôde se tornar público por meio da *Royal Society* (RS).

que se constituiu como um novo espaço de construção e preservação de saberes, muito (ou tudo) se transformou.

No Brasil, a configuração de ensino superior foi bastante alterada ao longo dos séculos, cuja implantação se deu após os acontecimentos e aprimoramentos ocorridos na Europa e sua chegada na América (Bortolanza, 2017). Não obstante, assimilar o papel das

[...] universidades constitui uma forma de consolidarmos nossa identidade e, também, um caminho para entendermos a construção do conhecimento, das ciências humanas e naturais. Enfim, permite-nos entender o nosso próprio sentido de ser pessoa intelectual (Oliveira, 2007, p.116).

A divulgação científica é o exercício da responsabilidade social das IESPF e dos seus pesquisadores. Uma Universidade pública deve atuar para uma educação transformadora porque é a aquisição do conhecimento um processo de correlações, que, uma vez solidificado na mente, permite a distinção entre razão e emoção. O que na ciência ocorre de forma colaborativa e cumulativa, e encontra na publicação científica uma maneira de compartilhamento. Por isso, são as IESPF, com seus Repositórios Institucionais, fundamentais nesse transcurso. Que fique claro, o que traz Leite *et al.* (2012, p.7)

Todo repositório institucional de acesso aberto pode ser considerado um tipo de biblioteca digital. Entretanto, nem toda biblioteca digital pode ser considerada um repositório institucional. Um repositório institucional de acesso aberto constitui um serviço de informação científica - em ambiente digital e interoperável - dedicado ao gerenciamento da produção científica e/ou acadêmica de uma instituição (universidades ou institutos de pesquisa). Contempla a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição.

Repositórios Institucionais devem participar à sociedade o conhecimento gerado em sua respectiva Instituição de ensino, configurando um processo de democratização da informação. Mas, só vontade não basta, eles precisam aproximar a sociedade da Ciência respeitando a multiculturalidade. Para tanto, presume-se que questões tecnológicas, recursos humanos, orçamento das universidades, a interoperabilidade entre os diversos Repositórios e a ética, têm que ter espaço para um debate público, institucionalmente falando, com a criação de políticas de forma colaborativa e inseridas em um contexto global.

O cuidado em evitar alguns equívocos, no âmbito estrutural dos RIs, merece atenção como apontado por Leite *et al.* (2012) a seguir:

1. RIs são diferentes e não concorrem com periódicos científicos.
2. Não deve haver avaliação por pares (*peer review*).
3. RIs são depósitos de material publicado, não de *preprints*²⁶
4. Os RIs são diferentes de sistemas de gerenciamento de bibliotecas, porque são exclusivos para a produção científica e acadêmica da instituição, em formato digital.
5. RIs não contribuem para que os resultados de pesquisa sejam roubados e apropriados por outros pesquisadores, instituições ou países²⁷.
6. Os RIs não colaboram para o plágio.
7. RIs são diferentes de informação científica ou academicamente orientada.
8. Eles contribuem para a memória institucional, mas não é a finalidade primordial.
9. Só a instalação de um *software* não configura a existência dos RIs.

Os RIs são sistemas que começaram a surgir no início dos anos 90, a partir da demanda iniciada com o *Open Archives Initiative* (OAI), que tinha o objetivo de “[...] facilitar o acesso à informação científica por parte da comunidade científica” (Kuramoto, 2012, p.150). Instaurando-se assim uma revolução na gestão do conhecimento científico e um novo paradigma para a comunicação científica.

Os *open archives*²⁸ foram uma das primeiras designações do que hoje se conhece por Repositório, atuando como um modelo tecnológico para dar suporte ao movimento de livre acesso ao conhecimento científico (Kuramoto, 2012). Desde então as comunidades científicas vêm criando repositórios de *eprints*. Para Kuramoto (2012, p.159), desse modelo decorrem os seguintes efeitos:

- maximização da visibilidade das pesquisas científicas;
- internacionalização da informação científica produzida localmente;
- maior compartilhamento do conhecimento científico;
- redução da exclusão cognitiva;

²⁶ O *preprint* é uma forma de divulgar um artigo que ainda não foi submetido a um periódico científico. Ele é veiculado em plataformas específicas para esse tipo de texto, como: *bioRxiv*, *ASAPbio*, *Preprints*. Essa publicação antecipada é uma forma de agilizar a transmissão de conhecimento no meio científico, permitindo mais comunicação e agilidade na troca de informações entre pesquisadores do mundo todo. Disponível em: <https://www.periodicosdeminas.ufmg.br/o-que-e-preprint/>

²⁷ A preocupação com a proteção de conhecimentos sensíveis ou resultados de pesquisa patenteáveis deve existir antes da sua publicação (ou aceitação para publicação) (Leite *et al.*, 2012).

²⁸ Arquivos que congregam *e-prints* das diversas áreas do saber e que são abertos à consulta pública, bem como à publicação automatizada dos trabalhos por parte dos pesquisadores (Sena, 2000, p.71).

- redução das desigualdades sociais (Kuramoto, 2012, p.159).

Conceitualmente os Repositórios podem ser institucionais, temáticos, governamentais ou agregadores, são essencialmente Sistemas de Informação que aumentam a visibilidade da produção científica e reassumem o controle acadêmico da mesma, favorecendo a promoção e repercussão desse conhecimento e suas investigações (Leite; Costa, 2006; Murakami; Fausto, 2013). Além dos documentos tradicionais como artigos, teses e dissertações, alguns Repositórios disponibilizam arquivos de áudio, vídeos, fotos e softwares, o que se torna um grande desafio para as Universidades gerir essa diversidade.

Os RIs têm crescido progressivamente e os obstáculos para sua implantação, gerenciamento e expansão são um desafio permanente, que ultrapassam as questões tecnológicas e ampliam-se às implicações contextuais, teóricas e práticas (Leite, 2009). São eles um reflexo de suas Instituições e a Universidade em si é

[...] uma instituição social que forma, de maneira sistemática e organizada, os profissionais, técnicos e intelectuais de nível superior que as sociedades necessitam. Situa-se na esfera da superestrutura, dentro da Sociedade Civil, mantendo vínculos com a Sociedade Política e a base econômica. Serve normalmente à manutenção do sistema dominante, mas pode também servir à transformação social. Deve ter ampla autonomia para cumprir as suas finalidades, garantindo o pluralismo de ideias e a liberdade de pensamento. Em alguns países cumpre papel destacado na formulação da política científica e tecnológica, na crítica das teorias que informam o desenvolvimento e no fornecimento de subsídios para a sua implementação e execução. Em todas as sociedades, mas principalmente nas dependentes, cabe-lhe exercer tarefas urgentes de compromisso social (Wanderley, 1994, p.11).

Obviamente entende-se que se está passível de um regime de informação, que conforme González de Gómez (2012, p.43),

[...] seria o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. Como um plexo de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem.

Um aspecto vital nos RIs é a interoperabilidade. Andrade e Cervantes (2012) destacam que há vários níveis de interoperabilidade, que pode ser técnica, semântica

(dos elementos e dos valores), organizacional, política e humana, intercomunitária, legal e internacional. As autoras, na perspectiva da contribuição da Organização do Conhecimento, realizaram um estudo com a semântica de valor quanto ao significado comum dos termos contidos nos metadados e nos documentos. Elas concluíram, após estudar 26 RIs, que “no contexto nacional, assim como ocorre em outros países, a interoperabilidade semântica ainda não atingiu o nível aceito como ideal” (Andrade; Cervantes, 2012, p.164). O que consubstancia as preocupações desde a implantação dos RIs.

Acredita-se que as Instituições públicas com seus Repositórios Institucionais (RIs) possuem um papel fundamental na sociedade ao produzir e possibilitar o acesso ao conhecimento científico, todavia, é preciso compreender e incorporar as mudanças necessárias para a manutenção de Sistemas de Informação de alcance global.

Por isso, optou-se em trabalhar com o que preceitua Beghtol (2002) ao enfatizar a hospitalidade cultural. A autora disponibiliza um rol de diretrizes para a solução de problemas éticos, que podem parametrizar os RIs, relacionadas abaixo:

- 1) Identifique o problema
- 2) Determine qual é a questão ética
- 3) Isole a dimensão ética do problema
- 4) Verifique se é um conflito de interesse ou um problema de direitos e equidade
- 5) Diferencie os aspectos éticos dos técnicos
- 6) De quem é o problema?
- 7) A quem o problema afeta?
- 8) Reduza alternativas para controlar de duas a três delas
- 9) Pese as alternativas
- 10) Para cada alternativa, pergunte se existe uma lei que a respalde: há violação de regra moral? É ofensivo para os costumes locais? (Beghtol, 2005, p.906, tradução nossa).

A estrutura para tomada de decisões éticas, claramente, é uma escolha que dependerá dos mantenedores dos Sistemas e podem não refletir o desejo dos grupos de usuários que o utilizam (por exemplo: lucro x garantia cultural). O que pode ajudar, além delas, para essas determinações, são os cinco princípios de Froehlich (*apud* Beghtol, 2002, p.515, tradução nossa), que são: “respeito por si e pelos outros; procurar minimizar os danos; buscar a justiça ou equidade; promover a harmonia social e ser fiel ao público organizacional e à confiança profissional”.

É preciso não subverter a ideologia vigente, e tentar, por mais técnica que possa parecer a implantação e manutenção dos RIs, produzir um serviço e/ou

condições que representem a heterogeneidade que há no mundo, nos indivíduos que pesquisam nos Repositórios e deles são partícipes também como autores.

O que seria reflexo de uma Universidade apartidária, que em sua etimologia já preceitua o universal, a (uni)versalidade. Não se trata de estabelecer uma lei geral, até porque as sociedades são mutantes, mas de compreender as nuances que os conceitos de informação, cultura, globalização e tecnologia encerram, no intuito de tornar os RIs sistemas que desde a origem são pensados considerando esses conceitos. Entendendo que toda ação nesses espaços revela o apreço e a ética com a sociedade.

Coletividade que precisa ser conhecida, reconhecida e respeitada, por isso, discorre-se a seguir sobre o a região Nordeste do Brasil e sua multiculturalidade.

4.1 Nordeste brasileiro: diversidade cultural

O Nordeste é atravessado pela história que inicia a formação do território brasileiro. A pluralidade geográfica da região, com condições climáticas propícias e abundância de recursos naturais, favoreceu o interesse e instigou a expansão europeia no país. A exportação de matéria-prima nacional, o extrativismo, a agroindústria canavieira, a pecuária e a mão de obra escrava, se consolidaram como atividades econômicas de amparo às necessidades comerciais europeias.

Neste período, a secessão territorial, comum à época, se dava pela divisão de capitanias nomeadas pelo governo português e a exploração das terras ficava a mando dos donatários. Essas ações conduziram características que se fundiram aos aspectos políticos e sociais presentes em solo brasileiro, em outros termos, a construção da identidade do Nordeste é sobreposta pelas marcas deixadas do processo de colonização (Bernardes, 2007, p. 47).

O solo adocicado pelo cultivo açucareiro expôs disparidades raciais, socioculturais e econômicas entre a casa-grande e a senzala, tornando a multiplicidade étnica um fator excludente do direito à liberdade e à vida digna, até o começo do Brasil república. No inventário realizado no ano de 1872, por exemplo, os habitantes eram subdivididos entre população “livre” e “escrava”, que compreendia pretos e pardos. Em números gerais, a população escrava chegava a mais de 1,5 milhão, representando cerca de 15,2% da população total (Recenseamento [...], [1874?]).

Nos dias que correm, a pesquisa censitária aplica novos parâmetros na coleta dos dados étnicos-raciais. Com isso, o processo de miscigenação no Nordeste, pode ser observado segundo informações divulgadas pelo último censo, o qual apontou que cerca de 26% das pessoas são declaradas brancas, 13% pretas, 59,6% pardas e 0,6% indígenas. Ainda de acordo com o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população negra registrou um aumento de 40% de 2010 até 2022 (IBGE, 2023).

A imposição religiosa também foi um fator preponderante no cerceamento da população, desta forma, nos registros de 1872, aproximadamente 99,7% da população se declarava católica (Recenseamento [...], [1874?]). Entretanto, na primeira década dos anos 2000, de acordo com o censo de 2010, foi contabilizado aproximadamente 72% de pessoas que se declaram católicas e 16% evangélicas, enquanto as religiões de matriz africana ou afro-brasileira e indígena estão abaixo de 1%²⁹. Para além dos aspectos religiosos e raciais, é também importante observar, as questões relacionadas à orientação sexual no Nordeste, em que 1,5% da população se declara homossexual ou bissexual³⁰.

Com esses recortes, apresentou-se um pouco da importância histórica que a região Nordeste possui. No tocante à diversidade cultural, a região, que tem o maior quantitativo de Estados (são nove), sendo a segunda maior em número populacional, carrega em seu seio expressões artísticas populares heterogêneas, culinária diversificada, é o celeiro de grandes personalidades, além das riquezas naturais.

As manifestações culturais da região reverberam um conjunto de tradições introduzidas pelas populações indígenas, pelos africanos e por colonizadores e imigrantes europeus. Culturalmente se destaca pelas festas populares (ex. do São João, Carnaval, Festa de Iemanjá e a Lavagem do Bonfim), danças típicas (ex. frevo, maracatu, forró, torém, capoeira), artesanato (ex. rendas, xilogravura, bordados), lendas (ex. Comadre Fulozinha, bumba meu boi) e uma variada culinária (ex. tapioca, acarajé, buchada de bode, bolo de rolo).

Região que se sobressai no cenário mundial por nomes como Paulo Freire, Luiz Gonzaga, Castro Alves, Patativa do Assaré, Ariano Suassuna, Jorge Amado,

²⁹ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=downloads>

³⁰ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019>

entre outros. No que é relativo à educação, há uma busca pela qualidade e excelência, em conciliação com valores que cooperem para a democratização da sociedade.

Conforme dados de 2023 do Semesp³¹, a região Nordeste deteve 20,6% das matrículas do ensino superior de todo o país. Outra fonte estatística é o Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Em 2024, das 60 redações nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), 25 são de estudantes do Nordeste³².

Passa-se adiante a conhecer um pouco mais sobre o Sistema de Educação Superior, que caracteriza o grupo das Universidades aqui estudadas.

4.2 Universidades Públicas Federais nordestinas

É o Governo Federal que regulamenta e mantém as Universidades Federais por meio do Ministério da Educação (MEC). São por essência públicas e gratuitas, e contam com os recursos oferecidos pelo governo para manutenção, custeio e pagamento de assistência estudantil.

Para ampliar o acesso e a permanência na educação superior, o Governo Federal criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O Programa visa aumentar o número de vagas nos cursos, ampliar a oferta de cursos noturnos, incentivar e financiar inovações pedagógicas, promovendo melhorias no intuito de reduzir a evasão estudantil nessas Instituições.

a) Alagoas

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) está instalada no Campus A. C. Simões, em Maceió, e em mais dois campi no interior do Estado: Campus Arapiraca e suas unidades em Viçosa, Penedo e Palmeira dos Índios e Campus do Sertão, com sede em Delmiro Gouveia, e a unidade em Santana do Ipanema. Sua estrutura

³¹ O Semesp, entidade que representa mantenedoras de ensino superior do Brasil. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/>

³² Disponível em: <https://www.vaicairnoenem.com/2024/01/17/nordeste-lidera-no-quantitativo-de-notas-1000-na-redacao-do-enem-2023> e aqui: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/enem/2024/01/6788072-enem-2023-nordeste-e-regiao-com-mais-redacoes-nota-mil.html>

administrativa e acadêmica está definida por dois conselhos superiores: o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Curadores (Cura).

Fundada em 1961, tem cerca de 84 cursos de graduação, que estão distribuídos em 23 Unidades Acadêmicas. Na modalidade de pós-graduação, são 39 programas *stricto sensu*, entre mestrados, doutorados e especializações. Na Educação a Distância (EAD) há quatro mil graduandos.

No seu quadro de pessoal conta com 1.698 servidores técnico-administrativos e 1.394 docentes, dos quais 690 são doutores. Do total de técnicos, 797 estão lotados no Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, órgão de apoio acadêmico. Atualmente, a universidade possui 258 grupos de pesquisas, 1.125 linhas de pesquisa e 3.646 pesquisadores entre professores, técnicos e alunos.

A presença da UFAL no território alagoano é um importante vetor de desenvolvimento para o Estado, sobretudo, pelos elevadíssimos indicadores de desigualdades. O que se torna um desafio atuar em um contexto de limitações e precariedades.

b) Bahia

É o Estado com maior representação na pesquisa, com três Universidades. São elas: Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). A UFRB foi criada em 2005, a UFSB em 2011 e a UFOB em 2013.

A UFRB originou-se pelo desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e seus discentes, em maioria, provêm da rede pública de ensino, sendo parte remanescentes quilombolas. Possui seis campi universitários, nas cidades de Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus e Santo Amaro, com a reitoria em Cruz das Almas. Computa 58 cursos de graduação, com mais de 12 (doze) mil discentes matriculados na modalidade presencial. Na pós-graduação tem 13 (treze) cursos de especialização, 9 (nove) de mestrado profissional, 8 (oito) programas acadêmicos, sendo 08 (oito) no nível de mestrado e 2 (dois) de doutorado.

A UFSB atua com Reitoria em Itabuna, campi em Teixeira de Freitas e Porto Seguro. Nela o estudante pode cursar sua graduação em dois ciclos, cada curso concluído nos ciclos conferem um diploma de Bacharelado ou Licenciatura na área cursada.

A UFOB é fruto do desmembramento do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), conta com quatro campi em Bom Jesus da Lapa, Barra, Santa Maria da Vitória e Luís Eduardo Magalhães, além da sede, que fica em Barreiras. Oferece 30 cursos de graduação e a pós-graduação *lato sensu* é composta por Cursos de Aperfeiçoamentos, Especialização, Residência Médica e Residências Uniprofissional e Multiprofissional.

c) Ceará

A Universidade Federal do Ceará (UFC) foi criada em dezembro de 1954 e instalada em junho de 1955. No início foi constituída pela Escola de Agronomia, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Faculdade de Farmácia e Odontologia.

É composta de oito campi, denominados Campus do Benfica, Campus do Pici e Campus do Porangabuçu, todos localizados no município de Fortaleza (sede da UFC), além do Campus de Sobral, de Quixadá, de Crateús, de Russas e de Itapajé.

São oferecidos 123 cursos na graduação (incluindo 10 na modalidade EAD) e 153 de pós-graduação, sendo 82 mestrados, 51 doutorados e 20 especializações. Além das ações de extensão, que favorecem milhares de pessoas em todo o Estado.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) foi criada em julho de 2010 e instalada em maio de 2011. É uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Redenção, estado do Ceará. Tem por missão formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Voltando-se especialmente aos países africanos, bem como, na promoção do desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

d) Maranhão

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) originou-se na antiga Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, fundada em 1953, por iniciativa da Academia Maranhense de Letras, da Fundação Paulo Ramos e da Arquidiocese de São Luís. Possui campus em São Luís, Bacabal, Codó, Pinheiro, São Bernardo, Chapadinha, Grajaú, Imperatriz e Balsas.

Possui cursos em nível de graduação e pós-graduação, além de empreender pesquisas voltadas aos principais problemas do Estado e da Região. Desenvolve atividades de extensão que abrangem ações de organização social, de produção e inovações tecnológicas, de capacitação de recursos humanos e de valorização da cultura.

e) Paraíba

A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) tem sua origem na década de 1950, quando foram criadas a Escola Politécnica de Campina Grande e a Faculdade de Ciências Econômicas, momento em que a educação superior dava os primeiros passos na Paraíba. A UFCG possui atualmente 7 campus universitários, 11 centros de ensino, 77 cursos de graduação e 47 programas de pós-graduação.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi criada em 1955, inicialmente instalada com o nome de Universidade da Paraíba, em decorrência da junção de algumas escolas superiores. Sua federalização em 1960 transformou-a em UFPB e contribuiu para a posterior implementação de novos campi em todo o estado.

Está estruturada no Campus I, na cidade de João Pessoa e no Campus II, na cidade de Areia. No ensino de graduação possui 130 cursos, sendo 119 presenciais e 11 na modalidade EAD. Na pós-graduação contabiliza 137 cursos, sendo 40 doutorados e 60 mestrados acadêmicos, 4 residências médicas, além de 19 especializações, bem como 1 doutorado e 13 mestrados profissionais.

f) Pernambuco

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) foi criada em 1946, inicialmente Universidade do Recife (UR), reunia um conjunto de escolas de nível superior existentes em Pernambuco. Em 2006 iniciou o processo de interiorização com a construção simultânea de dois novos campi, um no município de Caruaru, e outro no de Vitória de Santo Antão, unidades chamadas, respectivamente, de Centro Acadêmico do Agreste (CAA) e Centro Acadêmico de Vitória (CAV).

A UFPE funciona com 111 cursos de graduação presenciais e regulares, com mais de 29.000 discentes na graduação e 11.000 na pós-graduação. Reúne mais de 40 mil pessoas, entre professores, servidores técnico-administrativos e alunos de graduação e pós-graduação, distribuídos em três campi: Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão.

Existem unidades que pertencem ao campus Recife, mas não estão fisicamente nele, como o Centro de Ciências Jurídicas, o Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias, o Centro Cultural Benfica, o Memorial de Medicina e o Núcleo de Educação Continuada.

A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), fundada a princípio como Escola Superior de Agricultura em 1912, possui 112 anos de tradição em ensino, extensão e pesquisa. Inaugurada com os cursos de Medicina Veterinária e Agronomia, o novo perfil da Instituição abrange 59 cursos de graduação e na pós-graduação mantém 58 mestrados e doutorados. Além do campus do Recife, também atua nas Unidades Acadêmicas de Garanhuns (UAG), de Serra Talhada (UAST) e do Cabo de Santo Agostinho (UACSA), além de Educação a Distância (UAEADTec). A UFRPE é composta por mais de 1200 professores, mais de 1000 técnicos e cerca de 17 mil estudantes. Opera ainda nas estações avançadas de pesquisa, que são campi situados no Litoral, na Zona da Mata, no Agreste e no Sertão de Pernambuco.

g) Piauí

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) é sediada na cidade de Teresina e com campi nas cidades de Picos, Floriano e Bom Jesus. Originou-se em 1971 a partir da fusão da Faculdade de Direito, Faculdade Católica de Filosofia, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Administração (Parnaíba) e Faculdade de Medicina.

Oferece ensino nos níveis técnico, graduação, pós-graduação e EAD.

h) Rio Grande do Norte

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) foi criada em 1958, através de lei estadual, e federalizada em 1960. Foi formada a partir da Faculdade de Farmácia e Odontologia; da Faculdade de Direito; da Faculdade de Medicina; da Escola de Engenharia, entre outras. Seus campi estão distribuídos por Natal, Caicó, Currais Novos, Jundiá e Santa Cruz.

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) foi criada em 2005, derivada da Escola Superior de Agricultura de Mossoró. Possui 14 cursos de mestrado e três de doutorado, com um total de 723 alunos, sendo 527 de mestrado e 196 de doutorado.

i) Sergipe

A Universidade Federal de Sergipe (UFS) possui mais de 26 mil discentes ativos distribuídos no campus de São Cristóvão, Aracaju, Laranjeiras, Itabaiana e Lagarto. Anualmente, são ofertadas 50% das vagas para as ações afirmativas e deste total, 70% são para as cotas raciais. Atualmente o estado possui 12,85% de sua população declarada preta, representando aproximadamente 203 mil pessoas (IBGE, 2023).

A seguir, apresenta-se a trajetória metodológica.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

A investigação produzida tem como objeto de estudo os aspectos éticos da indexação, cujo preceito ético está na garantia cultural, que pode ser alcançada pela abordagem teórica da hospitalidade cultural. Por isso, a pesquisa está assentada na estrutura das diretrizes trazidas por Beghtol (2002), quanto à hospitalidade cultural, a qual atua como norteadora para o exame da garantia cultural em Sistemas de Representação do Conhecimento (SRC).

Trata-se de uma pesquisa caracterizada como descritiva quanto aos objetivos, de abordagem com características qualitativa e quantitativa, e de natureza aplicada. A população perquirida foi a região Nordeste do Brasil, cuja amostra foram os Repositórios Institucionais (RIs) das Universidades Públicas Federais. Em que constituíram critérios de exclusão ser: a) Instituições de ensino superior particulares; b) Instituições de ensino superior municipais; c) Instituições de ensino superior confessionais; d) Instituições de ensino superior que não possuam repositórios institucionais; e) Instituições de ensino superior que não assinarem a Carta de anuência.

Os RIs, totalmente digitais, estão no rol dos Sistemas já desenvolvidos e que podem ser analisados em diferentes dimensões, com vistas a correções e/ou instauração de políticas para tomada de decisão pertinente aos conflitos éticos.

A supracitada autora propõe em seu arcabouço duas etapas de inspeção, que estão apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 4 – Estrutura de análise ética para a hospitalidade cultural

| | |
|---------|--|
| PARTE 1 | <ul style="list-style-type: none"> - nível teórico: momento da avaliação do sistema em relação a princípios maiores; - nível de descoberta: a avaliação em relação a preconceitos ou desvios existentes; - nível de aplicação: a avaliação em relação a preconceitos ou desvios comuns (técnicos), que possam ocorrer. |
| PARTE 2 | Reside no estabelecimento de políticas e procedimentos éticos no intuito de promover um processo transparente e que assegure uma forma de julgamento apropriado. |

Fonte: Elaborado pela Autora (2023, baseado em Pinho, 2009, p.138)

A autora trabalha com o que nomeia de “globalização para dentro”, que diz respeito à expansão da tecnologia e disseminação da informação dentro de um espaço cultural, social e intelectual, por isso, justificando-se a opção pelos RIs. Esses Sistemas, compreendidos como artefatos culturais, têm à sua frente, conforme Beghtol (2002), os desafios compulsórios derivados da crescente difusão de novas tecnologias, somada à globalização e desterritorialização da informação.

Adversidades que se avultaram diante do contexto das Instituições de Ensino Superior Públicas Federais (IESPF) do Brasil, desde o Governo Temer (2016-2019) e aprofundado com o Governo Bolsonaro (2019-2022), o qual perseguiu, censurou, desvalorizou e reduziu investimentos (Araújo *et al*, 2022).

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos, a investigação foi realizada em duas etapas:

- a) Levantamento nos RIs, que aconteceu por meio da amostragem por conveniência, em que 5 (cinco) itens foram escolhidos em cada repositório.
- b) Aplicação de questionário *online*, via *e-mail*, aos Dirigentes dos Sistemas de Bibliotecas e/ou Responsável pelo Repositório.

A pesquisa teve como objetivo geral, verificar a atividade de indexação nos RIs, com vistas aos aspectos éticos. De maneira mais específica, descrever como é realizada a indexação nas Instituições, usando como base as diretrizes da hospitalidade cultural de Beghtol (2002, 2005); averiguar se a atividade de indexação segue padrões/normas; e identificar como os problemas éticos são detectados e resolvidos na atividade de indexação.

O Quadro 5 especifica os procedimentos realizados quanto ao alcance de cada objetivo específico proposto.

Quadro 5 – Execução dos objetivos específicos

| Objetivos Específicos | Metas |
|--|--|
| 1) Descrever como é realizada a indexação nas Instituições, usando como base as diretrizes da hospitalidade cultural de Beghtol (2002, 2005) | <ul style="list-style-type: none"> - busca em todo o repositório, no metadado assunto, com os termos: <i>racismo, religião, homossexualidade, transexualidade e feminicídio</i>; - separação dos itens pela amostragem por conveniência; - disposição dos dados em planilha excel por cada Instituição; - anotação na planilha das observações que foram julgadas pertinentes na especificação do registro com foco na correspondência da indexação; - criação de gráficos, figuras e quadros que condensaram os dados obtidos. |
| 2) Averiguar se a atividade de indexação segue padrões/normas | <ul style="list-style-type: none"> - escrutínio na página do RI em busca da Política de Implantação / Informação a fim de identificar se contempla a indexação ou da Política de Indexação propriamente dita; - atividade complementada pela aplicação de questionário (Apêndice B) aos Gestores dos Sistemas de Bibliotecas e/ou dos Repositórios; |
| 3) Identificar como os problemas éticos são detectados e resolvidos na atividade de indexação | <ul style="list-style-type: none"> - aplicação de questionário aos Gestores dos Sistemas de Bibliotecas e/ou do Repositório; - criação de categorias para agrupar as respostas por temática e usar esse arranjo para publicizar os resultados; - questionário originado a partir das <i>Diretrizes para a solução de problemas éticos</i> de Beghtol (2005). |

Fonte: Elaborado pela Autora (2023)

Os termos escolhidos encontram-se ancorados em preocupações sociais, que estão em âmbito local e mundial, bem como, nas premissas da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), quanto à salvaguarda dos Direitos Humanos e na promoção do desenvolvimento sustentável, em específico os objetivos 10 e 16 (ONU, 2015).

Tratam-se de perquirições que perpassam pela ética e para a contribuição de Instituições eficazes, distintas, abrangentes e sem discriminação. Nesse sentido, escolheu-se trabalhar com questões sociais, da ordem de raça, crença e gênero, que estão amplamente consubstanciadas no preconceito, este entranhado na sociedade de forma estrutural.

O arrolamento nos RIs foi baseado no elenco de diretrizes para a solução de problemas éticos apresentado por Beghtol (2005), que não é descritivo de suas proposições, mas atua como um norteador. É possível começar a compor um caminho

em direção a recuperação da informação policultural com a adequação da representação (Beghtol, 2005) em Sistemas de Informação. A lista segue relacionada abaixo:

- 1) Identifique o problema
- 2) Determine qual é a questão ética
- 3) Isole a dimensão ética do problema
- 4) Verifique se é um conflito de interesse ou um problema de direitos e equidade
- 5) Diferencie os aspectos éticos dos técnicos
- 6) De quem é o problema?
- 7) A quem o problema afeta?
- 8) Reduza alternativas para controlar de duas a três delas
- 9) Pese as alternativas
- 10) Para cada alternativa, pergunte se existe uma lei que a respalde: há violação de regra moral? É ofensivo para os costumes locais? (Beghtol, 2005, p.906, tradução nossa).

Partindo-se dessas orientações seguiu-se ao levantamento propriamente dito, em que a indexação realizada pelo Profissional foi pareada com a do Autor, ademais, observou-se a compatibilização da indexação com o resumo e título. Nesse contexto, a atenção também esteve nos debates sobre ética na indexação, que categorizam os termos proselitistas, preconceituosos, dicotômicos, violentos e/ou xenofóbicos, como exemplos que impedem a devida representatividade em Sistemas de Informação. E denotam problemas éticos, prejudicando assim a garantia cultural.

5.1 No princípio foi assim

Preliminarmente, a fim de obter um panorama das Instituições de Ensino Superior Públicas Federais (IESPF) no Brasil, foi elaborado um levantamento das Universidades, em que foram contabilizadas 69 Instituições nos 27 estados da Federação. O mesmo se deu no Portal de Educação³³, onde está a lista das Universidades Federais do Brasil por Estados e Regiões, e no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior e-MEC³⁴, contudo eles divergiram.

Na primeira listagem, do Portal de Educação, o total é de 69 e na segunda, do e-MEC, são 68. Após uma verificação detalhada constatou-se que a Universidade Federal do Norte do Tocantins não consta na lista do e-MEC. Entretanto, no Portal da

³³ Disponível em: <https://www.pebsp.com/lista-de-universidade-federais-do-brasil-2020/>

³⁴ Base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior - IES, independentemente de Sistema de Ensino. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>

transparência do Governo Federal³⁵ ela aparece como pessoa jurídica, mas não indica nenhum resultado na pesquisa por Profissionais. Mas, os dados da referida Instituição foram obtidos via *web*³⁶, em que a mesma tem 03 (três) Bibliotecas no seu Sistema com profissionais Bibliotecários e foi mantida na lista aqui disponibilizada (Apêndice A). A distribuição regional está tipificada em seguida (Quadro 6).

Quadro 6 – Distribuição regional das Universidades com Profissionais

| Brasil | Universidades | Profissionais |
|---------------------|----------------------|---------------------------|
| Região Norte | 11 | 293 |
| Região Nordeste | 20 | 670 |
| Região Centro-Oeste | 08 | 167 |
| Região Sudeste | 19 | 809 |
| Região Sul | 11 | 427 |
| TOTAL | 69 | 2.366³⁷ |

Fonte: Elaborado pela Autora (2023)

O Nordeste foi selecionado por configurar como a maior região do país, somando 9 (nove) Estados, e por ter mais Universidades, com um total de 20 (vinte). Também ocupa o segundo lugar quanto ao montante de Bibliotecários, com um somatório de 670 indivíduos.

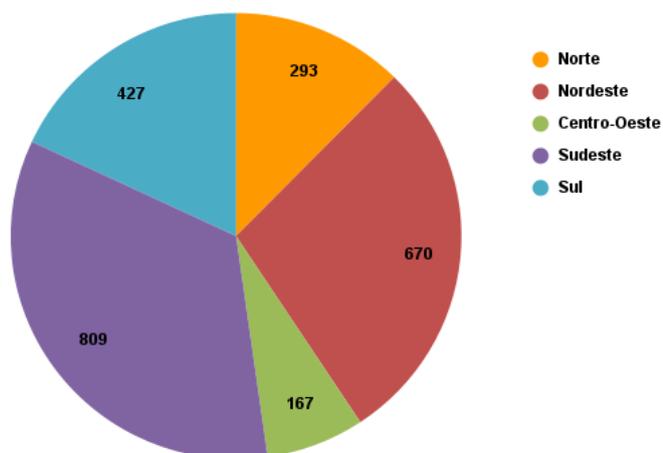
O rol de profissionais foi levantado no Portal da Transparência com os seguintes filtros disponíveis: servidores e pensionistas/ consulta/ consulta de vínculos - órgão/entidade/uorg/lotação; situação: ativo; cargo/emprego: Bibliotecário; Bibliotecário-Documentalista; Bibliotecário II; Biblioteconomista e TNS-Bibliotecário.

³⁵ Site de acesso livre, no qual o cidadão pode encontrar informações sobre como o dinheiro público é utilizado, além de se informar sobre assuntos relacionados à gestão pública do Brasil. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/>

³⁶ Disponível em: <https://ufnt.edu.br/biblioteca/>

³⁷ O total de Bibliotecários ativos no Portal da transparência em 30/04/2023 foi de 3.309 ao realizar a pesquisa pelo Ministério da Educação, uma vez que estão incluídos os Institutos Federais.

Gráfico 1 - Profissionais por região do Brasil



Fonte: Elaborado pela Autora (2023)

É importante ressaltar que Galvino e Pereira (2021), anteriormente, realizaram um inventário sobre os Repositórios Institucionais do Nordeste brasileiro a fim de verificar quais possuíam Política de Indexação, entretanto, o foco da pesquisa foi a exaustividade e especificidade da atividade. Eles incluíram os Institutos Federais, totalizando 11 (onze) Instituições de Ensino Superior (IES) na época, das quais nenhuma dispunha da referida política.

Para Beghtol (2005) as decisões éticas na representação do conhecimento não estão atreladas às particularidades teóricas da filosofia e da ética, contudo, podem ser baseadas em um referencial teórico do campo / área em questão. Todavia, a autora suscita que valores discrepantes entre grupos podem existir, por isso, a mesma indica “adotar um fundamento ético de nível superior”, em que ela optou pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (Beghtol, 2005, p.905, tradução nossa).

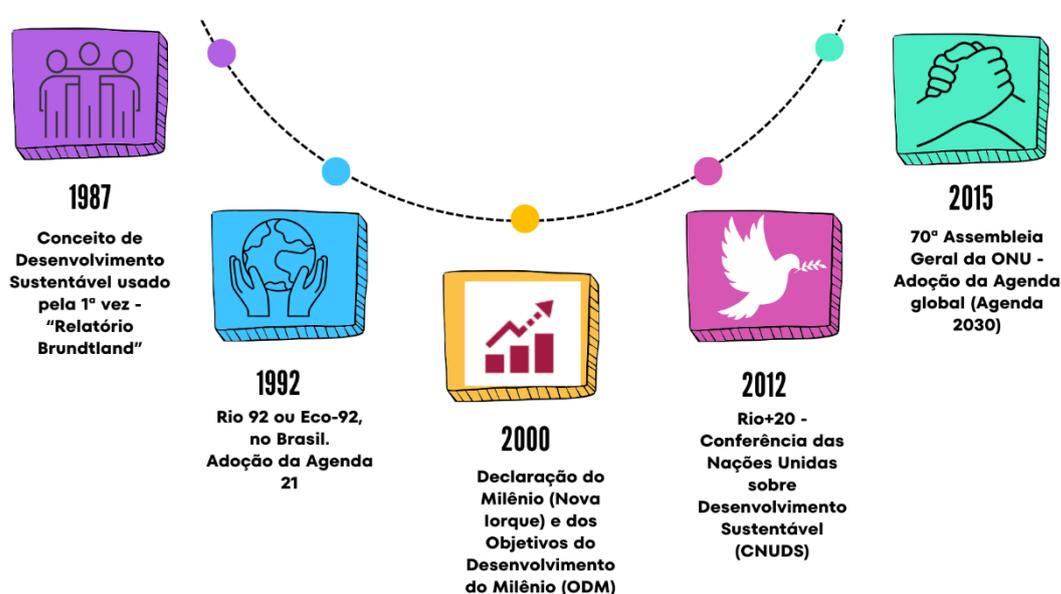
Nesse sentido, consciente da emergência global e do papel da Universidade Pública Federal como parceira para o desenvolvimento de uma sociedade igualitária, buscou-se estar em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)³⁸ que compõem a Agenda 2030. A próxima subseção conceitua e esclarece sobre a Agenda.

³⁸ Os ODS fazem parte de metas universais centradas nas pessoas, com ênfase nos direitos humanos de todos, a serem atingidos até 2030. Ver mais em: <https://www.estrategiaods.org.br/o-que-sao-os-ods/>

5.2 “Não deixar ninguém para trás”: Agenda 2030

O anseio por um mundo com justiça, paz, sem miséria e na busca do alinhamento da vida considerando o Planeta, as Pessoas, a Prosperidade, a Paz e as Parcerias são os marcos do nascedouro da Agenda 2030. Essas preocupações socioambientais tiveram um transcurso de 28 anos até a adoção da Agenda, de 1987, quando o conceito de desenvolvimento sustentável foi usado pela primeira vez, até a 70ª Assembleia Geral da ONU em 2015, com a adesão à Agenda (ver Figura 4).

Figura 4 – Linha do tempo da Agenda 2030



Fonte: Elaborado pela Autora (2024, baseado em Santos e Boselli, 2021)

A Agenda é composta por 17 ODS (Figura 5) e 169 metas pactuados por 193 países.

Figura 5 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Estratégia ODS³⁹

Trata-se de um plano de ação para fortalecer a paz mundial e erradicar toda forma de pobreza, requisitos imperiosos para o desenvolvimento sustentável. Compreendido este na tríade: crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental. Nos princípios e compromissos compartilhados, ela é

[...] guiada pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, incluindo o pleno respeito pelo direito internacional. Fundamenta-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, tratados internacionais de direitos humanos, a Declaração do Milênio e os resultados da Cúpula Mundial de 2005. Ela é informada por outros instrumentos, tais como a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (ONU, 2015, p.5).

Sua elaboração foi fruto de mais de dois anos de consulta pública “[...] em todo o mundo, prestando uma atenção especial às vozes dos mais pobres e mais vulneráveis” (ONU, 2015, p.4). Ela entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2016 e sua implementação está acordada entre os países participantes “[...] em nível regional e global, tendo em conta as diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento, e respeitando as políticas e prioridades nacionais” (ONU, 2015, p.8).

É a Agenda um conjunto de ações interligadas, integradas e indivisíveis com dimensões variadas. Sendo, portanto, um compromisso de todos: sociedade civil

³⁹ É uma rede de organizações da sociedade civil, do setor privado e de governos locais, que tem, entre seus objetivos, ampliar e qualificar o debate a respeito dos ODS no Brasil. Acesse em: <https://www.estrategiaods.org.br>

organizada, cientistas, iniciativa privada e Governos em todas as esferas. Neste ponto estão as Bibliotecas e as Universidades, como mediadoras na aquisição e compartilhamento do conhecimento, cooperando para a evolução da humanidade e consequentemente para os objetivos da Agenda.

Alinhar a atuação bibliotecária nos Repositórios Institucionais com os ODS tornou-se imprescindível, uma vez que esses Sistemas agem na democratização do saber produzido. Devendo, para tanto, assegurar que os direitos humanos e as liberdades fundamentais estejam refletidos na informação que é disponibilizada e recuperada. Resultante desse cenário está respaldada a deliberação quanto às escolhas pelas demandas sociais, conciliando o “fundamento ético de nível superior” indicado por Beghtol (2005).

As escolhas recaíram nos ODS 10 e 16 e algumas metas em específico. O ODS 10 diz respeito à redução das desigualdades, no sentido de favorecer a inclusão na economia das camadas sociais mais vulneráveis. Os desdobramentos escolhidos desse objetivo são elencados adiante.

10.2 Até 2030, empoderar e **promover a inclusão social**, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e **práticas discriminatórias** e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito (ONU, 2015, p.29, grifo nosso).

Entende-se a atuação bibliotecária, no papel de agente público, no caso das IESPF, contemplada no ODS 16, o qual estabelece: “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (ONU, 2015, p.36). Cujas metas assinaladas foram:

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e **representativa** em todos os níveis.

[...]

16.10 Assegurar o **acesso público** à informação e **proteger as liberdades fundamentais**, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais (ONU, 2015, p.36, grifo nosso).

A representatividade e a inclusão reportadas no ODS 16 não podem ser apenas em relação ao funcionalismo público restrito aos cargos, mas está diretamente

associada à representação da informação e do conhecimento que ocorre nos espaços governamentais. Uma vez que esta área deve trabalhar para evitar exclusões e segregações, afinal se encontra essencialmente ligada a representar contextos: do usuário, do autor, do indexador. Em que atuam elementos psicológicos, culturais, ideológicos e institucionais.

A decisão pelos preconceitos (de raça, crença e gênero) partiu da convicção que eles figuram como um grande erro social e cultural, além de ser antagônico ao que se preceitua em Sistemas de Informação, com vistas à garantia cultural. Os preconceitos são os grandes aliados da desinformação e responsáveis, em ampla maioria, pela hostilidade praticada por todo o país, além de dissentir da dimensão social dos ODS quanto à dignidade e igualdade das pessoas (ONU, 2015). Afinal, grupos marginalizados por uma cultura dominante, não se sentem constituídos nos Sistemas de Organização e Representação do Conhecimento (Beghtol, 2005), e esse é um problema ético.

Situações preconceituosas têm questões centrais como o Pré-conceito, a Generalização (erro metodológico) e a Criação de identidade (provoca violência). Deste modo, “o preconceito é algo que contraria a lógica elementar de toda ciência”, que não se pauta em dados objetivos, e, “[...] antes de tudo, vem de alguém com uma limitação conjectural - porque não *conhece* -, e que deduz sobre o vazio” (Karnal; Fernandes, 2023, p.16).

O preconceito religioso está consubstanciado no preconceito cultural, uma vez que os hábitos de um povo estão circunscritos em suas crenças. Este está incluso na Lei que coíbe o racismo (Brasil, 1989) e a homofobia (e transfobia) pode ser tipificada em “outras formas de discriminação” na Constituição Federal, em seu art. 3, inciso IV: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 2015a, p.11).

O feminicídio é qualificado na Lei nº13.104/2015 (Brasil, 2015b) e encontra amparo na Lei Maria da Penha (Brasil, 2006). Dando continuidade, apresenta-se agora como se deu o itinerário do exame realizado nos RIs.

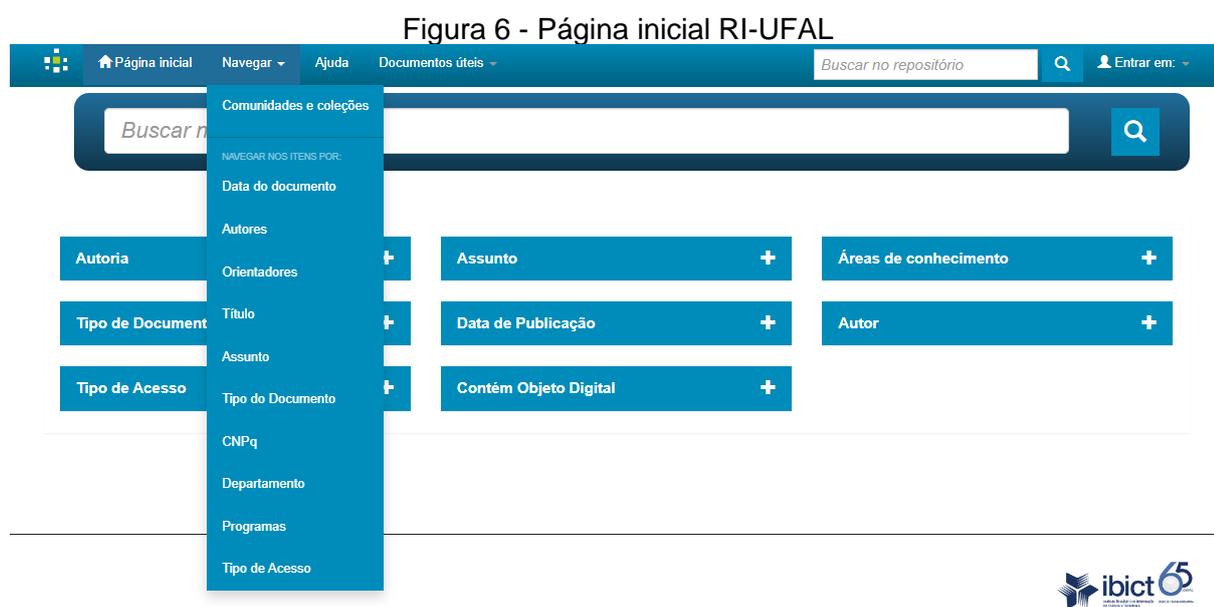
5.3 Levantamento nos Repositórios

No Brasil, o *software* mais utilizado para criação de repositórios acadêmicos e amplamente empregado pelos diferentes órgãos do governo, é o *DSpace*. É ele que

está contabilizado em 13, das 15 Universidades aqui averiguadas. Trata-se de um software livre de código aberto, que permite o gerenciamento de diversos tipos de documentos em formato digital. É o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) que colabora e oportuniza sua utilização no país, o qual está à frente das parcerias com as Universidades.

Inicialmente o *software* foi desenvolvido pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e *Hewlett-Packard* (HP), com a primeira instalação datada em 2002 na Biblioteca do MIT. Atualmente, em âmbito mundial, é a *DuraSpace* que desenvolve, apoia e promove sua operação. Desde dezembro de 2023 foi publicada a versão 7.6.1⁴⁰ que é a mais recente, contudo, dentre as Instituições estudadas, só a UFPE indica na página do RI que está em uso a versão 6.3, as demais não o fazem.

Embora, um de seus recursos seja a possibilidade de personalização pelo usuário, de acordo com as necessidades da Instituição, o *corpus* que compõe a pesquisa possui uma página simples, que coincide com a Figura 6.



Fonte: Repositório Institucional da UFAL (2024)

Nessa conjuntura, trabalhou-se com a busca nos RIs selecionando a aba “navegar” e depois “assunto”, filtrando por tipo de documento: Monografias, TCCs, Dissertações e Teses.

⁴⁰ Disponível aqui: <https://dspace.lyrasis.org/22894-2/>

A consulta ocorreu com os termos **Racismo, Religião, Homossexualidade, Transexualidade e Femicídio**, uma vez que são conceitos significativos na sociedade contemporânea e estão à frente de pautas sociais, que buscam equidade em meio a existência coletiva. Da mesma forma, fazendo parte das preocupações e pressupostos da Agenda 2030, quanto ao desejo de alcançar a vida em um mundo com justiça e paz.

Na sequência ilustra-se, para um melhor entendimento, o passo a passo de como ocorreu cada busca.

O primeiro ato foi, na parte superior do lado esquerdo, clicar em “navegar” e escolher o item “assunto”. Em seguida, digitou-se o termo no espaço específico (lado direito), que está indicado por seta na Figura 7.

Figura 7 - Busca por assunto

| Mostrando resultados 1 a 20 de 86190 | | Próximo > |
|--------------------------------------|---|-----------|
| "Dual-fuel" engines | 2 | |
| "Feliz Ano Novo" | 1 | |
| "Não consta [...]" | 2 | |
| "Os pobres e os ricos" | 1 | |

Fonte: Repositório Institucional da UFPB (2024)

Na próxima tela aparece o total de documentos que existem no Sistema com o termo pesquisado, bem como, os totais das variações do mesmo termo (Figura 8).

Figura 8 - Resultado geral da busca por assunto

| < Anterior | | Mostrando resultados 38787 a 38806 de 86016 | Próximo > |
|----------------------------|---|---|-----------|
| Homossexualidade |  | 14 | |
| Homossexualidade feminina | | 1 | |
| Homossexualidade masculina | | 1 | |
| Homossexualidade. | | 1 | |
| Homossexualidades | | 2 | |
| Homossexuality | | 1 | |

Fonte: Repositório Institucional da UFPB (2024)

Clicando no item em que consta o total de 14, pertinente a homossexualidade, abre-se a página com a lista dos documentos, conforme Figura 9 adiante.

Figura 9 - Lista do total da busca por assunto

| Mostrando resultados 1 a 14 de 14 | | | |
|-----------------------------------|---|---|------------------|
| Data do documento | Título | Autor(es) | Tipo |
| 24-Jul-2014 | (Homo)sexualidade em diálogo: imaginário cristão, intolerância religiosa e cisma anglicano | Carvalho, Elton Roney da Silva | Dissertação |
| 1-Nov-2017 | Homoafetividade e família: adoção por casais homoafetivos | Cavalcanti, Caio Eduardo de Miranda | TCC |
| 26-Jul-2013 | Sexo, gênero, devoção: dramas da sexualidade em comunidades evangélicas inclusivas | Costa Neto, Moisés | Tese |
| 31-Ago-2017 | A outra ponte do arco-íris: discursos e representações LGBTQTT nas histórias em quadrinhos de super-heróis norte-americanas | Cruz, Dandara Palankof e | Dissertação |
| 26-Fev-2021 | Lesão autoprovocada intencionalmente por infâmia: uma escrita pulsante sobre arte pornoerótica | Ferreira Neto, Antônio | Dissertação |
| 2-Mar-2016 | Vulnerabilidade e prevenção às DST's nas práticas afetivo-sexuais de lésbicas | Lima, Michael Augusto Souza de | Dissertação |
| 16-Jun-2023 | A Ovelha Rosa: analisando o trânsito religioso na autobiografia O profeta gay, do Reverendo Francisco Ferreira Júnior | Laurenço, Maylon Marques | TCC |
| 3-Set-2019 | O consumo de vestuário como manifestação individual de homossexuais frente à heteronormatividade: uma análise crítica | Mano, Rayane Fernandes | Tese |
| 2014 | Azul é a cor mais quente: o romance na óptica do existencialismo pregado por Sartre | Nunes, Anne; Fernandes, Flora; Mousinho, Luiz Antônio | Artigo de Evento |

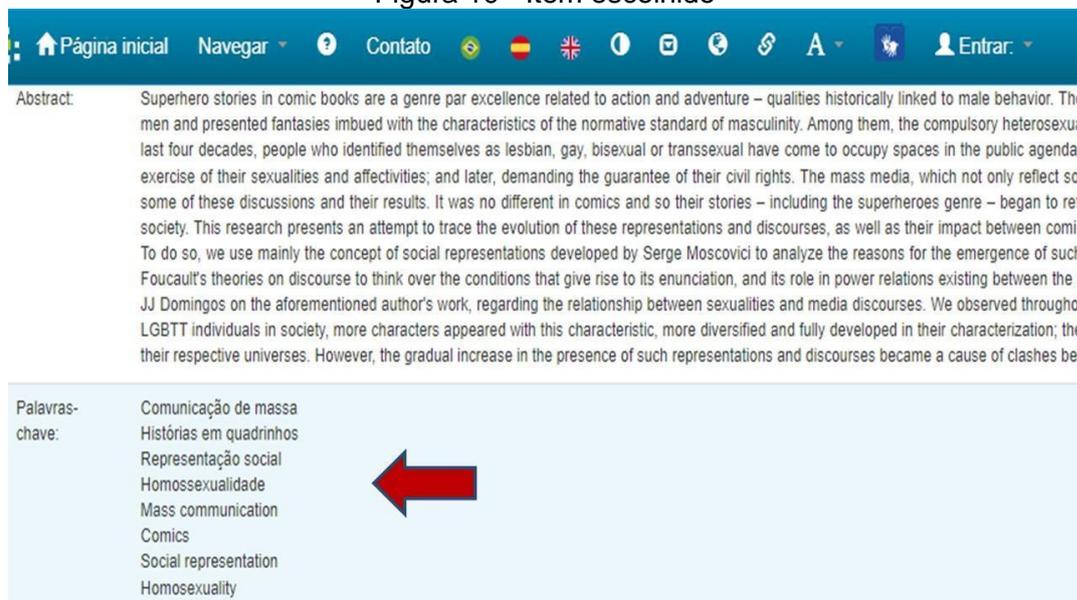
Fonte: Repositório Institucional da UFPB (2024)

Os registros assinalados foram observados quanto aos termos indexados pelo profissional Bibliotecário, conforme a Figura 10 logo a seguir, e aconteceu pela amostragem por conveniência. Que é uma técnica de amostragem não probabilística utilizada para criar amostras pela facilidade de acesso. Ela pode ser acidental, por julgamento ou cotas (Oliveira, 2001). Aqui, ela ocorreu por julgamento, que consiste

no pesquisador usar “[...] seu julgamento para selecionar os membros da população que são boas fontes de informação precisa” (Oliveira, 2001, p.[3]).

A indexação profissional foi pareada com os seguintes dados do documento: título, resumo e palavras-chave indicadas pelo autor.

Figura 10 - Item escolhido



The image shows a screenshot of a website interface. At the top, there is a navigation bar with a home icon, 'Página inicial', 'Navegar', 'Contato', and 'Entrar'. Below the navigation bar, there is an 'Abstract:' section with a long paragraph of text. Below the abstract, there is a 'Palavras-chave:' section with a list of keywords: 'Comunicação de massa', 'Histórias em quadrinhos', 'Representação social', 'Homossexualidade', 'Mass communication', 'Comics', 'Social representation', and 'Homosexuality'. A red arrow points to the word 'Homossexualidade' in the list.

Fonte: Repositório Institucional da UFPB (2024)

Na sequência, fez-se a recolha dos dados em planilha *excel* por Instituição, para visualização individual dos mesmos e verificação. Os tópicos registrados em planilha foram o nome da Instituição, o tipo de trabalho integrante da amostragem (Monografia, TCC, Dissertação e Tese), o título do documento, o resumo, os termos indexados pelo Bibliotecário e os informados pelo autor nas palavras-chave, e a *URL* em que o documento completo pode ser baixado (no formato *pdf*). A informação adicional sobre haver ou não Política ou Resolução do Repositório disponível em sua página, também foi catalogada nessa planilha por cada Instituição e foi parâmetro nos dois momentos da análise.

Ressalta-se que o total de Instituições aqui contabilizaram 15 (quinze), enquanto no questionário são 16 (dezesseis), porque uma das Instituições respondeu às perguntas (Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - UFAPE), mas o site do RI ainda não está disponível. Segue a lista das Universidades com RIs que foram examinadas nesta fase do levantamento.

1 - Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

2 - Universidade Federal do Ceará (UFC)

- 3 - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
- 4 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
- 5 - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
- 6 - Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)
- 7 - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
- 8 - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
- 9 - Universidade Federal do Piauí (UFPI)
- 10 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
- 11 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
- 12 - Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
- 13 - Universidade Federal de Sergipe (UFS)
- 14 - Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
- 15 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Ressalta-se que dois RIs estão sendo alimentados e acessados no Pergamum⁴¹, o que muda a interface em relação aos demais, também deixa de ser um ambiente exclusivo da produção científica das Universidades que eles representam. Por outro lado, é um sistema informatizado presente em algumas Universidades no Brasil, em que é possível fazer pesquisa unificada em uma única plataforma, congregando Repositórios, Normas ABNT, *E-books* e outros. Destaca-se também que o *software* do *DSpace* é personalizável e gratuito, questões que contribuem para a flexibilização com fins para a garantia cultural.

No caso citado, em que o Pergamum hospeda o RI, a busca foi realizada selecionando-se o campo assunto em “buscar por” do lado esquerdo da tela, e escolhendo a espécie do documento em “tipo de obra”, do lado direito. A figura 11 ilustra este caso.

⁴¹ É uma ferramenta de gestão da informação para o gerenciamento de diferentes acervos (Museus, Arquivos, Empresas, Colégios etc.). Possibilita a catalogação cooperativa em sua Rede e oferece os serviços de Catalogação, Aquisição, Controle de usuários, Circulação de materiais, Emissão de relatórios, Consulta ao Catálogo *online*. Ver mais em: <https://pergamum.pucpr.br/produtos/pergamum>

Figura 11 - Tela de busca no Pergamum

The image shows the search interface of the Pergamum system. At the top, there is a search bar with the text 'Pesquisa Geral' and a search button. Below the search bar, there are options for search criteria (Palavra, Índice), sorting (Ordenação: Título), and units of information (Unidade de Informação: Todas). A dropdown menu for 'Registros por' is open, showing options like Assunto, Autor, Série, etc. To the right, there is a 'Tipos de obra' section with checkboxes for Todos, Livros, Folhetos, etc. The interface also includes logos for various digital resources like ATTENA, EBSCOhost, gedWeb, v|lex, and IEEE Xplore.

Fonte: Pergamum web (2024)

A ação seguinte se deu com o envio do questionário.

5.4 Questionário

É o questionário o principal instrumento de coleta de dados nos estudos por amostragem, utilizado como um dos caminhos para conhecer o comportamento humano nas Ciências Sociais. Visa perguntar as pessoas sobre o que fazem e pensam, sem precisar testar suas habilidades (Günther, 2003).

A segunda etapa do percurso seguiu com a aplicação do instrumento de coleta, um questionário *online*, semiestruturado, com 13 questões abertas, elaborado no *google forms*, com todas as respostas não obrigatórias (Apêndice B).

O mesmo foi enviado por *e-mail* institucional para os Diretores dos Sistemas de Bibliotecas e/ou Responsáveis pelos RIs das Instituições examinadas. Neste caso, quando encontrado no *site* dos Sistemas de Bibliotecas o endereço de *e-mail* do responsável direto pelo RI.

As Instituições que informaram não possuir Repositório foram: a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), a Universidade Federal do Cariri (UFCA) e a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr). A Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi excluída do *corpus* da pesquisa porque não assinou a carta de anuência.

Embora a UNIVASF tenha indicado que não possui RI, a página existe⁴² e a disponibilização da Resolução de sua implantação também, datada de 2018⁴³. Contudo, anuiu-se ao que foi respondido no questionário e o Repositório foi desconsiderado. A deliberação ocorreu depois de realizar algumas pesquisas no mesmo e não obter nenhum resultado.

O questionário foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme Parecer CEP-CONEP nº 6.568.523, também passou por um pré-teste antes da aplicação definitiva.

O pré-teste ocorreu em novembro de 2023, com alguns profissionais Bibliotecários de outro Estado, que não fazem parte do *corpus* da pesquisa e não são Dirigentes de Sistemas de Bibliotecas e/ou Responsável direto por nenhum RI. O mesmo se deu com o intuito de averiguar a compreensão sobre as perguntas, obtendo-se uma resposta satisfatória como retorno, em que só houve o acréscimo da última pergunta, quanto à consulta ao Código de Ética.

⁴² Aqui: <https://repositorio.univasf.edu.br/>

⁴³ Aqui: https://repositorio.univasf.edu.br/pages/08_2018.pdf.

6 ANÁLISE DOS DADOS

A apreciação dos dados seguirá demonstrada aqui em duas partes, a primeira que foi originada pelas ocorrências procedentes das pesquisas nos RIs e, a segunda, derivada dos dados quanto às respostas ao questionário. Demonstração que não é estanque, ou seja, eventualmente os caminhos se cruzam durante uma análise e outra.

6.1 Levantamento nos Repositórios

A navegação nos RIs é disponibilizada por “Comunidades e Coleções” e também por itens, é assim que todos os Repositórios estão estruturados. A quantidade de itens varia de um RI para outro, desde o que oferece uma extensa lista (data do documento, autores, orientador, título, assunto, tipo de documento, áreas do CNPq⁴⁴, departamentos, programas, tipo de acesso⁴⁵) ao que propicia o trivial (data do documento, autores, título e assunto).

O ambiente digital dos RIs é alimentado pelas diversas unidades Setoriais, que constituem o Sistema de Bibliotecas (SIB) de cada Universidade. A partir das pesquisas empreendidas, constatou-se que o surgimento dos mesmos está entre os anos de 2008 a 2022, perfazendo 11 Instituições em que a identificação da data foi possível por meio das Resoluções que os regulamentam, disponíveis em suas páginas.

Como documentos formais, as Resoluções, apresentam uma desenvoltura semelhante, contemplando de maneira geral os objetivos, como se dará a administração e os tipos de materiais que deverão compor o RI. Está consolidado, portanto, o primeiro entrave na busca pela discussão dos aspectos éticos mais adiante.

Não estatuir procedimentos específicos como implantação e gerenciamento de metadados, curadoria digital, que tipo de códigos e ferramentas auxiliares comporão

⁴⁴ O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, fundação pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica, tecnológica e de inovação e promover a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa, em todas as áreas do conhecimento. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/institucional>

⁴⁵ Aberto, restrito e embargado.

a linguagem documentária, são exemplos que consolidam a falta de planejamento basilar e direcionamento a cada realidade. Fatos que refletirão na atuação do profissional e na recuperação da informação por parte do usuário.

As diretrizes são vitais, elas indicam o caminho geral que todos devem seguir para usar (ou trabalhar) (n)o sistema A, B ou C. São a bússola dando as coordenadas, mas quando se tem preocupações orientadas às questões culturais e éticas, precisa-se diversificar um pouco mais esse itinerário. Primeiro ponto é ter um sistema de organização e representação devidamente estruturado, para depois poder adequar aos inquéritos particulares sobre quais são os fundamentos éticos apropriados e, assim, operacionalizá-los (Beghtol, 2005).

As buscas nos RIs evidenciaram que falta informação sobre o próprio Repositório, também apresentaram inconsistências em alguns momentos. Caso em que na opção “buscar no repositório” (página inicial e que rastreia em todo o repositório) recuperou itens com o mesmo termo que não havia retornado nenhum, quando a busca foi em “navegar” e depois “assunto” (ver Figura 12).

Figura 12 - Inconsistência na busca

The screenshot displays the search interface of the ATTENA digital repository. At the top, there is a search bar with a dropdown menu set to 'Todo o repositório' and a search term 'religião' entered. A red 'Ir' button and a 'Retornar valores' button are visible. Below the search bar, there are filter options for 'Adicionar filtros' and 'Utilizar filtros para refinar o resultado de busca.' The results section shows 'Resultados/Página 10' and 'Ordenar registros por Relevância' with 'Ordenar Descendente' and 'Registro(s) Todos' options. A green arrow points to the search bar area. Below the search bar, a green arrow points to the 'Ir' button. Below the filter section, a green arrow points to the 'Adicionar' button. Below the results section, a green arrow points to the 'Atualizar' button. Below the results section, a green arrow points to the 'Resultado 1-10 de 6917.' text. Below the results section, a green arrow points to the 'Navegar' dropdown menu. Below the results section, a green arrow points to the 'Idioma' dropdown menu. Below the results section, a green arrow points to the 'RI UFPE' text. Below the results section, a green arrow points to the 'Não há documentos' message.

Buscar em: Todo o repositório

por religião Ir Retornar valores

Adicionar filtros:
Utilizar filtros para refinar o resultado de busca.

Título Iguais Adicionar

Resultados/Página 10 | Ordenar registros por Relevância Ordenar Descendente Registro(s)
Todos Atualizar

Resultado 1-10 de 6917.

ATTENA
Repositório Digital da UFPE

Navegar Sobre Ajuda Contato Idioma

RI UFPE

Não há documentos
Não há documentos disponíveis no repositório de acordo com a sua solicitação.
Página inicial do repositório

Fonte: Repositório ATTENA (2024)

A descrição apresentada mais adiante, que decorre da recolha dos dados realizada nos RIs, segue aqui decomposta de maneira individual pelos termos utilizados na pesquisa, agrupadas todas as Instituições por cada termo, descritas as indexações do Profissional e a do autor.

O exame parte do prisma de identificar, primeiramente, se a representação realizada pelo Profissional coaduna com o conceito do termo, tipificado em dicionários e/ou socialmente justo. O intuito é perceber se há imparcialidade e respeito aos direitos fundamentais.

Em um segundo momento, a ideia é depreender se a indexação profissional está conciliada com a representação realizada pelo autor. Uma vez que a indexação livre versus a indexação bibliotecária é uma pauta que suscita inúmeras discussões. Para Santos (2017, p.8)

[...], o emprego de termos livres na indexação de documentos no âmbito dos Repositórios Digitais pode incitar algumas implicações negativas no processo de representação da informação, levando em consideração que as informações disponíveis em tais ambientes são descritas com palavras provenientes da linguagem natural sem o auxílio de um instrumento de representação da informação. Para tanto, os usuários representam conteúdos com termos que usam e/ou acreditam que entendem, sendo assim alguns termos podem fazer sentido apenas a quem os elencou e nem sempre para a comunidade ou grupo de pessoas que utilizam o sistema.

Enquanto isso, Fujita (2017, p.15, grifo nosso) abordando a linguagem documentária e o processo de compreensão do indexador, lembra que

A situação ideal para o processo de compreensão da leitura, segundo a teoria interacionista, é a **indissociabilidade entre as três variáveis, texto, leitor e contexto**, o que nos leva a considerar que as dificuldades da análise de assunto para a indexação devem ser analisadas a partir de cada variável e não somente do leitor/indexador. Dessa forma, o autor como emissor e o texto como mensagem escrita desempenham papel importante na transmissão da informação, pois é a crença na racionalidade do autor, na sua intenção de ser informativo dizendo algo coerente, que leva o leitor a interagir com o texto, realizando esforços para construir um significado viável.

Nas duas situações dos diagnósticos empreendidos e mencionados anteriormente, intentou-se reconhecer se as representações são exaustivas (Lancaster, 2004), multilíngues (Pinho, 2010), precisas, genéricas e/ou não ferem nenhum direito ou equidade (Beghtol, 2005). Tópicos diretamente relacionados à garantia cultural em Sistemas de Organização e Representação, refletidas na

estrutura da hospitalidade cultural trazida por Beghtol (2002), com intenções aos aspectos éticos da indexação.

Não é demais lembrar que há tempos Lancaster (2004, p.25) afirmou que “uma das propriedades mais importantes de uma representação de conteúdo temático é sua extensão”. Isto significa, continua o autor,

Quanto mais informações são apresentadas, mais claramente a representação revela o alcance [...], tornando-se mais provável que venha a indicar para o leitor se esse artigo satisfaz ou não a uma necessidade de informação. [...]. Também, quanto maior a representação, mais pontos de acesso ela proporciona. [...]. À medida que se aumenta a extensão da representação também se aumenta a recuperabilidade do item [...] Lancaster (2004, p.25).

Uma das questões levantadas por Beghtol (2002), quando discute acerca da garantia cultural e hospitalidade cultural, é sobre os Sistemas possuírem uma flexibilidade estrutural, em que acolham novos conceitos e assim reverberem uma diversidade cultural.

Os Sistemas de Representação devem ser multidimensionais, transpondo fronteiras culturais e geográficas. Cujas principais funções sejam eliminar ambiguidades, controlar os sinônimos e estabelecer relacionamentos semânticos.

Para a descrição dos resultados foi estipulada indexação multilíngue aquela que fora realizada em três línguas ou mais. Para classificar como indexação exaustiva, designou-se a partir de seis termos em uma língua. E a indexação com equidade a que não ferir nenhum direito.

Em seguida estão as apreciações.

a) Racismo

O Brasil é um país estruturalmente racista e o debate racial atual tem possibilitado que se revise significações há tempos impostas. Tem-se ainda um longo caminho pela frente, mas é preciso ficar vigilante para não ceder espaços de poder dedicados a alguns.

É o racismo a “tendência do pensamento, ou modo de pensar em que se dá grande importância à noção da existência de raças humanas distintas” (Racismo, 2010, p.1769), do mesmo modo, o entendimento de “qualquer doutrina que sustenta a superioridade biológica, cultural e/ou moral de determinada raça, ou de determinada

população, povo ou grupo social considerado como raça” (Racismo, 2010, p.1769). A
 eito o quadro demonstrativo.

Quadro 7 - Indexações por Racismo

| | | | | | | |
|--|---|--|---|--|---|--|
| RACISMO | UFAL | | UFC | | UFCG | |
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| | Silenciamento. Racismo. Memória. Branquitude. *Bílingue | Silenciamento Memória Branquitude | Idem ao autor | Raça. Racismo. Políticas Afirmativas. Cotas raciais. | Idem ao autor *Bílingue | Encarcera- mento feminino. Racismo. Sexismo. Guerra às drogas. |
| | UFERSA | | UFMA | | UFOB | |
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| | Idem ao autor | Racismo. Periferias. Resistência. Mães. Ativismo político Chacina do Curió. | Não encontrado | Não encontrado | Negras - Educação. Feminismo - Educação. Racismo - Educação. | Lei 10.639/2003 Caráter machista. Feminismo negro. Livros didáticos. Salas de aula. |
| | UFPB | | UFPE | | UFPI | |
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| | Idem ao autor *Bílingue | Informação. População negra. Protagonismo Social. Mediação da Informação. Racismo. Epistemicídio. | Colonização. Teoria do Estado. Racismo. Democracia. | Colonização Estados- Nacionais. Pós-colônia- lismo. Decolonialis- mo. Racismo. Democracia. | Idem ao autor *Bílingue | Racismo. Currículo. Formação de psicólogos. Instituições de Ensino Superior. |
| | UFRB | | UFRN | | UFRPE | |
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| | Idem ao autor *Bílingue | Racismo. Minorias sexuais e de gênero. Relacionamen- tos inter-raciais. Saúde das minorias étnicas. Enquadramento Interseccional | Idem ao autor *Bílingue | Patriarcado. Capitalismo. Racismo. Violência. Mulher. Saúde | Racismo. Tatuagem. Identidade social. Relações étnicas. Representa- ção. | Racismo Estrutural. Representa- tividade. Afroconsu- mo. Tatuagem. Pele Negra. |
| | UFS | | UFSB | | UNILAB | |
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| Direito. Ensino de direito. Cannabis. Farmacologia. Capitalismo. Racismo. | Cannabis. Proibicionismo. Capitalismo. Racismo. | Racismo na educação. Identidade étnica. Quilombos - Educação. Comunidade | Escola. Racismo. Identidade. Educação Quilombola. | Cabelo - Identidade negra. Mulheres negras. Racismo. | Não tem resumo, não tem palavras- chave. | |

| | | | | | | |
|--|-----------|--|--|--|--|--|
| | *Bílingue | | quilombola Rio do Sul - Nova Viçosa (BA). | | | |
|--|-----------|--|--|--|--|--|

Fonte: Elaborado pela Autora (2024)

A verificação constatou que há isonomia quanto ao uso desse termo nos RIs, acredita-se que a forte atuação social nessa área contribua para que a pauta esteja bem consolidada nos Sistemas de Representação da Informação e do Conhecimento. Além da efetiva aplicação da Lei que recai nos organismos públicos federais, que precisam estar à frente no combate aos crimes raciais.

Observou-se ainda, que a exaustividade considerada aqui a partir de 6 termos, não é praticada, além de seis RIs unicamente replicarem o que está na indexação livre. Sobre a reprodução da indexação livre tem-se, algumas pressuposições:

1 - Não haver tempo (a atividade é cumulativa, como ver-se-á mais adiante quando da apreciação das respostas ao questionário), nem interesse ou atualização por parte do profissional. Acredita-se, contudo, que seja em razão da má distribuição dos recursos humanos. Retomando Lancaster (2004, p.40), ele já havia esclarecido sobre a prática da indexação:

Ao indexador raramente é dado o luxo de poder ler um documento atentamente do começo ao fim. A exigência de indexar determinada quantidade de itens por dia haverá de lhe impor que se satisfaça comumente com uma leitura que estará longe de ser completa. Usualmente, recomenda-se um misto de ler e 'passar os olhos' pelo texto. As partes a serem lidas atentamente são as que apresentam maior probabilidade de dizer o máximo sobre o conteúdo no menor tempo: título, resumo, sinopse e conclusões. Os títulos das seções e as legendas das ilustrações ou tabelas também merecem maior atenção. Convém passar os olhos pelo restante do texto, para confirmar se as partes mais condensadas contêm uma imagem exata do que trata o documento (Lancaster, 2004, p.40).

2 - A modalidade do autodepósito está em curso nos RIs. No entanto, ainda não é possível mensurar seu impacto, mas é imprescindível que a atividade seja bem gerenciada e planejada no Sistema de Bibliotecas. Torna-se indispensável prover treinamentos e esclarecimentos à comunidade acadêmica sobre, por exemplo, como fazer uso de um vocabulário controlado. Além dos profissionais compreenderem a cultura dos pequenos nichos (citando departamentos e cursos).

b) Religião

O conceito dicionarizado diz que é “A manifestação de tal crença por meio de doutrina e ritual próprios, que envolvem, em geral, preceitos éticos” (Religião, 2010, p.1811). Ou seja, há uma diversidade religiosa que precisa ser respeitada, contudo, assiste-se quase que diariamente, nos noticiários locais e nacionais, exemplos de intolerância religiosa escancarada em diferentes âmbitos da sociedade.

No Brasil, essa heterogeneidade, conforme Tadvald (2015, p.175), ainda é relativa. Para ele, dados estatísticos e históricos demonstram “[...] a prevalência cristã na constituição da identidade nacional e a sua capacidade de atualização e de reprodutibilidade”.

A reflexão acima é necessária para, ao ser um profissional Bibliotecário, que labuta no funcionalismo público, possa-se estar atento aos dilemas que pulsam na sociedade contemporânea. Eles, fatalmente, irão refletir, caso se esteja desatento, nas escolhas realizadas na indexação quanto a referida temática. Segue o quadro do levantamento e seu exame.

Quadro 8 - Indexações por Religião

| RELIGIÃO | UFAL | | UFC | | UFCG | |
|----------|----------------------------|---|---|--|--|---|
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| | Idem ao autor *Bilíngue | Assembleia de Deus. Teatro. Arte. Religião. | Espiritualidade. Religião. Condutas Terapêuticas. Síndrome de Abstinência a Substâncias | Espiritualidade Religião. Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias (TUS). Abstinência. Condutas terapêuticas. | Gay Escola Resistência Religião Racionalização Controle Racionalizante | Gay Escola Resistência Religião Racionalização |
| | UFERSA | | UFMA | | UFOB | |
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| | Idem ao autor *Bilíngue | Direito Constitucional. Direito do Trabalho. Religião. Liberdade religiosa | Nada encontrado | Nada encontrado | Nada encontrado | Nada encontrado |
| | UFPB | | UFPE | | UFPI | |
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|--|
| Idem ao autor *Bilíngue | Conver- são. Crime. Prisão. Religião. | Comportamen- to Alimentar. Religião. Influência Alimentar das Religiões. | Religião. Hábitos Alimenta- res. Influência Alimentar das Religiões | Idem ao autor *Bilíngue | Territoria- -lidades. Religião. Espaço- Sagrado. Teresina- PI. |
| UFRB | | UFRN | | UFRPE | |
| Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| Restrição alimentar. Candomblé. Alimentação. Cultura. Religião. *Bilíngue | Restri- ções. Candom- blé. Alimenta- ção. | Idem ao autor *Bilíngue | Saúde sexual. Religião. Função. Mulheres | Religião. Religião e sociologia. Cristianismo - Séc. XXI. | Religião e Contem- poranei- dade. Pertença -desafei- ção religiosa. Sem Religião. Caminho da Graça |
| UFS | | UFSB | | UNILAB | |
| Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| Psicologia. Religião. Igreja Universal do Reino de Deus. Diabo. Teologia da Prosperidade. *Bilíngue | Igreja Universal do Reino de Deus. Diabo. Teologia da Prosperi- dade. | Brasil - Religião - Influências africanas. Religião - Aspectos psicológicos. Racismo. | Saúde mental. Religiosid ade afrodes- cendente Racismo. História de vida. | Ensino Religioso. Religião e Religião cidadania | Ensino religioso. Escola Pública, leis sobre o ensino religioso, socieda- de |

Fonte: Elaborado pela Autora (2024)

Para início, é preciso pontuar que o termo *gay*, destacado no quadro, será examinado no próximo parecer, relativo à homossexualidade.

Quanto ao assunto “religião”, trata-se de um termo genérico, que se deve optar por especificá-lo, sobretudo diante do contexto de diversidade religiosa no país, anteriormente mencionado. Ademais, Lancaster (2004, p.48) já considerava o princípio da especificidade como um dos mais importantes na indexação de assuntos, definindo-o como “[...] aquele segundo o qual um tópico deve ser indexado sob o termo mais específico que o abranja completamente. [...] Normalmente, seria melhor utilizar vários termos específicos, ao invés de um termo que seja mais genérico”.

No quadro, observa-se que replicar a indexação livre continua sendo praticado. Também que, nenhum RI utiliza a indexação multilíngue, contudo, há uma oscilação em oferecer a bilíngue, ora um mesmo RI dispõe, ora não. O que pode estar fundado no fato da alimentação do Sistema ser por diferentes unidades no contexto organizacional, além da ausência de diretrizes em uma política de indexação.

Um fato, no mínimo, curioso, é quanto aos RIs do Maranhão e Oeste da Bahia não recuperarem nenhum documento com respeito à temática, uma vez que o sincretismo religioso está tão presente na identidade dos referidos locais.

Outra questão é quanto ao termo estar posto em todos os RIs de maneira generalista, exceto o que nomeou o candomblé. Percebe-se que pode haver um despreparo para adentrar nas especificações das religiões ou falta de atualização das linguagens documentárias utilizadas na Instituição. Ou pior, um preconceito latente.

Não se esqueça que “[...], se as ferramentas de representação temática não se mantêm atualizadas, perdem a sua capacidade para interagir como sistema de representação e mediação entre coleções e usuários, e se tornam obsoletas e pouco úteis” (Fujita; Agustín Lacruz; Gómez Díaz, 2012, p.101).

c) Homossexualidade

No dicionário diz respeito a “Qualidade ou caráter de homossexual; homossexualismo, inversão”. Constituindo-se homossexual o “Relativo à afinidade, atração e/ou comportamento sexuais entre indivíduos do mesmo sexo” (Homossexualidade, 2010, p.1107). “O problema aparece com o uso, por uma grande parcela de pessoas, do termo homossexual como substantivo e, dessa forma, ganha toda uma série de conotações indevidas” (Pinho, 2010, p.23).

Para a indexação no Brasil, há uma convenção em utilizar homossexual / homossexualidade em detrimento a *gay*, no entanto, pode ocorrer de *gay* ser usado como equivalente, o que não se constitui erro algum (Homossexual VER *gay* ou VER TAMBÉM). Pelo contrário, utilizar a relação de equivalência, para fins de controle terminológico, resulta numa recuperação mais precisa.

Independente da preferência por homossexual, verifique que o termo *gay* faz parte de todas as siglas (**GLS** = *gays*, lésbicas e simpatizantes; **GLBT** = *gays*, lésbicas, bissexuais e transgêneros) que se modificaram ao longo do tempo até os dias atuais (**LGBTQI+** = lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, *queer*, intersexuais e outras identidades de gênero), utilizado, portanto, pela comunidade **LGBTQIAP+** (Pinho, 2010, grifo nosso).

Homossexualidade é um termo ortofêmico, ou seja, aquele que é usado amplamente na sociedade como uma forma direta, polida, estrita de se falar.

Ortofemismo pode ser entendido simplesmente como expressões diretas. Esse conceito traz à baila os conceitos de adequado,

apropriado e normal aos atos linguísticos. Tanto o ortofemismo quanto o eufemismo referem-se a palavras ou frases usadas como alternativas a expressões não preferidas ou desfavoráveis. Essas palavras ou frases são entendidas como sendo mais apropriadas em contraste ao disfemismo, que pode ser considerado como tabu (Pinho; Milani, 2013, p.249).

Gay, por sua vez, é uma metáfora, sendo o termo utilizado por muito tempo como ofensa. Nos Estados Unidos *gay* é preferencial porque “*homossexual*” foi uma expressão que surgiu da literatura médica, que classificava a homossexualidade como doença. Diante o quadro e seus pareceres no seguimento.

Quadro 9 - Indexações por Homossexualidade

| HOMOSSEXUALIDADE | UFAL | | UFC | | UFCG* | |
|-------------------------|---|--|--|---|--|---|
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| | Docência. Profissionalização do docente. Identidade de gênero na educação. Homossexualidade. *Bilíngue | Docência. Profissionalização. Gênero. Homossexual. | Adoção. Homossexualidade. Direito de família. Pais e filhos. | Filiação socioafetiva. Adoção. Melhor interesse da criança e do adolescente. Família. | Direitos Humanos. Cidadania. Homossexualidade. Cidadania. Homossexual - Direito Humano. União Homoafetiva – Família. Ordenamento Jurídico Brasileiro. *Bilíngue | Homossexualidade. Cidadania. Direitos Humanos. |
| | UFERSA | | UFMA** | | UFOB*** | |
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| | Nada encontrado | Nada encontrado | Nada encontrado | Nada encontrado | Nada encontrado | Nada encontrado |
| | UFPB | | UFPE | | UFPI | |
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| | Idem ao autor *Bilíngue | Neopente costalisimo. Homossexualidade Pornografia. Arte contemporânea. Erotismo | Idem ao autor | Família, Homossexualidade Conjugalidade Homoafetiva, Legalidade | Idem ao autor *Bilíngue (português-francês) | Identidade. Homossexualidade. Política. História. Gênero. |
| | UFRB**** | | UFRN | | UFRPE | |
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| | Nada encontrado | Nada encontrado | Idem ao autor | Homossexualidade Deslocamentos. Família. | Homossexualidade Minorias e jornalismo | Homossexualidade Ditadura. jornal |

| | | | | | | |
|--|---|--|---------------------------------|---|-----------------------|---|
| | | | Projetos de vida. Universidade. | Preconceitos na imprensa. Diário de Pernambuco (Jornal). Anos 1970. | Diário de Pernambuco. | |
| | UFS | | UFSB | | UNILAB | |
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| | Análise do discurso. Igreja católica. Casamento. *Bilíngue | Igreja Católica. Matrimônio. Homossexualidade Heteronormatividade. Silêncio. | Nada encontrado | Nada encontrado | Idem ao autor | Envelhecimento. Homossexualidade. Memória. História oral. |

Fonte: Elaborado pela Autora (2024)

A investigação neste âmbito obteve resultados peculiares, que seguem elencados abaixo conforme o sinal gráfico disposto no quadro:

*Existem itens indexados por Homossexualismo (UFCEG). Termos com o sufixo “ismo” não devem ser utilizados, uma vez que o mesmo denota doença.

**Não existe o termo na lista de assunto (UFMA).

***Só um livro foi recuperado, mas o mesmo foi indexado por homossexualismo (UFOB).

****Na pesquisa em “navegar” e “assunto” nada foi encontrado. Após refazer na página inicial em “todo o repositório”, 3 itens apareceram, sendo um artigo, um livro e um TCC. Contudo, no TCC não havia o termo especificado durante a busca (UFRB).

Percebe-se assim que as inconsistências são comuns, sejam de operacionalização do Sistema ou da atividade em si.

A opção do indexador em replicar as palavras do autor, sem um controle terminológico adequado, a partir de uma linguagem documentária, segue ativa.

Por fim, não encontrar a temática fazendo parte de três Instituições que compõem o Estado da Bahia, o qual tem uma diversidade sexual significativa⁴⁶, pode ser preocupante, talvez ocorra devido à violência⁴⁷ impingida a aludida comunidade. Pressupõe-se que este deveria ser um motivo para que o tema seja inserido nos espaços das Universidades.

⁴⁶ Ver aqui: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/05/25/diversidade-sexual-204-mil-baianos-se-declaram-homossexuais-ou-bissexuais-aponta-ibge.ghtml>

⁴⁷ Ver aqui: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/01/20/mortes-violentas-de-pessoas-lgbtqia-na-ba-2023.ghtml>

d) Transexualidade

A definição lexicográfica de Transexual “Diz-se de, ou indivíduo movido pelo transexualismo”. Sendo o Transexualismo o “anseio de querer pertencer ao sexo oposto, acompanhado de desconforto em relação ao próprio sexo e desejo de se submeter a tratamento hormonal e intervenção cirúrgica visando a transformação sexual; transtorno de identidade sexual” (Transexualidade, 2010, p.2069). Na linguagem documentária de indexação já se alertou aqui sobre o sufixo “ismo”

As demandas no que concerne à transexualidade na sociedade brasileira, apesar de se consistir em um fenômeno histórico, ainda carecem de melhor compreensão por parte da ciência. E fica evidente o preconceito, a desinformação, a falta de empatia e políticas públicas, em diferentes cenários (jurídico, saúde, familiar, cultural, escolar).

Este é um pacto acordado pelas Nações Unidas no Brasil, com vistas a salvaguardar os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável, que abrange diligência quanto a antidiscriminação e a igualdade de gênero. Na mesma proporção, cabe também aos espaços de educação atuar no acolhimento e fornecimento de conhecimento, combatendo assim, toda forma de hostilidade e segregação.

Nesse sentido, os RIs precisam ter essa pauta atualizada, indexando de forma acertada um tema que, na maioria das vezes, não está bem definido e conceituado para o ser humano que vem antes do Profissional. É preciso estar atento porque “[...] a falta de suficiente precisão terminológica pode disfarçar o preconceito na representação e, conseqüentemente, influenciar negativamente a recuperação da informação” (Pinho; Milani, 2013, p.246).

Quadro 10 - Indexações por Transexualidade

| TRANSEXUALIDADE | UFAL | | UFC | | UFCG | |
|-----------------|--|--|--|---|---|---|
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| | Transexualidade. Protagonismo social. Biblioteconomia da Ciência da informação. Bibliotecários. Biblioteca universitária. *Bilíngue | Transexualidade LGBT. Acolhimento. Protagonismo social. Biblioteconomia. Ciência da Informação | Idem ao autor *Bilíngue | Psicanálise. Manipulações irreversíveis do corpo. Transexualidade | Idem ao autor *Bilíngue | Transexualidade Família. Melancolia. Luto. Psicologia. |
| | UFERSA | | UFMA | | UFOB | |
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| | Idem ao autor *Bilíngue. | Êxito escolar. Docência. Transexualidade. Travesti. | Nada encontrado | Nada encontrado | Transexualidade - Legislação. Violência contra as mulheres. Lei Maria da Penha. | Feminismo. Mulheres transexuais. Lei Maria da Penha. Violência |
| | UFPB | | UFPE | | UFPI | |
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| | Idem ao autor *Bilíngue | Transexualidade; Esporte; Atletas. | Psicologia; Identidade de gênero; Transexualidade Narrativas | Psicologia; Narrativas; Transexualidade; Cisnormatividade | Fora do ar | - |
| | UFRB | | UFRN | | UFRPE | |
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| | Nada encontrado | Nada encontrado | Idem ao autor | Família. Relacionalidade. Gênero. Identidade. Transexualidade. | Nada encontrado | Nada encontrado |
| | UFS | | UFSB | | UNILAB | |
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| | Psicologia social. Identidade social. Transexuais. Transexualidade Apoio social. Transgêneros. Travestis. | transexualidade; transgêneros; apoio social; autoestima; identidade | Nada encontrado | Nada encontrado | Idem ao autor | Interseccionalidade. Travestilidade. Transexualidade. Educação. |

| | | | | | | |
|--|------------------------|-------------------|--|--|--|--|
| | Autoestima. Gênero. | social; gênero | | | | |
| | *Bilíngue | | | | | |

Fonte: Elaborado pela Autora (2024)

Foi possível verificar que o termo, assim como no caso de homossexualidade, ainda não é encontrado em alguns RIs. Fato que se lamenta, pois no universo da produção acadêmica o assunto não está sendo objeto de pesquisas científicas.

No mais, em regra, a investigação identificou que a indexação bilíngue existe se alternando. A repetição da indexação livre, nesse caso, tem a possibilidade de ocorrer por desconhecimento do profissional e assim ele prefira confiar no autor, que é o estudioso do tema.

Não foi identificado nenhum uso inapropriado do termo. Aproveita-se a discussão para lembrar que são ocorrências distintas: sexo biológico, gênero, identidade de gênero e orientação sexual⁴⁸.

e) Femicídio

Refere-se ao assassinato proposital de mulheres ou jovens do sexo feminino, somente por serem mulheres. Envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

É a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, incluindo-o no rol dos crimes hediondos. Porém, a desigualdade entre os sexos, e, que está arraigada na sociedade, torna a violência doméstica um fenômeno bastante complexo. Começando pelo fato de, juridicamente, haver uma luta silenciosa para a conceituação de feminicídio.

Existem muitas variantes quanto ao feminicídio, em se falando sobre a indexação em Repositórios, especialmente na região nordeste do país. Marcada por uma tradição secular de machismo, opressão, misoginia e atuação colonizadora.

Alerta-se para esses fatos, pela crença e experiência, de que não basta apenas valer-se do ferramental teórico e instrumentos auxiliares para uma efetiva leitura documentária e ulterior indexação. É fundamental compreender o assunto

⁴⁸ Ver mais aqui: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/dicionario-lgbtq-entenda-termos-movimento/>

socioculturalmente, para combater a subjetividade quando das escolhas empreendidas na atividade de representação.

Dirigimo-nos ao quadro e observações empreendidas.

Quadro 11 - Indexações por Femicídio

| FEMINICÍDIO | UFAL* | | UFC | | UFCG | |
|--------------------|---|---|---|---|--|--|
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| | Assassinatos – Alagoas Violência contra as mulheres – Alagoas Femicídio *Bilíngue | Assassinatos. Configuração. Femicídios. Violência. | Femicídio; Política América Latina; Violência de Gênero; Direitos Humanos | femicídio; necropolítica; violência de gênero; interseccionalidade; direitos humanos na América Latina. | Violência doméstica contra a mulher; Femicídio; Prevenção e combate; Cultura da supremacia masculina; Leis brasileiras de proteção as mulheres; Campanha sinal vermelho na mão; Políticas públicas de acolhimento; Aplicativo para denúncia remota; *Bilíngue | Violência doméstica. Pandemia. Femicídio. Leis protetivas. Medidas de enfrentamento |
| | UFERSA | | UFMA | | UFOB | |
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| | Femicídio. Cidade de Mossoró-RN. Políticas públicas. Homicídio contra mulher. Qualificadora. Lei 13.104 de 2015. *Bilíngue | Femicídio. Lei 13.104 de 2015. Qualificador a. Homicídio contra mulher; Políticas Públicas; Cidade de Mossoró-RN. | Nada encontrado | Nada encontrado | Nada encontrado | Nada encontrado |
| | UFPB | | UFPE | | UFPI | |
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| | Análise do discurso. Estudos discursivos foucaultianos. Femicídio. Crime de ódio. Vontade de verdade. *Bilíngue | Estudos discursivos foucaultianos. Femicídio. Crime de ódio. Vontade de verdade. | Idem ao autor | Informações estatísticas; feminicídio; violência contra a mulher; Bourdieu; dominação | Fora do ar | - |

| | | | | | | |
|--|--|--|----------------------|---|----------------------|--|
| | | | masculina | | | |
| | UFRB | | UFRN | | UFRPE | |
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| | Foi recuperado um TCC, mas não abriu a página de dados do documento. Atribuiu-se a “nada encontrado” | - | Idem ao autor | Feminicídio; Patriarcado; Machismo; Relações sociais de sexo, raça e classe; Consubstancialidade. | Nada encontrado | Nada encontrado |
| | UFS | | UFSB | | UNILAB** | |
| | Profissional | Autor | Profissional | Autor | Profissional | Autor |
| | Ciência da Computação. Ensino de ciência da computação. Machismo. Violência doméstica. Masculinidade tóxica. Curso online. Justiça terapêutica. Revisão sistemática. Lei Maria da Penha. Feminicídio. | grupo reflexivo, autor de agressão doméstica, masculinidade e tóxica, curso online, justiça terapêutica, revisão sistemática | Nada encontrado | Nada encontrado | Idem ao autor | Violência contra as mulheres - Brasil - Aspectos psicológicos. Violências familiares - Brasil. [Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006] (Lei Maria da Penha). |

Fonte: Elaborado pela Autora (2024)

O escrutínio não detectou nenhuma falta de isonomia, o termo possui especificidade, embora ainda apareça, porventura, um ou outro termo genérico. Contudo, estão as representações técnica e culturalmente adequadas. Lastimavelmente, há uma incidência de nenhum documento encontrado sobre o assunto em alguns RIs no caso da UFMA, UFOB, UFRPE, UFSB e UFRB.

O fato da inconsistência, quanto à operacionalidade do Sistema, revelou-se nos casos da UFAL e UNILAB, que só se obteve resultados quando a pesquisa foi refeita pela opção “todo o repositório”.

Com esse assunto, foi baixa a recorrência em reproduzir a indexação livre. Destaca-se, todavia, as únicas ocorrências da aplicação da indexação exaustiva na UFCG, UFERSA e UFS. Quiçá se dê tal fato pela complexidade do assunto em si.

No âmbito geral, do estudo de todos os termos, os resultados computaram nenhuma indexação multilíngue, no entanto, ela é um fator que contribui para a

garantia cultural nos Sistemas. Apesar disso, tem-se 08 RIs utilizando a bilíngue, dos quais 7 são português-inglês e 1 português-francês.

Quanto à exaustividade, apenas 03 RIs atuam com ela, os outros 12 ficaram na média de quatro termos indexados, embora dois apresentaram cinco termos. Na equidade foram detectados 04 Repositórios utilizando o termo “homossexualismo”, enquanto os outros 11 não feriram direitos.

No desfecho dessa etapa foi possível depreender que, embora os termos utilizados para a decomposição da indexação praticada nos RIs existam amplamente discutidos na sociedade, há dificuldade quanto a estarem inseridos no campo da Ciência. Nesse sentido, deixa-se de articular as demandas sociais emergentes ao capital intelectual produzido nos espaços da Academia, esta que tem uma responsabilidade social.

Por consequência, quando esses assuntos não estão ecoando no âmbito científico das Universidades, eles não alcançam os Sistemas de Organização e Representação das mesmas, prejudicando, até certo ponto, o ideal de indexação com especificidade, exaustividade, precisão, relacionamentos semânticos, controle de sinônimos, não ambiguidade e equidade.

São a exaustividade e a especificidade que aumentam a eficiência, quanto maior a especificidade, maior a precisão e menor a revocação. A ambiguidade é evitada à medida que se considera o contexto em que se está inserido, sua ocorrência está ligada à problemas de relevância. No que diz respeito à equidade, quando ela não existe, continua-se a usar os termos do *mainstream*⁴⁹ para representar assuntos que são usados por comunidades discursivas que buscam voz e representatividade. O contexto semântico é alusivo aos significados das palavras e suas correlações.

Em outro aspecto, a atividade de indexação é uma das portas no longo caminho do conhecimento, todavia, é preciso fortalecer o que é anterior: a definição de implantação e existência dos Repositórios, bem como, o gerenciamento dos recursos humanos.

⁴⁹ É um adjetivo e um substantivo da língua inglesa, como substantivo, significa qualquer ideia, método, pessoa ou um grupo de determinada comunidade que é considerado comum, normal e aceito pela maioria. Em geral, nesse âmbito, é utilizado para se referir a assuntos sociais, como no caso de manifestações do povo, em especial da classe artística. Como adjetivo, traduz-se como: predominante, grande, comum, dominante, maior, majoritário, lugar-comum, preponderante, popular, principal, prevacente, tradicional, vigente, reinante. Disponível em: <https://www.meusdicionarios.com.br/mainstream/>

O que implica conferir total atenção ao Bibliotecário indexador / classificador / resumidor, pois, é ele que está no início de todos os procedimentos que se referem à indexação, seja amplamente criando índices ou catalogando assuntos (Dias; Naves, 2007). O qual, no seu processo de compreensão,

[...] é entendido como leitor profissional que realiza uma leitura documentária com objetivos definidos. O profissional da informação, visto como leitor é considerado individualmente na **abordagem cognitiva** pelo processamento de informações que realiza para **tratamento temático da informação documentária**. Contudo, como leitor profissional deve ser visto dentro de seu contexto sociocultural que abrange atuação e formação profissional em **abordagem sociocognitiva** (Fujita, 2017, p.31).

Oportunizando, assim, políticas institucionais que amparam os profissionais no sentido de atuar livres de preconceitos e vieses, além de prover aos consulentes as garantias literária, cultural e de uso. Aspectos que dirão tudo sobre como a atividade é, de fato, efetivada, além de permitir que o usuário se sinta inteiramente refletido nos Sistemas.

De modo a prosseguir, adentra-se na segunda etapa da análise com as respostas ao instrumento de coleta.

6.2 Questionário

A apreciação dos dados teve como base, a posteriori, a Análise de Conteúdo (AC), que “[...] se destina a classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave, de modo com que sejam comparáveis a uma série de outros elementos” (Carlomagno; Rocha, 2016, p.175). Assim sendo, procedeu-se à criação de categorias, com fins de agrupar as perguntas que mantêm relação entre si, tornando a apreciação mais didática. Note-se que uma mesma pergunta, pode pertencer a mais de uma categoria.

Quadro 12 - Categorias

| | Caracterização organizacional | Operacionalização da indexação | Dependência humana no processo | Dependência Institucional no processo |
|------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|--|
| | 1 | 2 | 3 | 4 |
| Perguntas | 1, 2, 7 e 11 | 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12 e 13 | 5, 6, 8, 10, 11, 12 e 13 | 2, 7, 8, 9, 11, 12 e 13 |

Fonte: Elaborado pela Autora (2024)

Na “caracterização organizacional” estão as perguntas que retratam e individualizam os RIs. Em “operacionalização da indexação” tudo que diz respeito à atividade em si. Na “dependência humana no processo”, estão reunidas as perguntas que são referentes ao desempenho da atividade, que estão conectadas ao profissional-ser humano. Por fim, em “dependência Institucional no processo” estão as que configuram o que é inerente à Organização para a consecução da atividade. Seguidamente estão as avaliações, conforme cada grupo.

a) Caracterização organizacional (Categoria 1)

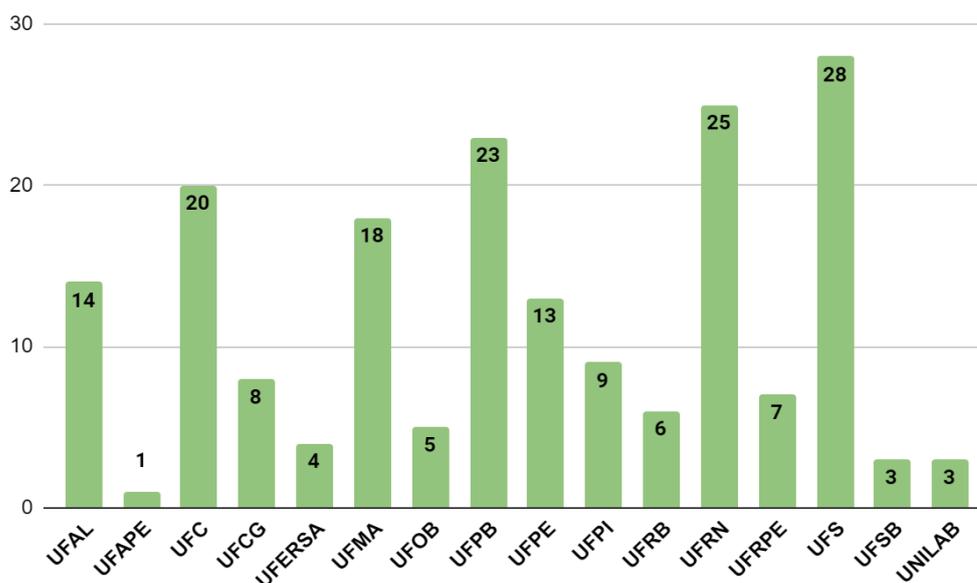
A categoria 1 corresponde ao conjunto que reúne o rol de perguntas descritas abaixo, aplicadas com fins de conhecer o cenário geral dos 16 Repositórios e seus Sistemas.

São elas:

- 1 - Quantas Bibliotecas existem no Sistema?
- 2 - A Universidade possui Repositório Institucional?
- 7 - Quantos profissionais trabalham como indexadores no Repositório?
- 11 - Existe política exclusiva para a indexação no Repositório? Se sim, contempla os aspectos éticos?

Os resultados obtidos na primeira pergunta e que demonstram o panorama dos Sistemas de Bibliotecas e suas unidades estão ilustrados no Gráfico 2, em que o somatório varia entre 1 e 28 Bibliotecas na Instituição. Na pergunta 2 ficou-se com o *corpus* de 16 Instituições com RIs (já explanado no capítulo anterior).

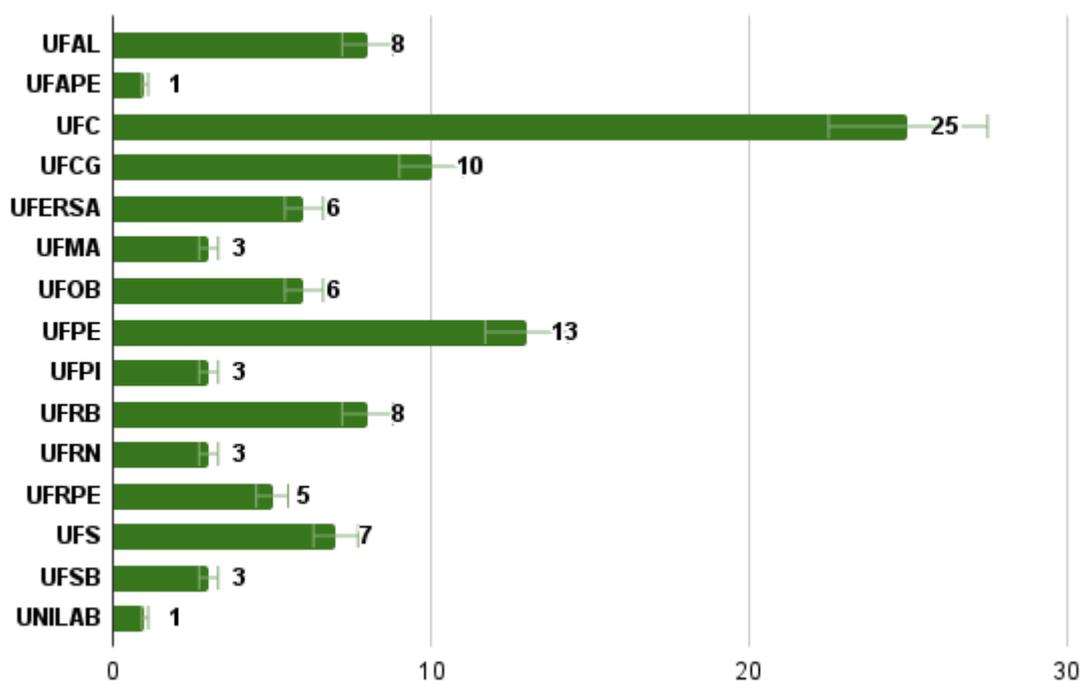
Gráfico 2 - Quantitativo de Bibliotecas nos Sistemas



Fonte: Elaborado pela Autora (2024)

A distribuição de Profissionais indexadores por Instituição é visualizada no Gráfico 3. Neste caso, uma Instituição não respondeu à pergunta, por isso o total é de 15.

Gráfico 3 - Quantitativo de Profissionais indexadores nos RIs



Fonte: Elaborado pela Autora (2024)

A realidade enfrentada nas Bibliotecas é condizente com a maioria das Universidades Públicas Federais no Brasil, em que a operação dos serviços se dá com um corpo funcional diminuto. Situação que pode ter muitas raízes, inclusive, a reforma da previdência no governo Michel Temer, iniciada em 2016 com a PEC 287/2016.

É possível perceber que em 07 dos casos, conforme os gráficos anteriores, há mais Bibliotecas do que profissionais que atuam na indexação. Ora, se alguns dos RIs já têm autodepósito, se todas as Comunidades também inserem trabalhos acadêmicos, além da demanda de inclusão dos demais documentos pelos profissionais (que integram a produção científica da Instituição) e diante da realidade de menos de 1 indexador por unidade, está evidenciado o caos. Portanto, torna-se um desafio árduo prover um Sistema de Organização e Representação devidamente condizente com a literatura sobre a área.

Esses fatos estruturais têm relação direta com a última pergunta desse bloco, sobre a Política de Indexação. Sem recursos humanos, diga-se o técnico Bibliotecário, é praticamente inviável se debruçar no conhecimento necessário para construir uma Política, seja de constituição e manutenção do RI, como a de indexação. O que corrobora com as respostas sobre a inexistência delas no âmbito das 16 Instituições aqui estudadas.

Abre-se uma ressalva, quanto ao que Gracioso, Costa e Silva (2023) alertam, para o novo momento na Representação do Conhecimento em RIs, com o que decorre das políticas de Ações Afirmativas. Em que os autores destacam os povos originários e sugerem estudos informacionais interdisciplinares

[...] em função da necessidade de argumentarmos a favor de que esforços continuem sendo direcionados, nos estudos informacionais, para compreensão e valorização, não só de saberes locais, mas como de linguagens locais, quando da proposição e aperfeiçoamento de sistemas de organização do conhecimento, estejam estes no plano das ações comunicativas em sistemas abertos de informação, ou no âmago dos sistemas controlados de registro e acesso institucionais à informação científica, por exemplo. Essa defesa se localiza no bojo dos desdobramentos das políticas de ações afirmativas brasileiras, implementadas no ensino superior, e que tem oportunizado, ainda que de modo não suficiente, o acesso mais plural e diverso à Universidade, como é o caso do acesso de estudantes indígenas às Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiro que, mesmo recente, cresce exponencialmente (Gracioso; Costa; Silva, 2023, p.617).

Ou seja, a Universidade tem crescido e ampliado sua atuação para a diversidade, entretanto, o corpo de indexadores nos Sistemas de Representação é ínfimo.

Nesse ponto, pela carência de Política dos RIs não é possível definir os requisitos e os elementos de funcionamento, avaliação e distribuição dos profissionais que atuam nos mesmos. Já adentrando na próxima categoria, alerta-se que em todas as Universidades é uma atividade cumulativa, em que os profissionais atuam em várias frentes, além da indexação nos Repositórios.

Torna-se premente a Política de Indexação, afinal, é ela que concretiza como se dará a

[...] seleção de tipos de documentos a serem indexados, procedimentos de análise e representação de assuntos, aspectos qualitativos da indexação como precisão, especificidade, exaustividade e revocação, instrumentos de controle de vocabulário tais como linguagens documentárias ou opção por trabalhar com linguagem natural, além da avaliação da indexação pela consistência e pela recuperação (Fujita, 2016, p.15).

Produzir uma política de indexação é ter que gerir uma complexidade, em que interagem de forma independente, diferentes componentes.

A elaboração da política de indexação pode ser analisada à luz da complexidade, tanto pela natureza cognitiva do processo de indexação e do nível de representações dos conteúdos, por indexadores, e das necessidades informacionais, por usuários, com linguagens diferentes, quanto pela gestão da política de indexação para o planejamento, elaboração e implantação de normas, procedimentos, técnicas e manual da política de indexação com orientações gerais e específicas (Fujita, 2016, p.15).

Encerrando essa seção, não é demais reafirmar que até que essa conjuntura se transforme, não se consegue avaliar os preceitos éticos na indexação desses tipos de Sistemas, que são os Repositórios. Sem o que é primário em funcionamento, não há como efetivar tal ação. Segue-se para a categoria 2.

b) Operacionalização da indexação (Categoria 2)

Este grupo reflete como a atividade ocorre na prática diária do indexador e as perguntas estão listadas imediatamente.

3 - A indexação no Repositório é Centralizada ou Descentralizada?

4 - A indexação no Repositório é Livre ou Controlada?

5 - A indexação no Repositório é Manual (humano-intelectual), Automática (tecnologia) ou Semiautomática (humano e tecnologia)?

6 - Os metadados dos itens são replicados de outras Bases e/ou Sistemas? Qual(is)?

9 – A atividade de indexação segue padrões e/ou normas? Qual(is)?

10 - Para a indexação no Repositório faz uso de ferramentas auxiliares, como vocabulário controlado, thesaurus ou qualquer outra? Por favor, especifique.

11 - Existe política exclusiva para a indexação no Repositório? Se sim, contempla os aspectos éticos?

12 - Havendo ou não política de indexação, como os conflitos éticos são identificados e resolvidos na indexação?

13 - O Código de Ética Profissional do Bibliotecário (Resolução CFB nº 42, de 11 de janeiro de 2002) foi debatido para a atuação no Repositório Institucional?

Esta categoria está imbricada com a próxima, por isso, apresenta-se a categoria 3 na sequência com as perguntas referentes a mesma e, subsequentemente, as deliberações das duas.

c) Dependência humana no processo (Categoria 3)

5 - A indexação no Repositório é Manual (humano-intelectual), Automática (tecnologia) ou Semiautomática (humano e tecnologia)?

6 - Os metadados dos itens são replicados de outras Bases e/ou Sistemas? Qual(is)?

8 - A indexação no Repositório é uma atividade Exclusiva ou Cumulativa?

10 - Para a indexação no Repositório faz uso de ferramentas auxiliares, como vocabulário controlado, thesaurus ou qualquer outra? Por favor, especifique.

11 - Existe política exclusiva para a indexação no Repositório? Se sim, contempla os aspectos éticos?

12 - Havendo ou não política de indexação, como os conflitos éticos são identificados e resolvidos na indexação?

13 - O Código de Ética Profissional do Bibliotecário (Resolução CFB nº 42, de 11 de janeiro de 2002) foi debatido para a atuação no Repositório Institucional?

As perguntas reunidas nesses dois blocos dizem respeito ao ser humano que indexa, leia-se o Bibliotecário e como o mesmo desempenha a atividade de indexação. Constatou-se, por conseguinte, a utilização da indexação manual

acontecendo em 11 Instituições, constituindo-se em 68,8%. Em contraponto estão as que usam a forma semiautomática, no total de 05, equivalente a 31,3% do total, enquanto nenhuma utiliza a automática.

Na maioria, no total de 12 RIs, a atividade de indexação é descentralizada, enquanto em 03 é centralizada e 01 não respondeu. Ou seja, há uma independência das Bibliotecas Setoriais, o que significa que cada uma desenvolve suas atividades de acordo com seus próprios regulamentos.

A indexação Livre predomina em 08 RIs, ao passo que a Controlada totaliza 04, e 04 afirmaram usar ambas. Quanto a importar metadados, 06 declararam não fazer. As demais sim, em que citaram algumas Bases como: OasisBr, *La referencia*, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Brasil, Catálogo de Autoridades da Biblioteca Nacional, *Dspace*, Pergamum, *Scholar* e Sistema de Gestão Acadêmica SIGAA.

Com relação a ter algum padrão e/ou norma que seguem, a atividade é bem diversificada. Com respostas que contemplam: norma interna, sem especificar; a NBR 12.676; a NBR 6028; o AACR2; linguagem natural e controlada; palavras-chave do documento indexado ou o padrão de metadados distinguido pela Instituição.

No que diz respeito ao uso de ferramentas auxiliares, as respostas positivas somam 08 e discriminam: DECS, *Pergamum*, Catálogo da Biblioteca Nacional; Tabela CNPq; Vocabulários controlados (sem especificar quais), Thesagro, USP e *Library of Congress*.

As conclusões decorrentes dessas categorias partem do ponto de que, como afirma Pinto (2001), a indexação é peça de um sistema global de recuperação da informação, em que estão um conglomerado de atividades. Devendo esta ocupação, conforme Sousa e Fujita (2014), ser incorporada pelo Profissional como uma atividade intelectual.

Existe, portanto, nesse bloco de respostas a preponderância nos RIs da indexação manual, descentralizada e livre, que faz importação de metadados e uso de ferramentas auxiliares, sendo unanimemente uma atividade cumulativa. Entretanto, não há política de indexação, nem esclarecimentos sobre conflitos éticos e a forma como lidar com eles não parece ideal, uma vez que é inerente à atuação profissional do indexador.

A atividade, com vistas a garantia cultural, “[...] enquanto a ideia de que um sistema de classificação está baseado nas premissas da cultura que o origina [...]”

(Zamboni, 2018, p.83), necessita que a ética esteja contemplada quando do desenvolvimento de esquemas de classificação e nos processos de classificação e indexação.

[...] é necessário ter esse valor [ético], para que o conteúdo de acesso à informação seja coerente com a realidade do usuário, pois o profissional que lida com a representação da informação deve se comprometer com a necessidade informacional de cada instituição, em seus diferentes contextos, costumes e cultura. Sem isso, conseqüentemente, a recuperação pelo usuário será insatisfatória (Jesus; Fujita, 2019, p.98).

A discussão e o estabelecimento da ética, na atividade de indexação, precisa ser estabelecida por meio de um processo democrático de debate. Apresenta-se abaixo a última categoria analisada.

d) Dependência Institucional no processo (Categoria 4)

2 - A Universidade possui Repositório Institucional?

7 - Quantos profissionais trabalham como indexadores no Repositório?

8 - A indexação no Repositório é uma atividade Exclusiva ou Cumulativa?

9 - A atividade de indexação segue padrões e/ou normas? Quais?

11 - Existe política exclusiva para a indexação no Repositório? Se sim, contempla os aspectos éticos?

12 - Havendo ou não política de indexação, como os conflitos éticos são identificados e resolvidos na indexação?

13 - O Código de Ética Profissional do Bibliotecário (Resolução CFB nº 42, de 11 de janeiro de 2002) foi debatido para a atuação no Repositório Institucional?

Por fim, no que concerne ao que depende da Instituição, enquanto organismo, na operacionalização da atividade de indexação (categoria 4), por não haver uma política exclusiva para a indexação nos RIs, a consistência e padronização da atividade fica bastante indefinida. Quanto aos conflitos éticos na indexação, as respostas são variadas:

- uns dizem não haver nenhum conflito;
- outros que os profissionais têm autonomia para resolver, caso haja;
- existindo, alguns afirmam enviar ao Comitê gestor;
- outros lamentam que não há essa discussão, nem nada instituído a respeito;

- alguns afirmam que quando são identificados são resolvidos na indexação;
- uns dizem atuar com reuniões em equipe e que tentam minimizar os conflitos ao máximo.

Apesar, desta ter sido uma pergunta aberta, nenhum respondente ampliou sua resposta, deixando a sensação de que essa é uma temática ainda confusa.

É elementar atinar que é

O ambiente do sistema de informação [que] proverá ao indexador conhecimentos específicos sobre a cultura organizacional, política de indexação expressa em um manual de indexação, linguagem de indexação e o objetivo de atendimento das demandas de sua comunidade usuária (Fujita, 2012, p.187).

Na última questão sobre o Código de Ética Profissional do Bibliotecário ter sido debatido para o desempenho nos RIs, 12 responderam não. Pode-se, portanto, verificar que os resultados indicam que a ética na indexação em Bibliotecas Universitárias é indefinida e a execução da atividade ainda necessita ter seus parâmetros claramente estabelecidos.

A ausência de política de indexação prejudica o desempenho dos RIs que precisam atender a complexidade de um sistema global e da sua comunidade acadêmica. É o momento em que sem o usuário, não há Sistema voltado para o mesmo.

O fato de inexistir Política é extremamente preocupante, e alude ao que já alertava Rubi (2012, p.108) sobre

[...] como a indexação é vista dentro da biblioteca: muitas vezes, somente como um processamento técnico que não necessita de procedimentos sistematizados para identificação de assunto, apenas de uma leitura rápida para identificar e extrair os termos para representar o conteúdo. Nesse sentido, a implantação de uma política de indexação seria considerada desnecessária (RUBI, 2012, p.108).

Tudo precisa começar muito antes, ou seja, a política de indexação não deve ser um código de certo ou errado para o Profissional executor da ação, ela tem que ser reflexo da experiência que o usuário tem nesses Sistemas e, essencialmente, das suas necessidades informacionais (que são socioculturais). No caso do Brasil há inúmeras peculiaridades regionais, que uma Biblioteca Universitária, que presta um serviço público, tem que se ater.

O panorama constatado está muito aquém do ideal, embora os diversos estudos já atestem a representação do conhecimento como vital para a organização,

disseminação e recuperação da informação em qualquer âmbito, vê-se que na prática existe uma real dificuldade em estabelecer critérios para o desempenho desta atividade. Em que os ambientes públicos, digam-se as Bibliotecas Universitárias, parecem sofrer maior impacto pela falta de preceitos. Estas, sem o quantitativo de pessoal ideal, sem incentivos para a atualização periódica, sem uma atuação planejada com seus colaboradores e sem discussões sobre temas cruciais para o seu desempenho.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Biblioteca universitária tem que ser o lugar para discussão de ideias, cuja atuação seja ética e cidadã. Mas isso não ocorre de forma isolada ou departamentalizada, adotar uma visão sistêmica na prática, pode evitar tomadas de decisão ineficientes e disfuncionais.

A caminhada até possuir Sistemas de Representação do Conhecimento multiculturais desdobra-se em direções distintas, mas não deve perder a visão do todo. Para se sustentar precisa de uma base sólida, em que o planejamento seja meticuloso e voltado para as reais necessidades da comunidade local/global. Planificação que precisa contemplar, a priori, as diferentes culturas que existem na própria Instituição, além de não descuidar dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Nesse sentido, a visão sistêmica tem que ser praticada por todos os grupos, não se restringindo apenas aos líderes. É fundamental promover o engajamento e a cooperação, que pode ser pelo estabelecimento de objetivos claros, gestão por competências, programa de capacitações e reciclagem, prática de uma comunicação não violenta, subsídios para uma educação antirracista, atuação com sistemas com *design* centrado no usuário (a exemplo do *Design Thinking*), entre outros.

Repositórios Institucionais devem existir, de fato, não apenas disseminando uma produção acadêmica, mas oferecendo garantias (de usuário, cultural) desde quando é constituído, passando pela inserção das informações e recuperação, até a produção de novos conhecimentos. Afinal, são projetados para atender aos modelos contemporâneos de criar conhecimento e gerir informações de acesso aberto.

Tratou-se de uma pesquisa descritiva nos Repositórios, em que o objetivo geral de identificar os aspectos éticos da indexação realizada nos RIs foi alcançado em parte. Em que, na primeira etapa, o levantamento nos RIs pôde descrever a indexação praticada, permitindo-se inferir sobre equidade, exaustividade, precisão, uso da indexação em mais de uma língua, elementos formadores para uma preocupação ética.

Na segunda etapa, com as respostas ao questionário, encontrou-se uma realidade sem diretrizes determinadas em norma, situação que desfaz qualquer possível organização, seja para o Profissional, a Instituição ou o usuário. As categorias utilizadas para a análise permitiram examinar os quatro conjuntos, considerados pedagógicos, para a compreensão dos Sistemas. Em que o cenário dos

Sistemas de Bibliotecas é constituído, em sua maioria (nove no todo), com poucas unidades setoriais, embora a região Nordeste ocupe o segundo lugar quanto ao montante de Bibliotecários no país (670 indivíduos). Que nesse caso, infelizmente, em algumas Setoriais não há um indexador por unidade, e em todo o Sistema é uma atividade cumulativa. Outro fator é que ainda existem Universidades sem Repositório e algumas utilizando o Pergamum para este fim. A operacionalização da atividade, no que depende do Profissional e no que depende da Instituição, ficaram a desejar, primordialmente, pela falta de Política. O que se reflete na atuação sem padronização, descentralizada, livre e sem acordar as garantias para o Sistema.

Quanto aos objetivos específicos constatou-se que a falta de uma Política de Indexação inviabiliza estabelecer critérios de mensuração da atividade nos RIs. Para bem citar, quando há uma incidência em replicar, por parte do Bibliotecário, a indexação realizada pelo autor, vê-se que não há uma preocupação com o controle terminológico e isso gera consequências, ainda que seja um procedimento que tem sido efetivado corriqueiramente. E também torna difícil entender onde se está e onde se quer (e pode) chegar. E, obviamente, não sendo possível responder à pergunta de pesquisa: Como a dimensão ética, na indexação em RIs, está sendo operacionalizada para um Sistema de Informação de alcance multicultural?

A evolução da ciência e da tecnologia não permite a estagnação desses Sistemas, a vida acadêmica e sociocultural é cíclica, mutante e exige vigilância para o atendimento das necessidades informacionais dos que os utilizam.

A implantação dos Repositórios Institucionais tem total relevância, só não se pode ficar centrado apenas nos produtos e instrumentos, é inescusável ater-se aos processos. Esses processos têm que começar a partir da atenção às competências e habilidades necessárias para o bom desempenho profissional. Sistemas de Informação melhores requerem um constante reordenamento, revisões periódicas, aplicação de métodos e teorias que legitimem sua qualidade.

A diáspora bibliotecária não pode existir, as mudanças só ocorrerão em conjunto. Em que uma Biblioteca Universitária é respeitada a partir do organograma da Instituição, cujos Reitor, Pró-Reitores, Coordenadores de Centros e Chefes de Departamentos são uníssonos quanto à compreensão, não apenas teoricamente, mas na prática diária, das funções e essencialidade da Biblioteca. Questão que deve começar no topo da cadeia, com um plano de ação que reconheça as atividades e o mínimo necessário para que elas existam.

O que foi visto e discutido já possui inúmeras teorias e trabalhos escritos a respeito. Contudo, está-se precisando de uma prática de fato. Quando desenvolver tudo isso está no cenário da Administração Pública, aí precisa-se de muitos esforços. É fundamental que haja uma coordenação estratégica e eficaz com a administração central, que deve ser dos gestores de Bibliotecas, e mais ainda do corpo bibliotecário.

É imperativo que os Bibliotecários conversem mensalmente e pactuem suas necessidades para a execução das suas atividades, é preciso que esse mesmo grupo queira mudanças e esteja imbuído da extensão e importância da sua profissão. Para posteriormente se chegar a Sistemas que atuem considerando os aspectos éticos da representação, fornecendo garantia cultural e existindo para a diversidade.

Por fim, deixa-se algumas recomendações, ciente que não se torna objetivo desta tese esgotar as discussões. Indica-se, portanto, começar o planejamento basilar amparando-se em ferramentas já existentes para este fim, que é o caso da metodologia 5W2H, que já vem sendo utilizada por Bibliotecas⁵⁰. Assim como, investir tempo e recursos humanos para a discussão e criação da Política de Indexação, da mesma maneira, de uma linguagem documentária para todo o Sistema de Bibliotecas, com fins ao controle terminológico no intuito de aumentar a precisão da recuperação da informação. Sem descuidar da presença do debate ético e das garantias eleitas para os Repositórios.

⁵⁰ Ver sobre em Massaroni e Scavarda (2015) e Ferrari *et al* (2023). E no Poder Judiciário, aqui: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/agenda-2030/meta-9-do-poder-judiciario/>

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino *et al.* Exploring large digital bodies for the study of human behavior. **Evolutionary Psychological Science**, [s. l.], p.1-10, maio 2023. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40806-023-00363-2#citeas>. Acesso em: 05 jun. 2023.

ALMEIDA, Marco Antônio de. Políticas culturais & Ciência da Informação: diálogos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v.43, n.2, p.284-297, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1410/1588>. Acesso em: 22 set. 2021.

ALVARENGA, Lídia. Representação do Conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação em tempo e espaço digitais. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v.8, n.15, p.18-40, 1º sem. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2003v8n15p18/5233>. Acesso em: 06 maio 2023.

ANDRADE, Érico. **O sujeito do conhecimento**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. 80 p. (Filosofias: o prazer do pensar, 15).

ANDRADE, Morgana Carneiro de; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. A contribuição da Organização do Conhecimento para a interoperabilidade semântica: alternativas para Repositórios Institucionais. **Informação@Profissões**, Londrina, v.1, n.1/2, p.152-170, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/14593>. Acesso em: 16 fev. 2023.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018. 124 p.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de; BEZERRA, Marcos Antonio Alexandre. A ética no contexto epistemológico da Ciência da Informação. *In*: BORGES, Maria Manuel; CASADO, Elias Sanz (coord.). **A Ciência da Informação criadora de conhecimento**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. v.1, p.225-234. Disponível em: <https://dl.uc.pt/handle/10316.2/31893>. Acesso em: 09 maio 2023.

ARAÚJO, Maria Luciene da Silva *et al.* As implicações do neoconservadorismo nas Universidades Públicas Federais: um estudo a partir do governo Bolsonaro. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v.47, n.3, p.1009-1025, set./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/72239/39325>. Acesso em: 16 maio 2023.

ARAÚJO, Valéria Amorim Arantes de. Cognição, afetividade e moralidade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.26, n.2, p.137-153, jul./dez. 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27848>. Acesso em: 11 abr. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2020. 68 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. 2.ed. Rio de Janeiro, 2012. 3 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. 2.ed. Rio de Janeiro, 2023. 19 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. 3.ed. Rio de Janeiro, 2011. 11 p.

ASSUMPÇÃO, Luiz Carlos Flôres de. Uma visão sobre formação das competências individuais, profissionais e organizacionais. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v.3, n.1, p.1-21, jan./jul. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1620/1424>. Acesso em: 27 mar. 2023.

BALDISSERA, Olívia. Indústria 5.0: tecnologia e humanização em favor da sociedade. **Pós PUCPR Digital**. Paraná, 01 nov. 2022. Disponível em: <https://posdigital.pucpr.br/blog/industria-5-0>. Acesso em: 29 maio 2023.

BARITÉ, Mario. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. **Palabra Clave**, La Plata, v.1, n.1, p.1-11, oct. 2011. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/16751/1/PCLP%25202011%2520v1n1a2.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. 141 p.

BEGHTOL, Clare. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v.56, n.9, p.903-912, 2005.

BEGHTOL, Clare. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v.58, n.5, p.507-532, 2002. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00220410210441/full/htm>. Acesso em: 12 set. 2019.

BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a formação social do Nordeste. **Lua Nova**, São Paulo, v.71, p.41-79, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/sqrVzP6vcvNqvr4frCnKnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jan.2024.

BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli. Estudio observacional del contexto sociocognitivo de la catalogación de materias en bibliotecas universitarias. **Scire: Representación y Organización del Conocimiento**, Zaragoza (España), v.16, n.2, p. 103-110, jun. 2010. Disponível em:

<https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4023>. Acesso em: 05 mar. 2023.

BORTOLANZA, Juarez. Trajetória do ensino superior brasileiro: uma busca da origem até a atualidade. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 17., 2017, Mar Del Plata. **Anais** [...]. Argentina: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2017. p.1-16. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequence=1. Acesso em 29 maio 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 48.ed. Brasília: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2015. 236 p. (Série textos básicos, 119). Disponível em: <https://bela.al.ce.gov.br/index.php/constituicao-federal/constituicao-federal-em-pdf>. Acesso em: 12 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7716.htm. Acesso em: 12 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 13 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em: 13 maio 2023.

BRAYNER, Cristian. **A Biblioteca de Foucault**: reflexões sobre ética, poder e informação. São Paulo: É Realizações, 2018. 287 p. (Biblioteca Humanidades).

BRIET, S. **O que é a documentação**. Tradução de Maria de Nazareth Rocha Furtado. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2016.

BUCHANAN, Elizabeth A. An overview of information ethics issues in a world-wide context. **Ethics and Information Technology**, [s. l.], v.1, n.3, p.193–201, set. 1999. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1010072815391>. Acesso em: 14 set. 2020.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: [s. n.], 2003. 22p. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 22 maio 2023.

CAPURRO, Rafael. Intercultural Information Ethics. *In*: CAPURRO, Rafael; FRÜHBAUER, Johannes; HAUSMANNINGER, Thomas (Ed.). **Localizing the Internet: ethical aspects in intercultural perspective**. Munich: Fink Verlag, 2007. p.21-38. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170922022040/http://www.capurro.de/iie.html>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CARLOMAGNO, Márcio C.; ROCHA, Leonardo Caetano da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, [s. l.], v.7, n.1, p.173-188, 2016. Disponível em: <https://ojs.homologa.ufpr.br/politica/article/view/45771>. Acesso em: 23 jan. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13.ed. São Paulo: Ática, 2009. 424 p.

CHAUÍ, Marilena. **O ser humano é um ser social**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. 149 p. (Filosofias: o prazer do pensar).

CINTRA, Anna Maria Marques *et al.* **Para entender as linguagens documentárias**. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Polis, 2002. 92 p.

COLUMBIÉ, Radamés Linares. **Ciencia de la información: su historia y epistemología**. Bogotá, DC: Rojas Eberhard, 2005. 75p.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. A sociedade do conhecimento e o humanismo. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p.384-397, nov. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.18617/liinc.v11i2.839>. Acesso em: 07 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Resolução CFB nº207, de 07 de novembro de 2018. Aprova o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, que fixa as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 216, p.155, 09 nov. 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-207-de-7-de-novembro-de-2018-49474700>. Acesso em: 13 jan. 2023.

DERQUI, Pablo Marcos. **Da informação à categorização: a formação sistêmica dos conceitos**. Curitiba: CRV, 2017. 173p.

DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de Assunto: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2007. 116 p. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, v.3).

DOMINGUES, Ivan. Ética, ciência e tecnologia. **Kriterion**, Belo Horizonte, v.45, n.109, p.159-174, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/kr/v45n109/v45n109a07.pdf>. Acesso em: 06 set. 2020.

DUPAS, Gilberto. **Ética e Poder na Sociedade da Informação**: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Ed. UNESP, 2001. 134 p.

EVANGELISTA, Isadora Victorino; SIMÕES, Maria da Graça Melo; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A exaustividade e a especificidade como valores éticos no processo de indexação: uma análise baseada na literatura disponibilizada em Portugal. **Páginas A&B: Arquivos e Bibliotecas**, Porto, 3ª série, n.5, p.58-75, jul. 2016. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/issue/view/113>. Acesso em: 23 jan. 2023.

FALLIS, Don. Information ethics for twenty-first century library professionals. **Library Hi Tech**, [s. l.], v.25, n.1, p.23-36, 2007. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/07378830710735830/full/html>. Acesso em: 13 jan. 2023.

FERRARI, Adriana Cybele et al. **Bibliotecas & Agenda 2030**: Guia prático para promover ações alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). São Paulo: FEBAB, 2023. 32 p. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6259>. Acesso em: 22 dez. 2023.

FERREIRA, Alice Maria Araújo. Prefácio. *In*: HARDY-VALLÉE, Benoit. **Que é um conceito?** Tradução e posfácio Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2013. 127 p. p.7-12.

FERREIRA, Rita Gonçalves Marques Portella. O fundamento ético de uma consciência Bibliotecária. **Infociência**, São Luís, v. 4, p.9-20, 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/78791>. Acesso em: 19 abr. 2023.

FOX, Melodie J.; REECE, Austin. Which Ethics? Whose Morality?: an analysis of ethical standards for Information Organization. **Knowledge Organization**, [s. l.], v.39, n.5, p.377-383, jan. 2012. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2012-5-377.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Sobre a Ética da Informação. *In*: FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo (org.). **Ética da Informação**: conceitos, abordagens, aplicações. João Pessoa: Ideia, 2010. 240 p. p.5-10. Disponível em: <https://studylib.net/doc/26343631/%C3%A9tica-da-informa%C3%A7%C3%A3o---conceitos--abordagens-e-aplica%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 11 fev. 2023.

FREIRE, Isa Maria. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n.2, p.58-67, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/ij/ci/a/SG6YxJCGVwGTSckCcHTznDc/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência? **Revista de Estudos da Linguagem**, [s. l.], v.26, n.2, p.667-686, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12412>. Acesso em: 18 fev. 2023.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundep, 2008. 267 p. p.13-36.

FROMM, Erich. **Análise do homem**. Tradução de Octavio Alves Velho. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. 211 p. (Biblioteca de Ciências Sociais).

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Elaboração e avaliação da política de indexação na formação inicial do indexador. *In*: LEIVA, Isidoro Gil; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. 259p. p.187-216.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A leitura documentária e o processo de compreensão do indexador: memorial de investigação científica. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; NEVES, Dulce Amélia de Brito; DAL'EVEDOVE, Paula Regina (org.). **Leitura documentária: estudos avançados para a indexação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. 317 p. p.15-49. *E-book*. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/3pk5m>. Acesso em: 21 jan. 2022.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Política de Indexação para Bibliotecas: funções e finalidades. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **Política de indexação para bibliotecas: elaboração, avaliação e implantação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. 141 p. p.15-20. *E-book*. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/dbdj8>. Acesso em: 19 mar. 2023.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; AGUSTÍN LACRUZ, María del Carmen; GÓMEZ DÍAZ, Raquel. A situação atual da indexação nas tarefas bibliotecárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.17, n.1, p.94-109, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/3zvfvyvXcBX6CCyLx45nc6k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jul. 2022.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; DAL'EVEDOVE, Paula Regina. La práctica de la catalogación temática en perspectiva sociocognitiva. **Scire: Representación y Organización del Conocimiento**, Zaragoza (España), v.16, n.2, p. 93-101, jun. 2010. Disponível em: <https://www.iberid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4020>. Acesso em: 05 mar. 2023.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; NEVES, Dulce Amélia de Brito; DAL'EVEDOVE, Paula Regina. O documento e suas leituras. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; NEVES, Dulce Amélia de Brito; DAL'EVEDOVE, Paula Regina (org.). **Leitura documentária: estudos avançados para a indexação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. 317 p. p.7-13. *E-book*. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/3pk5m>. Acesso em: 21 jan. 2022.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **BNDigital**: normas e padrões. Rio de Janeiro: FBN, 2006. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/sobre-a-bndigital/normas-e-padroes/>. Acesso em: 23 jan. 2024.

GABRIEL, Markus. **Ética para tempos sombrios**: valores universais para o século XXI. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022. 381 p.

GALVINO, Cláudio César Temóteo; PEREIRA, Giulianne Monteiro. Práticas de indexação nos repositórios institucionais do nordeste brasileiro. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas**, Portugal, n. Especial, p.243-246, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/157332>. Acesso em: 04 maio 2023.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 213 p.

GIULIANI, Gian Mario. Prefácio. *In*: HERCULANO, Selene. **Em busca da boa sociedade**. Niterói: EdUFF, 2006. 415 p. p.5-11. (Coleção Biblioteca EdUFF). Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/15257>. Acesso em: 30 mar. 2023.

GOMES, Hagar Espanha. O indexador face às novas tecnologias de informação. **Transinformação**, Campinas, v.1, n.2, p.161-171, maio/ago. 1989. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/23123>. Acesso em: 13 abr. 2023.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nelida. Desafios contemporâneos da Ciência da Informação: as questões éticas da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2009. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/313>. Acesso em: 26 abr. 2023.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nelida. Reflexões sobre Ética da Informação: panorama contemporâneo. *In*: GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nelida; CIANCONI, Regina de Barros (org.). **Ética da Informação**: perspectivas e desafios. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. 238 p. p.19-44. Disponível em: <https://www.garamond.com.br/loja/etica-da-informacao>. Acesso em: 27 abr. 2023.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nelida. Regime de Informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.22, n.3, p.43-60, set./dez. 2012. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2015/12/pdf_3c42553162_0000011948.pdf. Acesso em: 04 jun. 2023.

GRACIOSO, Luciana de Souza; COSTA, Luzia Sigoli Fernandes; SILVA, Omar Lopes da. Desafios da Organização do Conhecimento para a representação temática dos saberes originários em sistemas de informação: reflexões preliminares. *In*: TOGNOLI, Natália Bolfarini; ALBUQUERQUE, Ana Cristina de; CERVANTES Brígida Maria Nogueira (org.). **Organização e representação do conhecimento em diferentes contextos**: desafios e perspectivas na era da datificação. Londrina: ISKOBrasil: PPGCI-UDEL, 2023. 808 p. p.615-621. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, 6). *E-Book*. Disponível em: <https://isko.org.br/publicacoes/serie-estudos-avancados-em-organizacao-e-representacao-do-conhecimento/>. Acesso em: 03 jan. 2024.

GRACIOSO, Luciana de Souza; SALDANHA, Gustavo Silva. **Ciência da Informação e Filosofia da linguagem: da pragmática informacional à web pragmática**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2011. 160 p.

GUEDES, Mariana Giuberti; GALVÃO, Sofia Baptista; BORGES, Maria Alice Guimarães. Competência ética do bibliotecário: um fator de qualidade. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v.4, n.1, p.50-71, jan./jul. 2011. DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v4.n1.2011.1649>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1649>. Acesso em: 27 mar. 2023.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MILANI, Suellen Oliveira; PINHO, Fabio Assis. Aspectos éticos em Organização e Representação do Conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 25, p.124-135, 1º sem. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n25p124/883>. Acesso em: 31 mar. 2023.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis. Desafios da Representação do Conhecimento: abordagem ética. **Informação & Informação**, Londrina, v.12, n.1, p.[1-21], jan./jun. 2007. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1753/1500>. Acesso em: 05 set. 2021.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves *et al.* Ética nas atividades informativas: aspectos teóricos. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.2, n.1, p.137-152, jun./jul. 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res//v/81310>. Acesso em: 13 jan. 2023.

GÜNTHER, Hartmut. **Como elaborar um Questionário**. Brasília: UNB: Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003. 15 p. (Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, 1). Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/lapsam/Texto_11_-_Como_elaborar_um_questionario.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

HALÉVY, Marc. **A era do conhecimento: princípios e reflexões sobre a revolução noética no século XXI**. Tradução Roberto Leal. São Paulo: Editora UNESP, c2008. 347 p.

HJORLAND, Birger. Concepts, paradigms and knowledge organization. *In*: INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE, 11., 2010, Rome-Italy. **Proceedings [...]**. Rome: Ergon-Verlag, 2010. p. 38-42. Disponível em: https://curis.ku.dk/ws/files/138142050/ISKO_Paper.pdf. Acesso em: 01 maio 2023.

HOMOSSEXUALIDADE. *In*: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Coordenação e Edição Marina Baird Ferreira e Margarida dos Anjos. 5.ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p. p.1107.

HOOFT, Stan van. **Ética da virtude**. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 277 p. (Série Pensamento Moderno).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2022 - Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade:** resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3105/cd_2022_etnico_racial.pdf. Acesso em: 03 jan. 2024.

JESUS, Rafaela Cristina de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Política de indexação e ética: uma análise de valores éticos em manuais de política de indexação. **InCID:** Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v.10, n.1, p.96-112, mar./ago. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/140385>. Acesso em: 02 out. 2019.

KARNAL, Leandro; FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. **Preconceito:** uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2023. 382 p.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social.** Tradução Sandra Trabucco Valenzuela. 2.ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2003. 175 p.

KURAMOTO, Hélio. Acesso livre: um caso de soberania nacional? *In:* TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão (org.). **Para entender a Ciência da Informação.** Salvador: EDUFBA, 2012. 239.p. p.145-161. (Saladeaula, 6).

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e Resumos:** teoria e prática. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2004. 357 p. Disponível em: <https://vdocument.in/indexacao-e-resumos-teoria-e-pratica-f-w-lancasterdoc.html?page=1>. Acesso em: 09 jun. 2023.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 113 p.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação.** Tradução de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 124p.

LE COADIC, Yves-François. A matemática da informação. *In:* TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão (org.). **Para entender a Ciência da Informação.** Salvador: EDUFBA, 2012. 239.p. p.219-239. (Saladeaula, 6).

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira:** repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009. 120p.

LEITE, Fernando César Lima; COSTA, Sely. Repositórios Institucionais como ferramentas de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico. **Perspectivas em Ciência da Informação,** Belo Horizonte, v.11 n.2, p. 206 -219, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n2/v11n2a05.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

LEITE, Fernando César Lima *et al.* **Boas práticas para a construção de Repositórios Institucionais da produção científica.** Brasília: IBICT, 2012. 37p. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/703>. Acesso em: 13 fev. 2023.

LOGAN, Robert K. **Que é informação?:** a propagação da organização na biosfera, na simbolosfera, na tecnosfera e na econosfera. Tradução Adriana Braga. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2012. 274 p.

MANHIQUE, Ilídio Lobato Ernesto; CASARIN, Helen de Castro Silva. Abordagem cultural da organização do conhecimento na ciência da informação brasileira. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v.24, n.56, p.01-20, set./dez. 2019. Disponível em: <https://bitlybr.com/JVB>. Acesso em: 13 mar. 2023.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de ética:** de Platão a Foucault. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, c2008. [107] p.

MARTINS, Wilson. As bibliotecas modernas. *In:* MARTINS, Wilson. **A palavra escrita:** história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3.ed. São Paulo: Ática, 2001. 519 p. cap.12, p.323-356.

MASSARANI, Luisa *et al.* RedPOP: 25 años de red en comunicación de la ciencia en América Latina. *In:* MASSARANI, Luisa (org.). **RedPOP:** 25 años de popularización de la ciencia en América Latina. Rio de Janeiro: RedPOP: Museu da Vida; Montevideu: UNESCO, 2015. 150 p. p.11-24. Disponível em: <https://www.museudavida.fiocruz.br/index.php/publicacoes/livros/711-tcc-20>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MASSARONI, Iracema Fernandes; SCAVARDA, Annibal José Roris Rodriguez. Gestão de Serviços em Bibliotecas Públicas: aplicação do 5W2H na política de aquisição de acervo. **InCID:** Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v.6, n.1, p.4-16, mar./ago. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/89002>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MATTOS, Miriam de Cássia do Carmo Mascarenhas. **Multiculturalismo em Ciência da Informação:** percepções e ações dos Profissionais da Informação em Bibliotecas Escolares. Orientador: Eduardo Ismael Murguía Marañón. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília-SP, 2011. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/mattos_mccm_me_mar.pdf. Acesso em: 08 mar. 2024.

MILANESI, Luís. **Biblioteca.** 3.ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013. 118 p.

MIRANDA, Danilo Santos de (org.). **Ética e Cultura.** 2.ed. rev. São Paulo: Edições Sesc SP: Perspectiva, 2011. 237 p. (Debates, 299).

MIRANDA, Silvânia Vieira. Identificando competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n.2, p.112-122, maio/ago. 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ci/a/Tbx3GhXh96kbDCJZYwYnbh/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

MOSER, Paul K.; MULDER, Dwayne H.; TROUT, John Dewain. **A teoria do conhecimento: uma introdução temática**. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. 2.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. 233 p.

MOSTAFA, Solange Puntel; SILVA, Márcia Regina da; SEGUNDO, José Eduardo Santarem. História cultural e Ciência da Informação. *In*: SEGUNDO, José Eduardo Santarem; SILVA, Márcia Regina da; MOSTAFA, Solange Puntel (org.). **Os Pensadores e a Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: *E-papers*, 2012. 136 p. p.37-47.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Comunicação científica para o público leigo: breve histórico. **Informação & Informação**, Londrina, v.15, n. esp, p.13-30, 2010. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13202/1/ARTIGO_ComunicacaoCientificaPublico.pdf. Acesso em: 30 jan. 2023.

MURAKAMI, Tiago Rodrigo Marçal; FAUSTO, Sibebe. Panorama atual dos Repositórios Institucionais das Instituições de Ensino Superior no Brasil. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, São Paulo, v.4, n.2, p.185-201, dez. 2013. Disponível em: <https://www.periodicos.usp.br/incid/article/view/69327>. Acesso em: 24 jul. 2022.

NERI, Marcelo. **Mapa da Nova Pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2022. [46] p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/32408>. Acesso em: 18 maio 2023.

NOBRE, Marcos. **Café Filosófico: o marxismo da “teoria crítica” de Adorno e Horkheimer**. [S. l. : s. n.], 2003. 1 vídeo (55 min). Publicado pelo canal Percy Reflexão. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=onA7KBpkh8U>. Acesso em: 18 abr. 2023.

NUÑEZ, Ricardo Tannenbaum. **Ética**. *In*: NUÑEZ, Ricardo Tannenbaum. **Ética, poder e corrupção no Brasil: a ética como fator fundamental nas relações humanas: induz a eficiência, controla o poder e inibe a corrupção**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2022. 151 p. p.10-52. *E-book*. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/etica-poder-e-corrupcao-no-brasil-a-etica-como-fator-fundamental-nas-relacoes-humanas-induz-a-eficiencia-controla-o-poder-e-inibe-a-corrupcao>. Acesso em: 20 abr. 2023.

OLIVEIRA, Tânia Modesto Veludo de. Amostragem não Probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas. **Administração On Line: Prática - Pesquisa - Ensino**, [s. l.], v.2, n.3, p. [1-15], jul./set. 2001. Disponível em: <https://bitlybr.com/ASk>. Acesso em: 08 out. 2019.

OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.23,

n.37, p.113-129, jan./jun. 2007. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/vh/a/cXPxM5pdFbzfV6h987cLzMm/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Tradução Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). Brasília: Nações Unidas do Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 11 maio 2023.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do Bibliotecário**. Tradução e posfácio de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2006. 82p.

PALETTA, Francisco Carlos; MOREIRO-GONZALEZ, José Antonio; VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. A Ciência da Informação e o mercado de trabalho na era digital: desafios na formação do profissional da Informação. *In*: MARQUES, Maria Beatriz; GOMES, Liliana Esteves (coord.). **Ciência da Informação: visões e tendências**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020. 391p. p.343-364. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/101093/1/107-Book%20Manuscript-437-1-10-20200824.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2022.

PEIXE, João Roberto. Sistema Nacional de Cultura: um novo modelo de gestão cultural para o Brasil. *In*: RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). **Política cultural e gestão democrática no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. 348p. p.221-246. Disponível em:
<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/politica-cultural-e-gestao-democratica-no-brasil/>. Acesso em: 22 set. 2021.

PELLEGRINI, Eliane; VITORINO, Elizete Vieira. A dimensão ética da competência em informação sob a perspectiva da Filosofia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v.23, n.2, p.117-133, abr./jun. 2018. Disponível em:
<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2953>. Acesso em: 19 set. 2020.

PERES, Mônica Regina. Competência informacional: educação e sociedade. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v.3, n.1, p.22-33, jan./jul. 2011. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1644/1447>. Acesso em: 27 mar. 2023.

PINHO, Fábio Assis. **Os aspectos éticos da atuação do Bibliotecário na Representação do Conhecimento**. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (1h50min). Palestra proferida no canal do CRB8-SP no Youtube. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=sYR4Possnco>. Acesso em: 26 set. 2020.

PINHO, Fábio Assis. **Aspectos éticos em Representação do Conhecimento: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol**. Orientador: José Augusto Chaves Guimarães. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006. Disponível em:
<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93693>. Acesso em: 13 out. 2021.

PINHO, Fábio Assis. **Aspectos éticos em Representação do Conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina**: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. Orientador: José Augusto Chaves Guimarães. 2010. 149 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/5f1a433b-69bb-460c-9cd1-9f900665c38f>. Acesso em: 23 nov. 2022.

PINHO, Fábio Assis. **Fundamentos da Organização e Representação do Conhecimento**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009. 156 p. (Série Livro-Texto, 18).

PINHO, Fábio Assis; MILANI, Suellen Oliveira. Metáfora e Ortofemismo na Representação de Assunto. *In*: DODEBEI, Vera; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (org.). **Complexidade e Organização do Conhecimento**: desafios do nosso século. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; Marília: FUNDEPE, 2013. 310 p. p.246-251. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1741545-Complexidade-e-organizacao-do-conhecimento-desafios-de-nosso-seculo.html>. Acesso em: 04 mar. 2023.

PINTO, Fernando Gomes. **O cérebro ninja**: aprenda a usar 100% do seu cérebro. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018. 224 p.

PINTO, Virgínia Bentes. Indexação documentária: uma forma de representação do conhecimento registrado. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.6, n.2, p. 223-234, jul./dez. 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277222541_Indexacao_documentaria_uma_forma_de_representacao_do_conhecimento_registrado. Acesso em: 10 jun. 2023.

RACISMO. *In*: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Coordenação e Edição Marina Baird Ferreira e Margarida dos Anjos. 5.ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p. p.1769.

RAYWARD, W. Boyd. The Origins of Information Science and the International Institute of Bibliography/International Federation for Information and Documentation (FID). **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v.48, n.4, p.289-300, 1997. Disponível em: <https://encurtador.com.br/qKTZ1>. Acesso em: 19 maio 2023.

RECENSEAMENTO do Brazil em 1872. Rio de Janeiro: [s. n.], [1874?]. v.1. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf. Acesso em: 18 dez. 2023.

RELIGIÃO. *In*: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Coordenação e Edição Marina Baird Ferreira e Margarida dos Anjos. 5.ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p. p.1811.

RIOS, Terezinha Azerêdo. A presença da filosofia e da ética no contexto profissional. **Organicom**, São Paulo, v.5, n.8, p.78-88, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138969>. Acesso em: 9 abr. 2023.

RUBI, Milena Polsinelli. Política de Indexação. *In*: LEIVA, Isidoro Gil; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). **Política de Indexação**. Marília, SP: Cultura Acadêmica, 2012. 259 p. cap.3, p.107-120. *E-Book*. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/dk5kd>. Acesso em: 19 mar. 2023.

RUBI, Milena Polsinelli; EUCLIDES, Maria Luzinete; SANTOS, Juliana Cardoso dos. Profissional da Informação: aspectos de formação, atuação profissional e marketing para o mercado de trabalho. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.16, n.1, p.79-89, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/443> . Acesso em: 07 abr. 2023.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. São Paulo: NUPES-USP, 1991. (Documento de Trabalho, v.8). Disponível em: <https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt9108.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SANTOS, Gabriela Nicolau dos; BOSELLI, Giane. **Agenda para o Desenvolvimento Sustentável**: conceitos, mobilização e articulação. Brasília: ENAP; PNUD, 2021. 63 p. Apostila do curso *online* disponibilizado pela ENAP.

SANTOS, Josiel Machado. Ação Cultural em Bibliotecas Públicas: o bibliotecário como agente transformador. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.11, n.2, p.173-189, jun./dez. 2015. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/425>. Acesso em: 11 fev. 2022.

SANTOS, Raimunda Fernanda dos. Indexação em repositórios digitais: uma abordagem sobre o metadado assunto da Biblioteca Digital de Monografias da UFRN. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal-RN, n. esp., p.1-22, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/12279>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SENA, Nathália Kneipp. *Open archives*: caminho alternativo para a comunicação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.3, p.71-78, set./dez. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/gcmzNYH3R8FbKHwMRdGh7gJ/?format=html>. Acesso em: 05 mar. 2023.

SILVA, Armando Malheiro da; PALETTA, Francisco Carlos. **Ciência da informação**: estudos de epistemologia e de ética. Ponta Grossa, PR: Atena, 2022. 196 p. *E-book*. Disponível em: <https://sistema.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/ciencia-da-informacao-estudos-de-epistemologia-e-de-etica>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. **Bibliotecários especialistas**: guia de especialidades e recursos informacionais. Brasília: Thesaurus, 2005. 264 p.

SILVA FILHO, Waldomiro José da. Ética sem fundamentos. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; BOTTENTUIT, Aldinar Martins; OLIVEIRA, Maria Odaisa Espinheiro de (org.). **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional**: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do

exercício profissional do bibliotecário no Brasil. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. 192 p. p.9-29. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/432>. Acesso em: 22 set. 2022.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v.15, n.3, p.52-66, set./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22694>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SORJ, Bernardo. Sociologia e valores, os valores da sociologia. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; BOTTENTUIT, Aldinar Martins; OLIVEIRA, Maria Odaisa Espinheiro de (org.). **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional**: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. 192 p. p.31-39. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/432>. Acesso em: 23 set. 2022.

SOUSA, Brisa Pozzi de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Análise de assunto no processo de indexação: um percurso entre teoria e norma. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.24, n.1, p.19-34, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/16281>. Acesso em: 04 fev. 2023.

SOUTO, Leonardo Fernandes (org.). **O Profissional da Informação em tempo de mudanças**. Campinas, SP: Alínea Editora, 2005. 102 p.

SOUZA, Francisco das Chagas de. A formação acadêmica de Bibliotecários e Cientistas da Informação e sua visibilidade, identidade e reconhecimento social no Brasil. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.16, n.1, p.23-34, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/439>. Acesso em: 07 abr. 2023.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Organização do Conhecimento na Sociedade**. Florianópolis: UFSC, 1998. 107 p.

STÅLSETT, Sturla J. Vulnerabilidad, dignidad y justicia: valores éticos fundamentales en un mundo globalizado. **Revista Venezolana de Gerencia**, Maracaibo, v.9, n.25, p. 1-15, jan./mar. 2004. Disponível em: <https://redalyc.org/pdf/290/29002507.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

STUMPF, Katiusa. Abordagens recentes sobre ética no campo da Ciência da Informação no Brasil. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, [s. l.], v.11, n.6, p. [1-13], dez. 2010. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/45582>. Acesso em: 28 fev. 2023.

STUMPF, Katiusa. Um olhar sobre a Ética Profissional em Bibliotecas Universitárias. *In*: SOUZA, Francisco das Chagas de; SILVA, Ana Claudia Perpétuo de Oliveira da

(org.). **Práticas éticas em Bibliotecas e Serviços de Informação:** investigações brasileiras. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. 161 p. p.115-136.

SUAIDEN, Emir José; LEITE, Cecília. **Cultura da Informação:** os valores na construção do conhecimento. Curitiba: CRV, 2016. 177 p.

TADVALD, Marcelo. Identidade e diversidade religiosa no Brasil. **Latitude**, [s. l.], v.9, n.2, p.175-195, 2015. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/1995/pdf>. Acesso em: 02 jan. 2023.

TEOTÔNIO, Mara Karoline Lins. Bibliotecário 2.0: novos desafios na era da sociedade em rede. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v.4, n.1, p.34-49, jan./jul. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1643/1444>. Acesso em: 27 mar. 2023.

TRANSEXUALIDADE. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Coordenação e Edição Marina Baird Ferreira e Margarida dos Anjos. 5.ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p. p.2069.

UNESCO. **Relatório mundial da UNESCO:** investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural: resumo. França: UNESCO, c2009. 35 p. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184755_por. Acesso em: 10 mar.2024.

UNGER, Roberto José Gervásio; FREIRE, Isa Maria. Regimes de Informação na Sociedade da Informação: uma contribuição para a Gestão da Informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.2, n.2, p.87-114, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/190/1/FREIRERDBCI2008.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2023.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 82 p. (Coleção Primeiros Passos, 177). Disponível em: https://www.academia.edu/31892357/%C3%81lvaro_L_M_Valls_O_Que_%C3%A9_%C3%89tica. Acesso em: 19 abr. 2023.

VALSINER, Jaan. **Fundamentos da psicologia cultural:** mundos da mente, mundos da vida. Tradução, consultoria e revisão de Ana Cecília de Sousa Bastos. Porto Alegre: Artmed, 2012. 356 p.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Censura e seleção de materiais em Bibliotecas: o despreparo dos Bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v.16, n.1, p. 21-26, jan./jun. 1987. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/266/266>. Acesso em: 02 mar. 2022.

VIEIRA, Simone Bastos. Indexação automática e manual: revisão de literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v.17, n.1, p.43-57, jan./jun. 1988. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/12901>. Acesso em: 12 dez. 2022.

VIZOSO, Silvana Grazia Temesio; COMESAÑA, Diana; NIETO, Graciela. Perfil del profesional de la información: construcción colaborativa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v.25, n.3, p.122-144, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/jfNfywRgsTVJnvkXsD5fHdx/?lang=es#>. Acesso em: 29 maio 2023.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles; BAPTISTA, Sofia Galvão. Formação Profissional do Bibliotecário. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v.13, n.25, p.84-103, 1º sem. 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12988/1/ARTIGO_FormacaoProfissionalBibliotecario.pdf. Acesso em: 25 mar. 2023.

WANDERLEY, Luiz Eduardo Waldemarin. **O que é Universidade**. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 83p. (Coleção Primeiros Passos, 91).

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Tradução de Marcos G. Montagnoli. Revisão da Tradução e Apresentação Emmanuel Carneiro Leão. 7.ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2012. 350p.

ZAMBONI, Rita Costa Veiga. **Organização do conhecimento, classificação e diversidade cultural: uma análise a partir do conceito de "garantias"**. Orientador: Marivalde Moacir Francelin. 2018. 197 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-17072018-171543/pt-br.php>. Acesso em: 03 jan. 2024.

ZANDONADE, Tarcisio. Social Epistemology from Jesse Shera to Steve Fuller. **Library Trends**, Baltimore, v.52, n.4, p.810-832, Spring 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/32956282_Social_Epistemology_from_Jesse_Shera_to_Steve_Fuller. Acesso em: 19 abr. 2023.

ZHITOMIRSKY-GEFFET, Maayan; HAJIBAYOVA, Lala. A new framework for ethical creation and evaluation of multi-perspective Knowledge Organization Systems. **Journal of Documentation**, Reino Unido, v.76, n.6, p.1459-1471, 2020. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JD-04-2020-0053/full/html>. Acesso em: 09 abr. 2023.

APÊNDICE A – Lista dos Repositórios por Universidades Federais no Brasil

Região Norte*Acre*

Universidade Federal do Acre (UFAC): <http://roar.eprints.org/3704/>

Amapá

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP): <http://repositorio.unifap.br/>

Amazonas

Universidade Federal do Amazonas (UFAM): <https://riu.ufam.edu.br/>

Pará

Universidade Federal do Pará (UFPA): <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/>

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA):

<https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/>

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA): <http://repositorio.ufra.edu.br/jspui/>

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA):

<http://repositorio.unifesspa.edu.br/>

Rondônia

Universidade Federal de Rondônia (UNIR): <https://ri.unir.br/jspui/>

Roraima

Universidade Federal de Roraima (UFRR): <http://repositorio.ufrr.br:8080/jspui/>

Tocantins

Universidade Federal do Tocantins (UFT): <https://repositorio.uft.edu.br/>

Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT): não encontrado

Região Nordeste*Alagoas*

Universidade Federal de Alagoas (UFAL): <https://www.repositorio.ufal.br/>

Bahia

Universidade Federal da Bahia (UFBA): <https://repositorio.ufba.br/>

Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB): <https://pergamum.ufob.edu.br/>

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB): <http://ri.ufrb.edu.br/jspui/>

Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB):

<https://acervo.ufsb.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php>

Ceará

Universidade Federal do Cariri (UFCA): não possui

Universidade Federal do Ceará (UFC): <https://repositorio.ufc.br/>

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB):
<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/>

Maranhão

Universidade Federal do Maranhão (UFMA): <https://repositorio.ufma.br/jspui/>

Paraíba

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG):

<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/>

Universidade Federal da Paraíba (UFPB): <https://repositorio.ufpb.br/jspui/>

Pernambuco

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE): em implantação

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE): <https://attena.ufpe.br/>

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE): <https://repository.ufrpe.br/>

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF): não possui

Piauí

Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPa): não possui

Universidade Federal do Piauí (UFPI): <http://repositorio.ufpi.br:8080/xmlui/>

Rio Grande do Norte

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN): <https://repositorio.ufrn.br/>

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA):

<https://repositorio.ufersa.edu.br/>

Sergipe

Universidade Federal de Sergipe (UFS): <https://ri.ufs.br/>

Região Centro-Oeste*Distrito Federal*

Universidade de Brasília (UnB): <https://repositorio.unb.br/>

Goiás

Universidade Federal de Catalão (UFCat): <http://repositorio.ufcat.edu.br/>

Universidade Federal de Goiás (UFG): <https://repositorio.bc.ufg.br/>

Universidade Federal de Jataí (UFJ): <https://sophia.ufj.edu.br/TerminalWebRI>

Mato Grosso

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT): <https://ri.ufmt.br/>

Universidade Federal de Rondonópolis (UFR): não encontrado

Mato Grosso do Sul

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD):

<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/>

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS): <https://repositorio.ufms.br/>

Região Sudeste

Espírito Santo

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES): <https://repositorio.ufes.br/>

Minas Gerais

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG): não encontrado

Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI): <https://repositorio.unifei.edu.br/jspui/>

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF): <https://repositorio.ufjf.br/jspui/>

Universidade Federal de Lavras (UFLA): <http://repositorio.ufla.br/>

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): <https://repositorio.ufmg.br/>

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP): <https://www.repositorio.ufop.br/>

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ):

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/127868>

Universidade Federal de Uberlândia (UFU): <https://repositorio.ufu.br/>

Universidade Federal de Viçosa (UFV): <https://www.locus.ufv.br/>

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM): não encontrado

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM):

<http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/>

Rio de Janeiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO):

<http://www.unirio.br/bibliotecacentral/horus>

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): <https://pantheon.ufrj.br/>

Universidade Federal Fluminense (UFF): <https://app.uff.br/riuff/>

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ): <https://tede.ufrj.br/jspui/>

São Paulo

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar): <https://repositorio.ufscar.br/>

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP): <https://repositorio.unifesp.br/>

Universidade Federal do ABC (UFABC): <https://dados.ufabc.edu.br/>

Região Sul

Paraná

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA):

<https://dspace.unila.edu.br/>

Universidade Federal do Paraná (UFPR): <https://acervodigital.ufpr.br/>

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR):

<https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/>

Rio Grande do Sul

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA):

<https://repositorio.ufcspa.edu.br/jspui/>

Universidade Federal de Pelotas (UFPeI): <http://guaiaca.ufpel.edu.br/>

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM): <https://repositorio.ufsm.br/>

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA): <https://dspace.unipampa.edu.br/>

Universidade Federal do Rio Grande (FURG): <https://repositorio.furg.br/>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS):

https://www.lume.ufrgs.br/?locale=pt_BR

Santa Catarina

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): <https://repositorio.ufsc.br/>

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS): <https://rd.uffs.edu.br/>

APÊNDICE B – Questionário aos Diretores de Bibliotecas

- 1 – Quantas Bibliotecas existem no Sistema?
- 2 – A Universidade possui Repositório Institucional?
- 3 – A indexação no Repositório é Centralizada ou Descentralizada?
- 4 - A indexação no Repositório é Livre ou Controlada?
- 5 - A indexação no Repositório é Manual (humano-intelectual), Automática (tecnologia) ou Semiautomática (humano e tecnologia)?
- 6 - Os metadados dos itens são replicados de outras Bases e/ou Sistemas? Qual(is)?
- 7 - Quantos profissionais trabalham como indexadores no Repositório?
- 8 - A indexação no Repositório é uma atividade Exclusiva ou Cumulativa?
- 9 - A atividade de indexação segue padrões e/ou normas? Qual(is)?
- 10 - Para a indexação no Repositório faz uso de ferramentas auxiliares, como vocabulário controlado, thesaurus ou qualquer outra? Por favor, especifique.
- 11 - Existe política **exclusiva** para a indexação no Repositório? Se sim, contempla os aspectos éticos?
- 12 – Havendo ou não política de indexação, como os conflitos éticos são identificados e resolvidos na indexação?
- 13 - O Código de Ética Profissional do Bibliotecário (Resolução CFB nº 42, de 11 de janeiro de 2002) foi debatido para a atuação no Repositório Institucional?

ANEXO A - Resolução nº 207, de 7 de novembro de 2018

**CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECOMIA**

Resolução CFB nº 207/2018

Aprova o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, que fixa as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais.

O Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, e pelo Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965, faz saber que foi aprovado pelo Plenário do CFB o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário, na forma disposta a seguir:

TÍTULO I
DA ÉTICA DO BIBLIOTECÁRIO

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS DO CÓDIGO

Art. 1º – O Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro tem por objetivo fixar as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais.

CAPÍTULO II
DA NATUREZA, FUNDAMENTO
E OBJETO DO TRABALHO DO BIBLIOTECÁRIO

Art. 2º – A profissão de Bibliotecário tem natureza sociocultural e suas principais características são a prestação de serviços de informação à sociedade e a garantia de acesso indiscriminado aos mesmos, livre de quaisquer embargos.

Parágrafo único – O bibliotecário repudia todas as formas de censura e ingerência política, apoia a oferta de serviços público e gratuitos, promove e incentiva o uso de coleções, produtos e serviços de bibliotecas e de outras unidades de informação, segundo o conceito de acesso aberto e universal.

Art. 3º – A atuação do bibliotecário fundamenta-se no conhecimento da missão, objetivos, áreas de atuação e perfil sociocultural do público alvo da instituição onde está instalada a unidade de informação em que atua, bem como das necessidades e demandas dos usuários, tendo em vista o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade.

Art. 4º – O objeto de trabalho do bibliotecário é a informação, artefato cultural aqui conceituado como conhecimento estruturado sob as formas escrita, oral, gestual, audiovisual e digital, por meio da articulação de linguagens natural e/ou artificial.



CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECOMIA

CAPÍTULO III DOS DEVERES DO BIBLIOTECÁRIO

Art. 5º – São deveres do bibliotecário:

- a) preservar o cunho liberal e humanista de sua profissão, fundamentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana;
- b) exercer a profissão aplicando todo zelo, capacidade e honestidade em seu exercício;
- c) observar os ditames da ciência e da técnica;
- d) contribuir para o desenvolvimento da sociedade e respeitar os princípios legais que regem o país;
- e) cooperar para o progresso da profissão, por meio do intercâmbio de informações com órgãos de representação profissional da categoria, instituições de ensino e órgãos de divulgação técnica e científica;
- f) colaborar com os cursos de formação profissional do bibliotecário;
- g) guardar sigilo no desempenho de suas atividades, quando o assunto assim exigir;
- h) realizar de maneira digna a publicidade de sua instituição ou atividade profissional, evitando toda e qualquer manifestação que possa comprometer o conceito da profissão ou dos colegas;
- i) conhecer a legislação que rege o exercício da profissão de Bibliotecário em vigor, para cumpri-la corretamente e colaborar para o seu aperfeiçoamento;
- j) combater o exercício ilegal da profissão, conforme a legislação em vigor;
- k) manter seu cadastro atualizado no Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) de sua jurisdição;
- l) informar sempre ao CRB no qual está registrado quando assumir e deixar cargo ou função;
- m) citar seu número de registro do respectivo CRB, após sua assinatura em documentos referentes ao exercício profissional;

Art. 6º – O bibliotecário deve, em relação aos colegas, à categoria e aos usuários, orientar-se pelos princípios de justiça e respeito e observar as seguintes normas de conduta:

§ 1º – Em relação aos colegas:

- a) ser leal e solidário, tratar com respeito e civilidade, sem conivência com erros que venham a infringir a ética e as disposições legais que regem o exercício da profissão;
- b) evitar críticas e/ou denúncias contra outro profissional sem dispor dos elementos comprobatórios;
- c) respeitar a propriedade intelectual alheia;
- d) respeitar as atividades de seus colegas e de outros profissionais.

§ 2º – Em relação à categoria:

- a) dignificar moral, ética e profissionalmente a categoria, por meio de seus atos, no desempenho de cargo, função ou emprego;
- b) prestigiar as entidades da categoria, contribuindo, sempre que solicitado, para o sucesso de suas iniciativas em proveito da coletividade, admitindo-se a justa recusa;



CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECOMIA

- c) apoiar as iniciativas e os movimentos em defesa dos interesses da sua categoria profissional, participando efetivamente dos órgãos que a representam, quando solicitado ou eleito;
 - d) zelar pelo prestígio e dignidade profissional, bem como pelo aperfeiçoamento das instituições nas quais atue;
 - e) facilitar o desempenho dos representantes do órgão fiscalizador, quando no exercício de suas funções;
 - f) auxiliar a fiscalização do exercício profissional e zelar pelo cumprimento deste Código de Ética, comunicando, com discrição, aos órgãos competentes, as infrações de que tiver ciência.
 - g) representar, quando indicado, as entidades da categoria;
- § 3º – Em relação aos usuários:
- a) aplicar todo zelo e recursos ao seu alcance no atendimento ao público, não se recusando a prestar assistência profissional, salvo por relevante motivo;
 - b) tratar os usuários com respeito e civilidade;
 - c) estimular a utilização de técnicas atuais objetivando a excelência da prestação de serviços ao usuário;
 - d) assumir responsabilidades pelas informações fornecidas, de acordo com os preceitos do Código Civil, do Código de Defesa do Consumidor e da Lei de Acesso à informação vigentes.

CAPÍTULO IV DAS PROIBIÇÕES AO BIBLIOTECÁRIO

Art. 7º – Não é permitido ao bibliotecário, no desempenho de suas funções:

- a) praticar, direta ou indiretamente, atos que comprometam a dignidade e o renome da profissão;
- b) nomear ou contribuir para que se nomeiem pessoas sem habilitação profissional para cargos privativos de bibliotecário, ou indicar nomes de pessoas sem registro nos CRBs;
- c) expedir, subscrever ou conceder certificados, diplomas ou atestados de capacitação profissional a pessoas que não preencham os requisitos da legislação vigente;
- d) assinar documentos que comprometam a dignidade e o renome da sua profissão;
- e) violar o sigilo profissional, quando portador de informações confidenciais;
- f) utilizar a influência política em benefício próprio;
- g) fazer comentários desabonadores sobre a profissão de bibliotecário e às entidades representativas da sua profissão;
- h) permitir a utilização de seu nome e de seu registro à instituição pública ou privada na qual não exerça, efetivamente, função inerente à profissão;
- i) assinar trabalhos ou quaisquer documentos executados por terceiros, ou elaborados por leigos, alheios a sua orientação, supervisão e fiscalização;
- j) exercer a profissão quando impedido por decisão administrativa transitada em julgado;
- k) recusar-se a prestar contas de bens e valores que lhes sejam confiados em razão de cargo, emprego ou função que exerça;
- l) deixar de cumprir, sem justificativa, as normas emanadas dos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia, bem como deixar de atender às suas requisições administrativas, intimações ou notificações, no prazo determinado;



CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECOMIA

- m) utilizar-se da posição hierárquica para obter vantagens pessoais ou cometer atos discriminatórios e abuso de poder;
- n) agir de forma prejudicial ao tratamento igualitário e aceitar atitudes preconceituosa ou discriminatória de qualquer natureza.

TÍTULO II DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO DAS INFRAÇÕES ÉTICO-DISCIPLINARES

Art. 8º – A caracterização das infrações ético-disciplinares e a aplicação das respectivas penalidades regem-se por este Código, sem prejuízo das sanções previstas em outros dispositivos legais.

Art. 9º – São infrações ético-disciplinares passíveis de penalidades:

- I – violar o sigilo profissional de fatos que tenha tomado conhecimento no exercício da profissão, com exceção daqueles presentes em lei que exigem comunicação, denúncia ou relato a quem de direito.
- II – deixar de prestar serviços profissionais ao estabelecimento com o qual mantém vínculo profissional;
- III – permitir a utilização de seu nome por qualquer estabelecimento ou instituição onde não exerça pessoal e efetivamente sua função.
- IV – praticar atos ilícitos em relação à profissão;
- V – obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do CRB, quando no exercício de suas funções;
- VI – delegar a pessoas leigas atos ou atribuições do bibliotecário;
- VII – declarar possuir títulos que não possa comprovar;
- VIII – ser conivente ou cúmplice com os indivíduos que exercem ilegalmente a profissão de bibliotecário ou com os profissionais ou instituições que pratiquem atos ilícitos;
- IX – exercer a profissão quando estiver sob sanção disciplinar;
- X – inobservar, desacatar, desrespeitar e descumprir Acórdãos, Resoluções, Portarias, Atos Administrativos e Normatizações do Sistema CFB/CRBs e outra legislação inerente ao exercício da profissão;
- XI – deixar de informar, por escrito, ao CRB os vínculos profissionais, com dados completos da empresa, e de manter atualizados o endereço residencial e profissional, telefones e e-mail;
- XII – deixar de pagar as anuidades devidas ao Sistema CFB/CRBs;
- XIII – oferecer denúncia sem dispor dos elementos comprobatórios;
- XIV – faltar com civilidade aos representantes do CFB e CRBs e usuários, quando no exercício de suas funções;
- XV – não propiciar com fidelidade informações a respeito do exercício profissional, da legislação de Biblioteconomia e sobre as atividades e a atuação do Sistema CFB/CRBs;
- XVI – não atender convocação feita pelo CFB e CRBs, a não ser por impedimentos justificados e comprovados;



CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

Parágrafo único – As infrações descritas acima são enumerativas, não restringindo ao órgão de fiscalização ética a apuração, processamento e aplicação de penalidades não discriminadas, devendo, para tanto, observar a legislação vigente.

Art. 10 – Para a imposição de penalidade e a sua gradação, levar-se-á em conta as circunstâncias atenuantes e agravantes.

Parágrafo único – Havendo concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.

CAPÍTULO II DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES

Art. 11 – São circunstâncias atenuantes:

- I – ação do infrator não ter sido fundamental para a ocorrência da infração;
- II – o infrator, por espontânea vontade, procurar reparar ou minorar as consequências do ato que lhe foi imputado;
- III – ter o infrator sofrido coação para a prática do ato, em defesa de prerrogativa profissional;
- IV – ser o infrator primário.

Art. 12 – São circunstâncias agravantes:

- I – ter o infrator agido com dolo ou má-fé e praticado fraudes;
- II – ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária decorrente de ação ou omissão contrária ao disposto na legislação em vigor;
- III – tendo conhecimento do ato ou fato irregular, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada, tendentes a evitá-lo ou saná-lo;
- IV – o infrator coagir outrem para a execução material da infração;
- V – ter agido com premeditação;
- VI – acumular infrações, sempre que duas ou mais sejam cometidas no mesmo momento;
- VII – haver antecedentes do infrator em relação às normas profissionais de regulação da Biblioteconomia;
- VIII – haver o conluio ou concussão com outras pessoas;
- IX – ter a infração consequências para pessoa humana e saúde coletiva;
- X – ocorrer reincidência.

Parágrafo único – Ficará caracterizada a reincidência quando o infrator, após decisão definitiva na esfera administrativa do processo que lhe houver imposto penalidade, cometer nova infração ou permanecer em infração continuada.

CAPÍTULO III DAS PENALIDADES

Art. 13 – As infrações ético-disciplinares serão punidas, de forma alternada, sem prejuízo das sanções de natureza civil e/ou penal cabíveis, com penas de:

- I – advertência reservada;
- II – censura pública;



CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

III – multa de 1 a 50 vezes o valor atualizado da anuidade;

IV – suspensão do exercício profissional pelo prazo de até 3 (três) anos;

V – cassação do registro profissional com apreensão da carteira profissional.

§ 1º – A multa consistirá do pagamento de valores pecuniários ao CRB instaurador do Processo, calculada em moeda corrente, com base na anuidade de pessoa física da época da conclusão do mesmo, atualizada monetariamente, devendo ser combinada com qualquer das penalidades enumeradas nos incisos acima e aplicada em dobro no caso de reincidência.

§ 2º – A advertência será aplicada, de forma escrita, por ofício do Presidente do CRB, cumulada com multa de 1 (uma) anuidade de pessoa física vigente à época.

§ 3º – A censura pública será aplicada de forma escrita, com o emprego da palavra “censura” por ofício do Presidente do CRB, cumulada com multa de 2 (duas) a 4 (quatro) anuidades de pessoa física vigentes à época.

§ 4º – A falta de pagamento da multa no prazo estipulado, determinará a suspensão do exercício profissional, sem prejuízo da cobrança por via executiva.

§ 5º – A suspensão por falta de pagamento de anuidade, taxas e multas somente cessará com o recolhimento da dívida, podendo estender-se por até 3 (três) anos, ao final do qual o profissional terá, automaticamente, cancelado o seu registro, desde que não resgate o débito, sem prejuízo da cobrança executiva.

§ 6º – Ao infrator suspenso por débito será admitida a reabilitação profissional, mediante novo registro, desde que sejam pagas as anuidades em débito, as multas e demais emolumentos e taxas cabíveis.

§ 7º – A suspensão do exercício profissional pelo prazo de até 03 (três) anos implicará na proibição do exercício de qualquer atividade profissional ao bibliotecário, aplicável pelo CRB com a devida publicidade, cumulada com multa de 5 (cinco) a 7 (sete) anuidades de pessoa física vigentes à época.

§ 8º – A cassação do registro profissional acarretará ao infrator a perda do direito de exercer a profissão em todo território nacional, com a consequente apreensão da carteira de identidade profissional, cumulada com multa de 8 (oito) a 10 (dez) anuidades de pessoa física vigentes à época.

§ 9º – As penalidades acima descritas serão anotadas na carteira profissional e no cadastro do CRB, sendo comunicadas ao CFB, aos demais Conselhos Regionais e ao empregador.

§ 10 – Após o encerramento dos Processos em que o CFB atuar como instância originária, os autos serão encaminhados ao CRB onde o profissional infrator possuir registro principal, para notificação da decisão e aplicação e cumprimento das penalidades.

Art. 14 – O infrator tomará ciência das decisões proferidas:

I – pessoalmente, ou por procurador formalmente constituído e com poderes específicos para receber intimações e delas tomar ciência;

II – mediante notificação, em caso de censura pública, que poderá ser feita por carta registrada, processo eletrônico ou por meio da Imprensa Oficial, considerando-a efetivada 5 (cinco) dias após a publicação.

Parágrafo único – Em caso de recurso, o mesmo deverá ser interposto dentro do prazo 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação da decisão de primeira instância, conforme legislação vigente.



CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECOMIA

Art. 15 — As infrações éticas e disciplinares prescrevem em 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16 – Qualquer modificação deste Código somente poderá ser efetuada pelo CFB, nos termos das disposições legais, ouvidos os CRBs.

Art. 17 – Este Código entra em vigor em todo o Território Nacional na data de sua publicação, revogando a Resolução 042/2002, publicada no DOU de 14/01/2002, Seção 1, pág. 64.

Brasília, de 07 de novembro 2018.

Raimundo Martins de Lima
Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia
CRB-11/039

Publicado no Diário Oficial da União de 09/11/2018, Seção 1, págs.155 e 156